

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 6 de Outubro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1087 • Director: Carlos Brito

Reuniu o Comité Central do PCP

A CENSURA AO GOVERNO ESTÁ NA RUA



• DIFICULDADES DO GOVERNO ENCORAJAM A LUTA

— Comunicado sobre a actual situação política

• REFORÇAR A INTERVENÇÃO ORGANIZADA DO PARTIDO NO SEIO DOS TRABALHADORES

— Documento sobre a Conferência Nacional do PCP

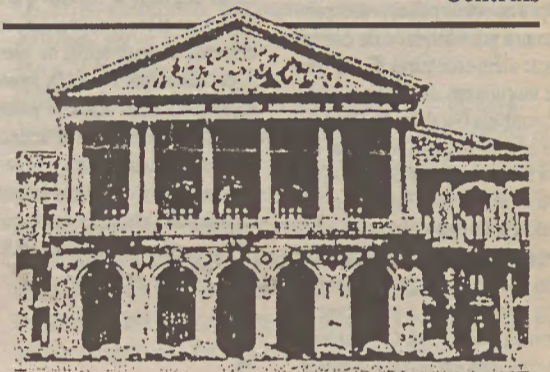
— Regulamento da Conferência

Suplemento



Está aberto o debate com o País

Centrais



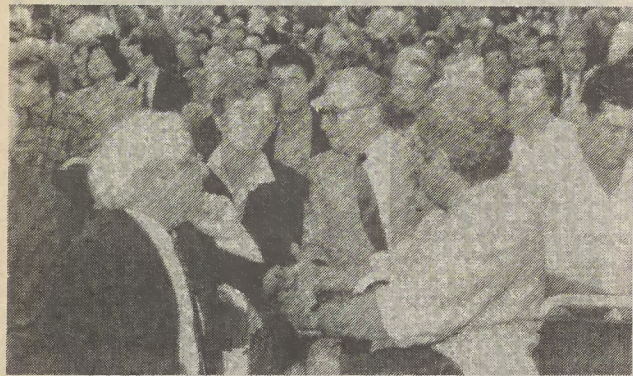
A revisão constitucional e as propostas do PCP

Págs. 15 e 16

CUBA

A revolução caminha para a saída do túnel (conclusão)

Págs. 10 e 11



Começou o «Debate com o país para uma nova política»

RESUMO

28
Quarta-feira

Manuel Monteiro anuncia que o CDS-PP vai apresentar uma moção de censura ao Governo, se a Assembleia da República não fizer uma reunião extraordinária nos próximos dias ■ O Governo marroquino recusa conceder as licenças necessárias para os barcos portugueses e espanhóis pescarem nas suas águas ■ Naufraga um «ferry» no mar Báltico. Das mais de mil pessoas que se encontravam a bordo, apenas 140 foram salvas ■ Ocorrem cenas de pilhagem um pouco por todo o Haiti ■ A peste alastra na Índia. As autoridades tomam medidas para travar a doença e os outros países preocupam-se com a possibilidade da doença avançar além-fronteiras ■ O Presidente muçulmano da Bósnia solicita, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a adopção de uma resolução que ponha fim ao embargo de armas destinada ao exército bósnio, dentro de seis meses. Os representantes europeus e da Rússia mostram-se intransigentes ■ A cimeira entre Clinton e Ieltsin termina com a assinatura de um tratado comercial. O Presidente russo concorda em levantar o embargo de armas aos muçulmanos da Bósnia.

29
Quinta-feira

Realiza-se, em Lisboa, a apresentação do «Debate com o país», iniciativa do PCP que procura encontrar uma «inovadora resposta de esquerda» com a participação dos cidadãos ■ Ocorre um bloqueio simbólico de sete minutos na Ponte 25 de Abril ■ Realiza-se uma reunião da Junta Metropolitana de Lisboa, onde se debate a suspensão das portagens na ponte ■ Estudantes de Lisboa discutem a possibilidade de boicote às propinas ■ Inicia-se o segundo encontro de reconciliação entre timorenses ■ O secretário de Estado dos EUA pede à ONU o fim das sanções contra o Haiti ■ O Pentágono anuncia o aumento dos efectivos do contingente americano no Haiti ■ Uma manifestação pró-Aristide é atacada à granada por antigos membros das milícias ■ João Bernardo Vieira toma posse como Presidente da Guiné-Bissau.

30
Sexta-feira

O constitucionalista Jorge Miranda diz que a revisão constitucional «é desnecessária e inoportuna», num debate promovido pela SEDES ■ O Ministério da Educação promete contratar mais 1900 funcionários «para suprir algumas carências» ■ A NATO decide que vai responder a violações das resoluções da ONU na ex-Jugoslávia com ataques sem pré-aviso, rápidos, violentos e contra alvos múltiplos ■ Confrontos entre manifestantes pró-Aristide e um grupo paramilitar partidário da Junta provocam a morte de duas pessoas, no Haiti ■ Realizam-se as eleições legislativas, na Eslováquia ■ Termina, em Lisboa, a reunião do Parlamento Internacional de Escritores.

1
Sábado

Inicia-se uma reunião de dois dias do Comité Central do PCP ■ A CGTP-IN comemora o seu 24º aniversário ■ A Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira defende a luta contra a portagem no troço da Auto-Estrada do Norte, que liga o concelho a Lisboa ■ Entra em vigor o novo Código de Estrada ■ O Governo reúne-se para avaliar o passado e perspectivar o futuro ■ Termina, em Londres, o segundo encontro de reconciliação timorense com o desejo de tornar mais abrangente o processo negocial ■ Sérvios e muçulmanos da Bósnia concordam trocar centenas de prisioneiros de guerra ■ A polícia militar dos EUA mostra-se incapaz de deter actos de pilhagem em Port-au-Prince ■ É anunciado que os EUA vão iniciar um período de sanções para o sector automóvel nipónico ■ Celebra-se, em Pequim, o 45º aniversário da fundação da República Popular da China.

2
Domingo

Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa, acusa o CDS de manifestar «a sua vocação de muleta do PSD» ■ Um petroleiro português com a bandeira panamiana sofre um rombo no casco, provocando um derrame de petróleo em bruto nas águas de Matosinhos ■ É anunciado que a Resistência timorense vai exigir a Ali Altas a libertação de Xanana Gusmão e «paz e liberdade em Timor», como condição prévia para iniciar um processo negocial ■ Realizam-se eleições legislativas, em São Tomé e Príncipe ■ Mais de 100 mil pessoas manifestam-se na Argélia pelo reconhecimento da língua berbere e pela libertação do cantor Matoub, raptado há oito dias ■ As forças dos EUA principiam a desarmar todas as forças paramilitares do Haiti ■ Raoul Cedras reafirma a sua intenção de respeitar o compromisso de abandonar o poder até ao próximo dia 15.

3
Segunda-feira

O grupo parlamentar do PCP apresenta na Assembleia da República um projecto de lei destinado a transferir as áreas ribeirinhas libertas e a libertar de actividades portuárias para a jurisdição dos municípios ■ A SIC divulga uma sondagem em que o PS aparece com 51,8 por cento das intenções de voto, seguido à distância pelo PSD, com 23,5 por cento; a CDU recolhe 10,1 por cento das intenções de voto e o CDS 7,5 por cento ■ A polícia alemã prende 170 pessoas, em Bremen, que se manifestavam violentamente contra as celebrações da reunificação da Alemanha ■ No Brasil, realizam-se as eleições presidenciais ■ A OLP e Israel iniciam, no Cairo, a segunda fase do processo de paz.

As grandes iniciativas

As grandes iniciativas do PCP actualmente em curso - o «Debate com o país para uma nova política» e a Conferência Nacional sobre o reforço da intervenção e da organização do Partido no seio dos trabalhadores - estiveram no centro das atenções da reunião do Comité Central, de 1 e 2 de Outubro, como amplamente documenta a separata que publicamos com esta edição do «Avante!».

São duas iniciativas do maior alcance não só para a actividade dos comunistas e a preparação e o reforço do PCP para as decisivas batalhas que vão seguir-se, mas para o próprio desenvolvimento do país, a situação dos trabalhadores e o bem-estar do nosso povo.

Com a dinâmica destas duas iniciativas - o «Debate com o país» e a Conferência Nacional de 26 de Novembro -, o PCP contrapõe à política-espectáculo e às operações meramente mediáticas, a que se reduz a actividade de outras forças políticas, o trabalho em profundidade e amplamente colectivo em torno dos grandes problemas nacionais e das mais sérias questões da vida partidária.

O «Debate com o país para uma nova política» teve uma abertura auspiciosa, na sessão do Altis de 29 de Setembro, tanto pela grande clareza dos objectivos, dos temas e do itinerário da iniciativa bem expressos na comunicação de Carlos Carvalhas, como pelo grande interesse que a iniciativa despertou não só entre os comunistas e os seus aliados mais próximos, mas na generalidade dos meios democráticos, o que se traduziu numa excepcional participação.

Importa chamar a atenção para a ampla perspectiva em que esta iniciativa se insere, assim formulada pelo Secretário-Geral do PCP:

«É nossa firme convicção de que o aprofundamento de uma proposta de uma nova política, contendo o desenvolvimento de uma inovadora resposta de esquerda aos complexos problemas com que a sociedade portuguesa está confrontada, no limiar do novo século, constitui sem dúvida um elemento definidor fundamental e a questão central da alternativa democrática de que o país precisa.»

É importante assinalar, também, a «ambição» de «estimular e favorecer o diálogo e a convergência» entre os democratas, naturalmente, mais ainda, como se especifica no texto da Declaração, «entre quantos, independentemente da sua sensibilidade política ou ideologia e despidos de preconceitos, partilhem de uma comum atitude de preocupação com a

situação nacional e com o presente e o futuro do nosso país».

A Declaração, que publicamos na integra nesta edição do «Avante!», também esclarece quais os temas fundamentais que o PCP adianta para o Debate e especifica o itinerário temático dos debates já em preparação.

Não é de mais assinalar que esta grande iniciativa do PCP «afasta-se deliberadamente de pretensões de hegemonia e de querelas sobre 'liderança' da oposição» e relewa da «prioridade e valorização das ideias e dos projectos».

É claro, no entanto, que a existência de uma nova política, como política do nosso país, «depende de uma solução de poder com a participação do PCP», como também salienta o Comunicado do Comité

Com a dinâmica destas duas iniciativas - o «Debate com o país» e a Conferência Nacional de 26 de Novembro -, o PCP contrapõe à política-espectáculo e às operações meramente mediáticas, a que se reduz a actividade de outras forças políticas, o trabalho em profundidade e amplamente colectivo em torno dos grandes problemas nacionais e das mais sérias questões da vida partidária.

Central, só assim constituindo uma efectiva alternativa democrática.

Ora o caminho para a concretização desta perspectiva alternativa passa, como a experiência demonstra em cada dia, pelo «factor decisivo» que é o reforço do PCP.

A Conferência Nacional do PCP, de 26 de Novembro, é, antes de tudo, uma importante resposta à questão do reforço do PCP. E é a resposta para que esse reforço se verifique especialmente no terreno mais fecundo e apropriado à expansão e à identidade do Partido, isto é, entre os trabalhadores.

A reunião do Comité Central e o «Documento Orientador» nela aprovado vão constituir, seguramente, um grande estímulo à intensificação dos trabalhos

preparatórios, que estão em marcha em todo o Partido.

A necessidade de uma grande iniciativa partidária sobre o trabalho e as formas de organização do Partido entre os trabalhadores é de há muito reconhecida. A realização da Conferência surge, além disso, num momento particularmente adequado.

Como salienta o «Documento Orientador»: «O momento que vivemos sublinha a oportunidade da Conferência. A ofensiva do grande capital assume uma extrema amplitude e riscos evidentes para o mundo do trabalho.» E mais à frente: «Em Portugal, o grande patronato e o seu Governo, perante o silêncio comprometedor do PS, pretendem pôr em causa as conquistas históricas dos trabalhadores portugueses, do 25 de Abril.»

A importância e a valorização da Conferência é largamente salientada e de muitas formas no «Documento Orientador». Registamos de entre elas uma observação de grande alcance, assim formulada: «As organizações de trabalhadores comunistas e de intervenção do Partido junto dos assalariados assumem uma importância que supera a sua condição de base fundamental da estrutura partidária, projectando-as com eixos essenciais de ligação do Partido com as massas e o País, como alavancas privilegiadas para a intervenção e a luta nos debates ideológicos e políticos que percorrem a sociedade portuguesa.»

Mais do que qualquer outra iniciativa, a Conferência Nacional, pelas suas próprias características, depende, para realizar com êxito as tarefas que o Comité Central lhe atribuiu, do envolvimento de todo o Partido, num intenso e bem escalonado trabalho preparatório.

Largamente empenhado nas suas grandes iniciativas, o PCP está, no entanto, muito atento à evolução da situação nacional, que comporta «novos e sérios perigos para o regime democrático», como acaba de salientar o Comité Central, exigindo redobrada vigilância e revigorado combate na frente política, social e ideológica.

É imperioso desmascarar, quer o recurso crescente da parte do Governo à diversão, à provocação, à intimidação e à repressão, quer a utilização conjuntural de medidas demagógicas, a que também recorre, para desarmar a luta.

A degradação da situação política, económica e social, o profundo e generalizado descontentamento popular, as grandes movimentações sociais e as dificuldades crescentes do Governo constituem um importante incentivo e um grande encorajamento ao desenvolvimento da luta de massas e à intensificação da acção oposicionista.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricial: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Lintô — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Henka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/83

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Agarra que é ladrão!

Cavaco Silva incorreu há dias numa situação parecida com a daquele ladrão que ao ser surpreendido em flagrante se pôs a correr e a gritar como se não fosse ele o gatuno: «agarra que é ladrão!»; «agarra que é ladrão!».

Foi quando o Primeiro-Ministro, no jantar dos novos aderentes e clientes do PSD, acusou as oposições de «não olharem a meios» e de «recorrerem a tudo» para atacarem e combaterem o Governo.

Ora a verdade, é que são o PSD e o seu líder que, mais do que ninguém na vida política portuguesa, se têm revelado capazes de recorrer aos processos mais abjectos e monstruosos, quando se vêem em apuros, e não só contra as oposições (as apelidadas «forças de bloqueio»), mas contra todos os cidadãos que protestam (logo apodados de «agitadores profissionais»).

Com muita oportunidade, o Comité Central do PCP acaba de chamar a atenção para «o crescente recurso por parte do Governo à diversão, à provocação, à intimidação e à repressão».

Foi o que se passou, especialmente, durante o período mais agudo dos protestos contra o aumento e a portagem na Ponte 25 de Abril,

com a escalada provocatória, em que estiveram envolvidos o Governo, o SIS e estruturas do PSD, para apresentarem caluniosamente as reclamações e a luta dos utentes como uma questão de ordem pública - um «movimento sedicioso» que até preparava um «cerco a Lisboa» - e justificarem a adopção de medidas repressivas de excepção.

A provocação está na massa do sangue deste poder cavaquista.

O tom insultuoso contra quem quer que os ouse criticar, é outra das predilecções do estado-maior laranja e do seu chefe, também agora bastante em voga, a propósito da entrevista do Presidente da República no programa «Prova Oral», da RTP 1.

O susceptível Cavaco, quando se sente visado, procede rudemente quando pretende visar - «mantemos a verticalidade, não somos dos que dizem hoje preto e amanhã branco». É o sinal para uma campanha boçal das suas hostes, onde se multiplicam as acusações de «cinismo», «hipocrisia», «irresponsabilidade» e outras equivalentes.

Até parece que Cavaco desistiu do hipocritamente anunciado propósito de «ajudar Mário Soares a terminar com dignidade o seu mandato».

Mas lembrar-se-á o Primeiro-Ministro que «é responsável perante o Presidente da República» e que isto não é uma mera questão de cortesia, mas do funcionamento das instituições?

Em matéria de «não olhar a meios» e «recorrer a tudo» na luta política, é difícil, porém, encontrar exemplo mais reles, indigno e tenebrosamente antidemocrático do que a operação provocatória sobre o alegado desaparecimento de documentos dos arquivos da EXPIDE, supostamente ocorrido há vinte anos.

Esta operação provocatória, sem a mínima consistência, em que o Governo e o Grupo Parlamentar do PSD aparecem envolvidos com serviços secretos e agentes estrangeiros, não hesitando em tentar instrumentalizar para o efeito órgãos de soberania e estruturas do Estado, visa descaradamente um infame ataque ao PCP, o partido que mais constante e resolutamente combate o poder cavaquista e a sua política.

Bem pode Cavaco Silva clamar contra os que «recorrem a tudo». Mas, como no caso do ladrão da história, é difícil escapar a que é ele o dito.

■ Carlos Brito

A gloriosa “novidade”

O que se vai escrever nesta crónica já podia ter sido escrito no passado em múltiplas ocasiões e sempre com numerosas justificações concretas.

Entretanto, há sempre um momento em que a paciência e a tolerância se esgotam face à escalada do despudor, do preconceito, da manipulação e do espírito mercenário.

Estamos a falar de coisas que acontecem repetidamente nas páginas de política nacional do «Público» e estamos a falar, em concreto, da forma como, na edição de passada sexta-feira daquele matutino, foi tratado e sobretudo «enquadrado» o lançamento pelo PCP do «Debate com o País para uma nova política».

Em primeiro lugar, é necessário informar que aquela iniciativa do PCP - que foi indiscutivelmente o principal acontecimento político-partidário do dia anterior - teve a inusitada honra de ser incluída numa terceira linha da manchete mas da forma sofisticada que se segue: «Estados Gerais da esquerda: soaristas com o PCP, ex-comunistas com o PS.»

Depois, na sexta página do «Público», dava-se naturalmente concretização à manobra de manipulação informativa e neutralização política anunciada na manchete, compaginando a notícia sobre a apresentação da iniciativa do PCP com uma outra «notícia» intitulada «Estados Gerais alargam-se à esquerda! ... ex-comunistas com o PS», e onde pela décima, ou décima quarta ou vigésima vez (não tivemos tempo para a pesquisa integral) se levava aos leitores a gloriosa «novidade» da participação de ex-membros do PCP (sempre os mesmos) nos tais “Estados” que, além do mais, não sendo realmente “Gerais”, também não são seguramente para «uma nova maioria».

Ou seja, ao «Público» não lhe bastou a consciência do «dever» cumprido face ao PS que legitimamente pode ostentar e manifestar depois de, ao longo de 10 meses, já ter publicado dezenas de notícias (inspiradas pela superior técnica das cem maneiras de cozinhar bacalhau sem bacalhau) sobre uma iniciativa do PS que, tendo sido anunciada em 12 de Dezembro de 1993, só vai arrancar na próxima semana.

Pelos vistos, o «Público» precisou ainda do truque mesquinho e do frete escandalosamente serventuário de dissolver o acontecimento real (o lançamento do «Debate com o País» do PCP) encostando-lhe os «Estados Gerais» do PS e o não-acontecimento dos «ex-comunistas com o PS» que, coisa certamente rara no jornalismo português, assim conseguiram subir a manchete depois dos leitores já estarem enjoados desse requentadíssimo refogado.

Em princípio, seria agora a altura de rematar, ou ironizando sobre as razões que levam alguns a gostarem de ser mais conhecidos pelo que foram no passado do que pelo que são actualmente, ou falando principalmente da ética e da deontologia profissional e sobretudo da necessidade de respeito pelos leitores que, ao contrário do que imaginam os assessores de imprensa do PS e os seus prolongamentos, não são parvos e bem mereciam ser poupados a fretes e manipulações tão escandalosas e ostensivas.

Assim seria se estivéssemos a falar de jornalismo. Mas, infelizmente, esta crónica não é sobre jornalismo mas sobre a acção política e a intervenção partidária que se disfarçam de jornalismo.

■ Vítor Dias

O “Bem” contra o “Mal”

Da reunião alargada do Conselho de Ministros do último fim-de-semana, de acordo com os relatos da imprensa, podem ser retiradas duas ideias fundamentais. A primeira, a de que o Governo, a um ano de distância das eleições legislativas, resolveu assumir-se de forma aberta como comissão eleitoral do PSD. A segunda, a de que este combate vai ser travado no formato de uma nova cruzada do “Bem” contra o “Mal”.

O “Bem”, encarnado pela cavaçal e professoral figura, “não faz política” nem entra em “guerrilhas partidárias”. Ele vive, trabalha e (oh, injustiça) sofre, exclusivamente, para “resolver os problemas dos portugueses”. E move-se no espaço etéreo das “convicções e dos princípios” enquanto os mais

carentes - os reformados, os marginalizados, os moradores das barracas, os jovens, as criancinhas - ocupam o centro do seu coração que sangra.

O “Mal”, a oposição à esquerda, essa está verdadeiramente possuída pelo Diabo. “Obcecada pelo poder”, “desesperada”, e movida exclusivamente por “interesses”, prepara “ataques de ordem pessoal” e “acções de rua”, e quer “desestabilizar para impedir a solidificação da retoma”.

O “Mal” anda, também, permanentemente, a espalhar o “luso-pessimismo”. Explora “as pequenas coisas que se podem transformar em grandes” (como a Ponte...), ao mesmo tempo que “algumas autarquias usurpam” a paternidade de obras da adminis-

tração central. Por isso, urge que o “Bem” “salte para o terreno” e assumo o optimismo quanto ao progresso global do país, “não só em termos económicos, mas também nos aspectos social e culturais”. E “valorizando os exemplos de sucesso” trave o combate “pelos valores da ética na vida política” (sic), contra as “irregularidades e a corrupção” (resic), pela “honradez e o cumprimento da palavra” (reresic).

O “Mal” agita o tema das liberdades e a questão do SIS no combate ao Governo? Ao “Bem” impõe-se apostar rapidamente na imagem de “coesão e autoridade do Governo” e contrapor um PSD empunhando a bandeira da luta pela “conceptualização dos direitos e deveres de cidadania”.

O “Mal” intriga e “desinforma”, de tal maneira, que a própria RTP (oh, supremo espanto) desfavorece o Governo, como terá afirmado Valente de Oliveira? Pois importa que o “Bem” incentive um “discurso pedagógico”. Que disponibilize informação aos jornalistas e que crie uma espécie de “cartilha de honra” dos serviços públicos de comunicação social, para que não se repita que “(haja) boas coisas feitas que chegam tarde e mal à opinião pública”.

Vindo à memória o maniqueísmo de outra (e trágica) cruzada de quarenta e oito anos, não será de ir ao cemitério de Santa Comba Dão verificar se algum esqueleto por acaso fugiu?

■ Edgar Correia

HAITI

Monumental embuste

A invasão do Haiti pelos EUA, a pretexto da instauração da democracia, ficará para a História como mais um daqueles actos em que por detrás das palavras generosas se escondem as maiores vilezas.

Sabe-se que Aristide foi derrubado por Cédras contando com o apoio dos círculos dirigentes dos EUA. Sem esse apoio, Cédras não teria dado o golpe. E o golpe não teria vingado se os EUA não quisessem. Aristide tinha o apoio do povo. Cédras tinha o apoio dos militares e dos seus apoiantes nos EUA.

É claro que a situação não podia continuar, porque Cédras não servia sempre. Serviu para impedir que o movimento popular de Aristide e dos seus apoiantes pusesse em acção o seu programa governativo. Havia que partir esse movimento, liquidá-lo. Foi para isso que serviram Cédras e os militares que os EUA treinaram.

Os EUA, entretanto, trataram de encontrar alternativa a Aristide, sob o manto da crueldade e da repressão que a Junta Militar exercia.

Utilizando a Junta, os EUA podem agora “restaurar” a democracia, o que é um monumental embuste, porque no único momento em que a democracia começava a germinar no Haiti, os EUA com os seus homens de mão liquidaram-na. E Clinton, ele mesmo, precisava desta invasão para ver se invertia a queda da sua popularidade. A invasão pacífica era o que mais lhe convinha e, por isso, explicam a constituição da “Task-Force” para as negociações com os golpistas por amigos de Cédras, como o ex-presidente Carter.

Em toda a política norte-americana para a crise haitiana não houve nunca momentos de generosidade. Apenas cálculo, prepotência, mesquinhez, egoísmo e visão policial do pátio traseiro e do mundo.

A invasão norte-americana do Haiti é uma entre tantas dezenas de invasões que os EUA levaram a cabo desde o início deste século.

Os EUA consideram todo o continente americano como seu pátio traseiro e, por isso, desde cedo se manifestaram como país polícia do continente e a pouco e pouco polícia-do mundo.

Só à colossal mistificação levada a cabo pelos grandes media acerca da política dos EUA explica o modo como na Europa a invasão do Haiti não suscitou grandes acções populares de protesto.

O novo que começa a deixar de ser, nesta invasão, é a descarada instrumentalização da ONU e mais particularmente do Conselho de Segurança por parte dos EUA. Já o tinha sido em cheio na guerra do Golfo, e na invasão da Somália (mas com apoio do Ocidente).

Agora o Conselho de Segurança da ONU parece querer passar a funcionar como um prolongamento da política externa dos EUA, com o Ocidente mais ou menos na expectativa. Esta invasão vale como um aviso dos EUA, e vale também como aviso aos povos, aos trabalhadores, aos países, à ONU.

Os EUA querem avisar o mundo que eles mandam e podem ordenar invasões sempre que assim o entendam. Mas os povos e os países vão ter de defender-se desta política.

Na Somália morreram soldados norte-americanos. No Haiti também pode suceder o mesmo. E em países dispostos a defender a sua soberania o desastre pode ser maior. Que a ONU no ano das comemorações do seu 50.º aniversário seja digna de agir de acordo com a letra e da sua carta constitutiva, e não de acordo com a vontade imperial dos governos de Washington.

D. L

Comunistas alentejanos contestam números do Governo

O desemprego continua a ser uma realidade brutal no Alentejo que deita por terra todos os discursos do Governo de progresso e bem-estar, de retoma e recuperação económica.

Reagindo às declarações do ministro do Emprego, Falcão e Cunha, que recentemente enalteceu, em Évora, a redução do número de desempregados no Alentejo de 40 mil, em Março, para 33.100, em Agosto, o Organismo Inter-Regional do Alentejo (OIRA) afirma que tal se deve aos programas ocupacionais temporários e que, a não serem tomadas medidas de fundo, em breve tudo voltará ao mesmo.

Para o OIRA, as «insuficientes» sete mil ocupações temporárias em programas ocupacionais e as «ridículas» 500 ocupações em 40 programas de formação profissional não resolvem os graves problemas estruturais da região nem respondem às reivindicações apresentadas pelo PCP, sindicatos, autarquias, organizações económicas, sociais e outras.

Por outro lado, o PCP sublinha que a existência de mais de 33 mil desempregados corresponde a cerca de 16 por cento da população activa, numa região envelhecida e desertificada.

Esta «realidade brutal» é ainda agravada pelo facto de mais de 25 mil dos desempregados do Alentejo não receberem sequer subsídio de desemprego. Por isso, para os comunistas, «seria importante que o ministro explicasse o que é essa coisa do Estado de Solidariedade de que fala no seu discurso já que os alentejanos apenas querem que se cumpra o preceito constitucional do direito ao trabalho».

Repetir a mentira

Para o OIRA, a grave situação que se vive no Alentejo não é culpa das autarquias, ao contrário do que Falcão e Cunha terá afirmado no seu discurso. Em resposta, o PCP interroga-se se «será que a desertificação, o envelhecimento e o desemprego que se regista em todo o interior do País a Norte do Tejo se deve

ao excessivo desenvolvimento promovido pela existência há 20 anos de câmaras do PSD, PS e CDS, ou será que as crises como a do Vale do Ave se devem a malélicas câmaras dominadas pelos comunistas?».

O comunicado da OIRA recorda que, «com a liquidação do latifúndio e a realização da Reforma Agrária, após o 25 de Abril, o envelhecimento e a desertificação pararam e o desemprego deu lugar ao pleno emprego e à dinamização do mundo rural. O Alentejo viveu então momentos de saudável e vigorosa recuperação económica e social com reflexos positivos inegáveis em todos os sectores de actividades da região».

Mais à frente, o texto sublinha que «não foram as autarquias e muito menos os comunistas mas sim o Governo que mobilizou

contingentes de forças repressivas, que prenderam, espancaram e assassinaram trabalhadores da reforma agrária para destruir as UCP's/Cooperativas e impor a actual posse e uso da terra que, hipocritamente, mas com razão, se reconhece hoje ser a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo, como se afirma no PDR 94/99».

O Organismo Inter-regional do Alentejo esclarece que «os indicadores nas áreas da responsabilidade das autarquias são dos mais positivos do País enquanto, ao inverso, os que dependem do poder central são dos piores.

«O agravamento durante a governação cavaquista também não deixa margem para dúvidas. Em 1980, o PIB per capita no Alentejo representava 49 por cento da média comunitária,



Com 16 por cento da população activa desempregada, o Alentejo necessita de medidas de fundo para combater o envelhecimento e a desertificação

enquanto que em 1991 representava apenas 36 por cento. Isto, apesar da desertificação entretanto registada. Entre as 180 regiões da União Europeia, o

Alentejo foi a que mais empobreceu, segundo o boletim de estatísticas regionais da própria União Europeia», refere a nota do OIRA.

Taxas e licenças aumentam em Bragança

Uma nota da Concelhia de Bragança do PCP considera «exagerados» os recentes aumentos das taxas e licenças camarárias aprovados pela maioria socialista.

Os comunistas sublinham que o agravamento ultrapassa «em mais do dobro o aumento dos salários e da inflação» e acusam o executivo de não ter tomado «atitudes firmes e consequentes» face ao «esvaziamento financeiro das autarquias levado a cabo pelo Governo», optando agora por «agravar o já elevado número de encargos suportados pelos cidadãos».

A concelhia do PCP refere ainda que foi com «espanto» que viu o presidente da câmara reconhecer que se deslocou a Lisboa para «mendigar» verbas anteriormente prometidas pelo deputado Duarte Lima, também ele eleito na Assembleia Municipal de Bragança.

A comissão concelhia condena este procedimento, sublinhando que «a atribuição de verbas, tão necessárias ao desenvolvimento do concelho, são uma obrigação do Estado e não podem depender dos favores de um qualquer Conde de Abrahães».

Diversão do SIS contra PCP

Comentando o alegado desvio de documentos da PIDE, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou uma nota em que salienta:

O relevo e o empolamento que o Ministério da Justiça, o Grupo Parlamentar do PSD e agora o próprio Conselho de Ministros estão a atribuir à questão do alegado desvio de documentos da PIDE supostamente ocorrido há vinte anos indicam claramente que está em desenvolvimento uma vasta e concertada operação de chicana política e de provocação, manifestamente encomendada pelo Governo para desviar as atenções das suas dificuldades e montada pelo SIS, por serviços secre-

tos estrangeiros e por conhecidos mercenários do anticomunismo.

Trata-se visivelmente da vergonhosa continuação, por outras formas, da manobra desencadeada com a reunião do Conselho de Segurança Interna e com as operações de intoxicação e diversão lançadas pelo SIS, agora especialmente orientada contra o PCP, que é, reconhecidamente, a força mais firme e consequente na oposição à política de direita e autoritária do Governo, e com o objectivo complementar de fazer esquecer o intolerável escândalo da vigilância, espionagem e escutas telefónicas efectuadas pelo SIS contra partidos políticos, organizações sociais e cidadãos.

PCP/Açores prepara 5.º Congresso

Reunido na passada semana, o Secretariado da Direcção Regional dos Açores (DORAA) anunciou que o seu 5º Congresso terá lugar no início do próximo ano, em Ponta Delgada.

Segundo a DORAA, o Congresso deverá realizar-se no início do mês de Fevereiro sob o lema «Um partido maior para um futuro melhor».

O alargamento da influência social, a consolidação política e o crescimento eleitoral do PCP/Açores são, para já, os principais temas apontados a debater no Congresso, que irá actualizar o seu programa regional e aprovar uma resolução política com as orientações e métodos de trabalho, bem como elegerá a estrutura de direcção regional.

A DORAA analisou a actualidade política, económica e social dando relevo às «manifestações de descontentamento em várias ilhas da região» devido à «não execução de muitas obras previstas no Plano Anual em vigor».

Como salientam os comunistas, estes protestos «vindos mesmo nalguns casos de secto-

res do PSD são demonstrativos do grau de descontentamento existente e atestam incapacidade total do PSD e do Governo para resolverem a crise financeira que criaram com a sua política».

O PCP chama igualmente a atenção para a crescente «partidarização da actividade gover-

nativa» citando os casos do Hospital de Ponta Delgada e da substituição do delegado dos Desportos da Horta» (ver artigo nesta edição do coordenador regional do PCP, José Decq Mota).

O Secretariado da DORAA analisou ainda as questões da Autonomia na Revisão Consti-

tucional, os efeitos na região do crescimento do autoritarismo policial praticado pelo Governo da República, a política do transporte aéreo, a aplicação da lei dos disponíveis, assim como iniciou a discussão sobre a preparação das eleições de 1995 para a Assembleia da República.

Conferência Nacional

Reforço do Partido

reúne quadros da DOREV

E já no próximo sábado que terá lugar, em Montemor-o-Novo, uma reunião de quadros comunistas do distrito de Évora. A iniciativa terá início pelas 10 horas, na sala da Biblioteca do concelho, e enquadrar-se na preparação da Conferência Nacional do Partido, marcada para 26 de Novembro.

Os participantes irão debater a organização do Partido nos locais de trabalho, tendo

em conta as principais alterações económicas e sociais verificadas nos últimos anos.

A reunião analisará as principais dificuldades e obstáculos à organização do Partido, as perspectivas do alargamento da sua influência junto dos trabalhadores, bem como definirá medidas de direcção no pleno concelho e regional para o melhor acompanhamento da estrutura orgânica nos locais de trabalho.

CAMARADAS FALECIDOS

Augusto Barros de Sousa

Faleceu, no passado dia 25 de Setembro, Augusto Barros de Sousa. Militante desde 1974, estava actualmente organizado na Freguesia de S. Sebastião, Setúbal.

Emílio Leonardo

Faleceu, com 79 anos, Emílio Joaquim Leonardo, que estava organizado na Freguesia do Montijo.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

RODOVIÁRIOS EXIGEM 12 POR CENTO

Feitas as contas aos baixos salários praticados, ao pouco peso das despesas com pessoal nos custos das empresas, ao poder de compra perdido nas actualizações salariais de 1993 e 1994 (que nalguns casos ronda os 10 por cento), à inflação verificada em 1994 (estimada em 6 por cento, com habitação), aos aumentos de produtividade no sector (tendencialmente superiores à média nacional, devendo considerar-se para 1995 um valor não inferior a 3 por cento) e à necessária aproximação aos salários praticados na UE, os aumentos salariais a reivindicar para o próximo ano não deverão ser inferiores a 12 por cento.

A par desta decisão, o encontro sobre acção reivindicativa promovido dia 28, em Lisboa, pela Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos aprovou ainda a inclusão, nas propostas de revisão dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho que vão ser colocadas à discussão entre os trabalhadores, do horário máximo de 40 horas semanais no início de 1995.

O encontro decidiu lançar uma campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores pela concretização das suas reivindicações.

HOTELARIA DEFINE OBJECTIVOS

A revisão dos contratos colectivos de trabalho vai estar no centro das preocupações da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal. A direcção nacional da Feshot, reunida na semana passada em Lisboa, defendeu a exigência de aumentos salariais de 10 por cento e a redução do horário semanal para o máximo de 40 horas a partir de Janeiro de 1995 (data que corresponde ao compromisso assumido por Cavaco Silva), com a garantia de dois dias de descanso semanal. As propostas sindicais deverão ainda contemplar reivindicações nas áreas das carreiras profissionais, direitos, condições de higiene, segurança e saúde. A federação salienta «a necessidade do empenhamento e assunção das propostas» pelos trabalhadores para que os objectivos sejam atingidos.

FUNÇÃO PÚBLICA ARRANCOU

Na passada sexta-feira teve início a negociação da actualização salarial para os trabalhadores do Estado em 1995, com reuniões entre o secretário de Estado do Orçamento e três estruturas sindicais do sector. Norberto Rosa recebeu sucessivamente representantes do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), da Frente Sindical da Administração Pública (FESAP/UGT) e da Comissão Negociadora Sindical liderada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

O secretário de Estado, segundo sindicalistas citados pela Lusa, limitou-se a aplicar as linhas de orientação do Governo para o Orçamento Geral do Estado e assumiu que não vai ser cumprida a declaração do primeiro-ministro relativamente à recuperação do poder de compra dos salários em 1994 se houvesse retoma.

COMÉRCIO DE COIMBRA

É chantagem a insistência do patronato de Coimbra em abrir os estabelecimentos comerciais aos sábados de tarde - diz o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do distrito. Em declarações à agência Lusa, o coordenador da direcção do CESC disse que «o grande problema do comércio não é a falta de tempo das pessoas para comprar, mas sim a falta de dinheiro para o fazer». «Há tempo a mais e dinheiro a menos», referiu Joaquim Serrão, considerando que as dificuldades do sector em Coimbra radicam na crise geral da economia e na distorção das regras da concorrência resultante da recente instalação de grandes superfícies. A abertura dos estabelecimentos aos sábados à tarde constitui «uma violência e uma chantagem sobre os trabalhadores, além de não resolver os problemas do comércio», afirmou o sindicalista, no final de um plenário de trabalhadores do comércio retalhista, lamentando que a direcção do sector comercial da ACIC (associação empresarial local) venha agora, a reboque de uma comissão de comerciantes da baixa, aconselhar a abertura ao sábado de tarde, quando ainda há poucos meses defendia a semana inglesa.

CONSTRUÇÃO PRECÁRIA

Oitenta por cento dos trabalhadores da construção civil e obras públicas encontram-se em situação de emprego precário (trabalhando à hora, a metro, à peça e contra recibo verde), revelou na semana passada a federação dos sindicatos do sector, no final de uma reunião de quadros que teve lugar em Coimbra.

Num comunicado emitido por aquela estrutura intermédia da CGTP e citado pela Lusa, protesta-se contra a «habitual inauguração», pouco antes das eleições, de «70 por cento» das obras públicas em curso, que «não são encaradas pelo Governo como meios estruturais e necessários ao desenvolvimento nacional, mas sim como instrumentos de campanha eleitoral».

Os quadros da federação decidiram reclamar, nas propostas de revisão contratual para 1995, aumentos salariais entre os 12 e os 15 por cento, e a redução do horário máximo de trabalho para 40 horas semanais, a partir de 1 de Janeiro.

TALISMÃ EM GREVE

Salários em atraso nas Confecções Talismã, de Fafe, levaram os 170 trabalhadores da empresa a entrar em greve no dia 28 de Setembro, exigindo o pagamento dos ordenados de Agosto e dos subsídios de férias, bem como dos subsídios de Natal e de férias do ano passado - informou o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes.

Campanha de sindicalização até final de 95 CGTP-IN comemora 24 anos

«Com os trabalhadores» é o lema que marca este aniversário da Inter, que teve o seu ponto alto no comício-festa de sexta-feira, em Lisboa

No dia 1 de Outubro, passaram 24 anos sobre a data da fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional. O programa das comemorações inclui várias iniciativas um pouco por todo o País, e teve o seu ponto alto na passada sexta-feira, no Teatro S. Luís, onde a União dos Sindicatos de Lisboa levou a cabo uma festa-comício que reuniu algumas centenas de dirigentes e activistas sindicais do distrito. Na assistência estiveram também militares de Abril (como Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho e Pezarat Correia) e uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (Sitava), sindicato não filiado na CGTP, cuja mensagem de saudação pelo aniversário da central foi especialmente aplaudida.

A festa-comício abriu com a actuação de um grupo coral de alentejanos residentes na Amadora, terminando com um espectáculo de Luís Portugal, depois de um comício em que interveio o coordenador da central, acompanhado no palco por dirigentes da CGTP e da USL.

Na intervenção de fundo de Manuel Carvalho da Silva foram realçadas as grandes linhas de acção da central no futuro próximo, que deverão ser analisadas com detalhe no próximo plenário nacional de sindicatos, convocado para 12 de Outubro. «Temos de desenvolver uma intensa acção de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores em torno da acção reivindicativa e da contratação colectiva. Temos de levar por diante, com eficácia e celeridade, a tarefa que assumimos de fazer o levantamento, em todas as regiões e sectores, dos problemas do emprego e do desemprego, dos salários, da protecção social e dos direitos, com vista a obtermos e apresentarmos a realidade do País» - disse o coordenador da CGTP.

Depois de referir que, «atenta à evolução da sociedade, a CGTP-IN, em simultâneo com a mobilização, acção e luta, está a discutir e a promover um processo de reforço, reestruturação, rejuvenescimento e incremento da participação dos trabalhadores na vida do movimento sindical», Carvalho da Silva sublinhou a «grande importância» que é atribuída ao aumento da sindicalização e da eleição de delegados sindicais. «Estamos confiantes que a meta que nos propomos, de mais 50 mil sindicalizações, não só é possível, como pode ser significativamente ultrapassada», afirmou, referindo-se à campanha nacional de sindicalização agora lançada pela central e que se vai prolongar por todo o ano de 1995, no quadro das comemorações dos 25 anos da CGTP.

Não à repressão

Carvalho da Silva abordou a actual situação social e económica, acusando o Governo e o primeiro-ministro de não terem falado verdade ao País sobre a crise e os efeitos da política dos últimos anos. Salientando que

«a repressão social», o coordenador da Inter repudiou «as práticas repressivas e intimidatórias do Governo contra as legítimas manifestações de desagrado e de protesto dos cidadãos» e considerou «inadmissível e preocupante a instrumentalização do SIS por parte do Governo». «Em

que com elas está em conflito» - disse.

A discussão do «Acordo Económico e Social», lançada por Cavaco Silva e que se arrasta desde Julho, «não se desenvolve numa base séria», reafirmou o coordenador da CGTP: «Não há qualquer concertação social credível ou positiva para os trabalhadores e para o País na base da actual política económi-



«o agravamento da situação económica e social, causado pela insistência numa política económica desastrosa, tem levado a um aumento da conflitu-

democracia, quando as leis e as decisões não se ajustam à realidade social e aos interesses dos cidadãos, são elas que devem ser alteradas, e não a sociedade

ca. Para nós, é claro que o Governo não quer mudar de política. O Governo quer, simplesmente, que os sindicatos avalizem a sua política.»

Transportes, médicos, Telecom, DGV, Educação Vamos para a luta!

A luta por melhores salários e a exigência de uma resposta da administração à proposta reivindicativa entregue pela Festrú levou os trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo a convocarem para segunda-feira de manhã um plenário geral no Laranjeiro, prolongando-se para a tarde a reunião (e necessária paralisação do trabalho).

A convocação de uma greve dos médicos a nível nacional foi admitida quinta-feira pela Fnam e o SIM. Em conferência de imprensa conjunta, as estruturas sindicais dos médicos afirmaram a intenção de prosseguir a luta contra a proposta ministerial de alteração das carreiras profissionais. Para já, vão realizar-se reuniões nas unidades de saúde.

Uma acção de sensibilização da opinião pública para os problemas do caminho-de-ferro é o que vão realizar em breve a federação dos Ferroviários e as CTs do grupo CP, que no dia 29 denunciaram os «escandalosos desvios e atrasos» no Plano de

Modernização e Reestruturação do sector. Vão ainda exigir uma auditoria parlamentar e contactar a Presidência da República. No mesmo dia, o SMAQ anunciou que vai prosseguir a greve dos maquinistas às horas extraordinárias, pelas 40 horas semanais e a revisão das carreiras.

A comissão negociadora sindical da FCTA anunciou o adiamento da concentração prevista para dia 3 com o objectivo de protestar contra o boicote negocial do acordo de empresa da Portugal Telecom, uma vez que teve conhecimento de que a administração estaria reunida, nesse dia, «algures em Fátima».

Entretanto, a federação da Função Pública convocou os jornalistas para segunda-feira, frente à Direcção-Geral de Viação, falar das mais recentes medidas do ministro Dias Loureiro e do «caos que se gerou na DGV face à entrada em vigor do novo Código da Estrada».

Não, senhora ministra!

Mais de uma centena de trabalhadores não docentes invadiram quinta-feira à tarde o Ministério da Educação, para pedirem à ministra a reintegração dos contratados despedidos. A iniciativa, promovida pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, pretende chamar a atenção para a situação dos cerca de seis mil trabalhadores não docentes que não viram renovados os seus contratos no final do mês de Agosto.

No mesmo dia, o ME anunciou que vai contratar mais 1900 funcionários a termo certo, por um ano, para «suprir algumas carências» ao nível do pessoal não docente das escolas. Actualmente, existem 45137 funcionários não docentes, contra 43188 em 1993, acrescentou o Ministério. «Está só a esquecer os 10500 contratados que existiam

no ano passado», protestou logo no dia seguinte o sindicato da Função Pública do Sul e Açores, acrescentando que a ministra «está a fingir ignorar que eles foram contratados para as escolas poderem funcionar». Ao mesmo tempo que não renovou 10500 contratos, o ME abriu concurso público para apenas 6100 lugares.

Fortes críticas a Manuel Ferreira Leite foram feitas também pela Federação Nacional dos Professores, ao apresentar no dia 28 o balanço deste início de ano lectivo. A Fenprof anunciou que vai exigir à ministra da Educação uma reunião urgente para debater soluções imediatas para «o mal-estar e a contestação que grassam em muitas escolas». Vai igualmente solicitar audiências aos grupos parlamentares e às federações e confederações de pais.

Tema de Encontro, em Évora

As autarquias e a juventude

No próximo dia 15 de Outubro, sábado, decorrerá no Palácio D. Manuel, em Évora, o *Encontro Autarquias e Juventude* promovido pelo PCP, contando com a participação de *Luís Sá e Francisco Lopes*, membros da Comissão Política do Comité Central.

Com este Encontro, «a realizar no primeiro ano de um novo mandato autárquico e num período caracterizado por significativas alterações na situação e posicionamento de importantes sectores juvenis, procura-se a análise das experiências do trabalho com e junto da juventude por parte dos eleitos da CDU, o aprofundamento da orientação do Partido e da JCP para a área da Juventude e Autarquias e a dinamização da actividade das autarquias com e entre a juventude», explica o folheto de difusão da iniciativa, que acrescenta:

«As autarquias têm grandes potencialidades para o trabalho com e junto da juventude. Os comunistas, os eleitos da CDU foram pioneiros nesta acção e têm realizado um trabalho sem paralelo que é preciso continuar, aperfeiçoar e desenvolver.»

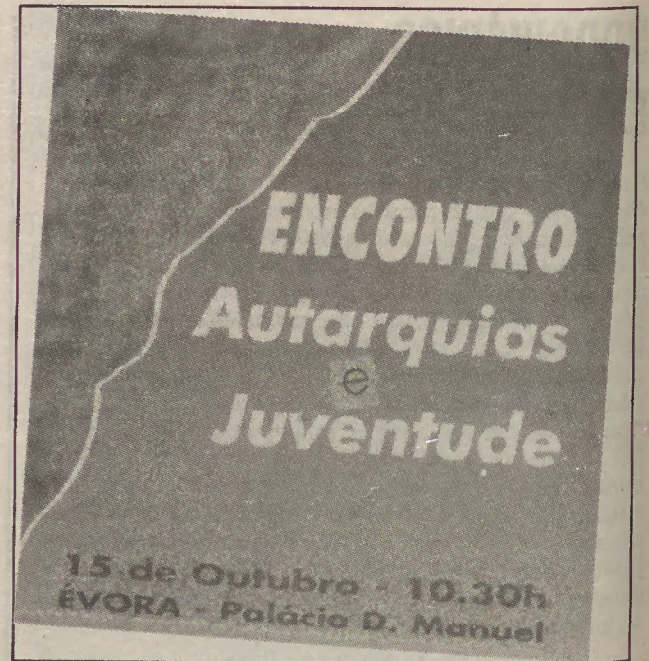
Neste Encontro vão estar em debate as seguintes questões:

- Objectivos do trabalho das autarquias junto da juventude. A necessidade de um trabalho específico ou integrado e coordenado.
- Organização e meios de intervenção autárquica (pelouros de juventude, serviços de juventude e uma coordenação com a actividade noutras áreas do município).
- Relacionamento com o movimento associativo juvenil e o contributo para o seu fortalecimento. A iniciativa própria da autarquia e o apoio às iniciativas juvenis.
- Estruturas concelhias ou de freguesia, de participação juvenil (conselhos, comissões municipais de juventude, etc.).
- Acção autárquica junto dos vários sectores que constituem a juventude.

- Instalações e suportes físicos para a acção junto da juventude (Casas de Juventude, Gabinete de atendimento e informação juvenil, etc.).
- A acção dos jovens eleitos.
- O conteúdo da actividade.
- A complementaridade da acção aos vários níveis autárquicos (municipal, freguesia e intermunicipal).
- As relações com o Governo e a administração central (nomeadamente Secretaria de Estado

da Juventude e Instituto Português da Juventude).

- Meios de comunicação com a Juventude.
- A acção dos eleitos comunistas nas autarquias e o alargamento da influência do Partido e da JCP na Juventude.
- As características diferenciadas do trabalho em situações de minoria.
- A articulação e coordenação deste trabalho.



Afirma Intervenção Democrática - ID

Não é necessária moção de censura para apreciar problema da Ponte

Em comunicado à Imprensa, a Associação Intervenção Democrática-ID «vê com grande apreensão a actual situação política e social do País da responsabilidade do Governo PSD-Cavaco Silva». E afirma:

«Ao agravamento constante das condições de vida dos portugueses, nomeadamente das classes trabalhadoras, que vêm aumentar assustadoramente o nível de desemprego, que atinge centenas de milhares de famílias, junta-se, agora, o confronto provocado pelo Governo contra a população obrigada a suportar aumentos inoportunos de portagens de vias essenciais que utilizam para poderem trabalhar em Lisboa, como acontece com a Ponte 25 de Abril.»

Aliás, «um dos aspectos mais graves da problemática da Ponte» — considera a ID — «ressalta do facto de o Governo, exorbitando claramente nas suas funções, ter criado no País grande instabilidade, ao desenvolver uma teoria conspirativa, considerando de forma irres-

ponsável que estava em curso uma insurreição através de uma prentensa guerrilha urbana, a propósito de um protesto legítimo contra a decisão governamental em aumentar uma portagem que já não tem razão de existir».

Após denunciar a utilização abusiva do SIS e a «atitude autocrática do Governo PSD/Cavaco Silva», a ID assinala que «o Governo tem lançado verdadeiros ataques à Democracia justificando-se sempre com os resultados eleitorais obtidos há três anos, como se o voto esgotasse a intervenção democrática dos cidadãos.»

Em relação a este problema, a Intervenção Democrática-ID considera que «a portagem da Ponte 25 de Abril deve, não só ser suspensa, como anulada» e entende que «a Assembleia da República não deve por mais tempo ser impedida pelo PSD de apreciar a situação decorrente da Ponte 25 de Abril, mas nunca através de qualquer moção de censura que só beneficiará o Governo como pretende o CDS.»

Oito jardins de infância encerrados em Santarém

São já oito, os jardins de infância do Distrito de Santarém encerrados por pressão dos pais das crianças que os deveriam frequentar. Em causa está a não colocação dos Auxiliares de Educação Educativa em 4 jardins de Rio Maior, 3 de Coruche e 1 do Sardoal. A sua ausência impede que os jardins mantenham a indispensável higiene e cria situações de insegurança que, obviamente, os pais não aceitam.

Esta denúncia vem do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que acrescenta:

«Revelando uma inqualificável falta de preparação pedagógica e um total desconhecimen-

to das condições educativas que um jardim de infância exige, funcionários do Ministério da Educação (a trabalhar nas CAE's da área) têm primado por afirmações insustentáveis — por exemplo, que as auxiliares de acção educativa são dispensáveis, bastando uma educadora para que o jardim funcione. As educadoras em causa, apoiadas pelos pais envolvidos, têm resistido às intimidações provenientes da CAE Lezíria/Médio Tejo.»

Perante a situação, o SPGL admite para breve uma concentração em Lisboa, junto à DREL, como forma de protesto pela situação criada.

Câmara de Alcácer do Sal não quer aterro de resíduos sólidos

A Câmara Municipal de Alcácer do Sal (CMAS) vai continuar a recusar a possível instalação de um aterro de resíduos tóxicos na área do seu concelho. Rogério de Brito, o presidente da CMAS, defende no editorial da edição de Outubro do Boletim Municipal que a «inclusão de Jungeis ou de qualquer outro lugar no perímetro de Santa Susana na lista de locais onde poderia ser instalado o aterro é totalmente desajustada do enquadramento turístico-ecológico para que esta região está vocacionada e é uma solução fácil e irresponsável do Ministério do Ambiente, só justificável

por razões meramente económicas relacionadas com os custos de transporte dos resíduos».

Rogério de Brito acusa o Ministério do Ambiente de se esquecer «que um aterro instalado nos locais propostos, para além dos óbvios perigos de contaminação de importantes aquíferos, arruinaria todas as perspectivas de desenvolvimento turístico do concelho», um sector em que o município aposta, porque, segundo o autarca, «Alcácer tem potencialidades incomparáveis que podem ser aproveitadas na procura de uma solução para os problemas económicos e soci-

ais gerados por um sector agrícola em crise».

A opção pela valorização da vertente turística foi «uma opção ponderada que levou até a CMAS a fazer um Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico». Perante as intenções do Ministério do Ambiente, Rogério de Brito pergunta para que «servirá tal plano se os potenciais investidores tiverem à porta do seu empreendimento um aterro de resíduos tóxicos, com todos os riscos que lhe são inerentes?»

Para justificar a recusa, Rogério de Brito afirma, ainda, que «Alcácer não produz resíduos

tóxicos que justifiquem a construção de um aterro no concelho». Ao argumento de que, como todos os outros concelhos, Alcácer beneficia da industrialização que produz os resíduos, o autarca responde que nas «últimas décadas todos os grandes investimentos geradores de desenvolvimento e emprego (e resíduos tóxicos) passaram-nos ao lado».

Rogério de Brito deixa, ainda, «bem claro» que não põe em causa a necessidade de «tratar e armazenar em boas condições de segurança os resíduos tóxicos produzidos em Portugal». O presidente do município alcacerense considera que «a inexistência

de um sistema nacional de tratamento de resíduos tóxicos é uma lacuna perigosa que importa resolver rapidamente», mas sem ceder a «soluções fáceis que, pela sua simplicidade, podem comprometer o futuro de populações inteiras».

Crise da Ponte continua

Amora, no Seixal, exige controlo do SIS

A Assembleia de Freguesia de Amora, no Concelho do Seixal, reunida no passado dia 29 de Setembro, aprovou — com a abstenção dos eleitos do PSD — uma moção apresentada pela CDU, exigindo que «sejam tomadas as medidas que assegurem o controlo e funcionamento democrático do SIS».

A moção, que será enviada a diversos órgãos do poder, considera que «de forma crescente vão surgindo notícias dando conta de actividades do SIS que ultrapassam as competências e âmbito desses serviços» e que «a manutenção deste clima e práticas é geradora de instabilidade, não digni-

fica o Estado e contém perigosas permissas que urge eliminar».

Esta resolução surge no quadro dos protestos generalizados que o aumento das portagens da Ponte 25 de Abril, imposto pelo Governo, desencadeou, particularmente, em toda a Margem Sul do Tejo da Área Metropolitana de Lisboa.

Assim, na mesma ocasião foi também aprovada uma moção, com a abstenção dos eleitos do PSD, de solidariedade para com a luta dos utentes da Ponte 25 de Abril.

A referida moção exige a revogação da portaria e a abolição da portagem.



Actuações do SIS

PCP volta a alertar para as ilegalidades e exige um novo sistema de fiscalização

As actuações dos SIS voltaram a estar no centro do debate parlamentar. Chamadas à colação foram os «desmandos e abusos» praticados por aqueles Serviços, «absolutamente intoleráveis e ilegais», na opinião do deputado comunista António Filipe, que voltou a acusar o SIS de estar «a funcionar como uma verdadeira polícia de informações políticas ao serviço do PSD e do seu Governo», de ser «um instrumento» utilizado por este «contra a oposição social à sua política», e um «instrumento de intimidação dos cidadãos que ousem contestar as medidas governamentais».

Foi na última reunião da Comissão Permanente, realizada no passado dia 29, com a bancada comunista a lançar um apelo à Assembleia para que aprove «um novo sistema de fiscalização da actividade do SIS que tenha efectivamente condições para proceder ao controlo democrático das suas actuações e ponha cobro à actual situação de impunidade que é uma verdadeira aberração num país democrático».

Uma exigência que o deputado comunista tratou de fundamentar, citando a este respeito o avolumar de notícias sobre as ilegalidades cometidas pelos SIS, a que acrescem os «testemunhos de cidadãos que se sentem perseguidos ou que pressentem que as suas conversas são ilegais e inadmissivelmente escutadas».

A este propósito, foi ainda recordada a actuação dos SIS no caso da Ponte 25 de Abril, tal como no caso das propinas ou de outros movimentos sociais, comportamento que do ponto de vista da formação comunista «reflete bem a concepção autoritária deste Governo que transforma os problemas políticos mais relevantes em meras questões de ordem pública», adoptando simultaneamente a «repressão e a intimidação como únicas respostas perante o justo pro-

testo dos cidadãos».

O que está em causa, pois, no entender de António Filipe, são os direitos e liberdades da generalidade dos cidadãos, hoje ameaçados por actuações da «secreta» absolutamente condenáveis, que não podem deixar de colocar na ordem do dia o referido funcionamento dos mecanismos de fiscalização das actividades dos SIS.

Daí também o sentido da proposta reiterada pela bancada comunista no decorrer do debate para que o Ministro da Administração Interna, de quem depende o SIS e que responde politicamente pela sua actuação, compareça perante a Assembleia da República a fim de prestar os esclarecimentos considerados indispensáveis sobre essas actuações.

Comentada por António Filipe, noutra plano, foi a ameaça de aposentação compulsiva que impende sobre o Subchefe José Carreira, Presidente da Associação Sócio-Profissional da PSP. Defendendo a tese de que se trata não de um processo disciplinar mas sim de «natureza exclusivamente política que lhe foi movido a mando do Governo», o parlamentar comunista qualificou esta manobra de intimidação como um «facto vergonhoso» e exigiu o «arquivamento dos processos instaurados aos dirigentes da ASSP».



Entre os abusos e desmandos dos SIS contam-se as infiltrações de agentes em associações cívicas e organizações sociais (como é o caso dos estudantes) e a vigilância sobre partidos políticos, o que constitui uma actuação absolutamente intolerável num regime democrático

Alegado desvio de arquivos da ex-PIDE

Operação provocatória desmontada no Parlamento

Aproveitando o período antes da ordem do dia da última reunião da Comissão Permanente, na sua habitual linguagem des-temperada, o deputado Silva Marques, do PSD, teceu considerações a propósito das afirmações do Presidente da República na sua recente entrevista televisiva, aproveitando simultaneamente para dirigir ataques a todos os quadrantes da oposição. A resposta não se fez esperar e, pela sua parte, a formação comunista, pela voz de Lino de

Carvalho, não atribuiu outra importância ao esforço verbal do deputado laranja que não fosse o de pretender «desviar as atenções» dos «graves problemas do País».

Disso mesmo é testemunho a recente operação provocatória, envolvendo o Governo, a propósito do alegado desaparecimento, supostamente ocorrido há 20 anos, de documentos da ex-PIDE, visando, como salienta o Comité Central do PCP, no documento aprovado na sua última reunião, «um releu ataque ao Partido que lhe faz a mais firme e desassombrosa oposição».

Alimentando esta «manobra de diversão política», assim classificada por aquele organismo dirigente do PCP, o assunto foi também levado a plenário pelo mesmo deputado da maioria governamental, ao anunciar que a sua bancada vai avançar com um inquérito parlamentar a este caso.

«O senhor está manifestamente nervoso. Os senhores (PSD) estão muito doentes e tem que tratar dessa doença», replicou o deputado socialista Almeida Santos, antes de considerar que «o governo é que deve uma palavra» sobre o caso dos arquivos da PIDE, acrescentando não estar no Parlamento «para julgar assuntos de há 20 anos, porque se não» teria de se julgar «muito mais coisas».

«Se alguma vez os manuais de diversão política tiveram leitores atentos, eles encontram-se na bancada do PSD», sublinhou, por sua vez, o deputado Lino de Carvalho, que considerou tratar-se de «uma operação de diversão e provocação política do PSD para desviar as atenções dos graves problemas que o País enfrenta, nomeadamente o da Ponte 25 de Abril».

«Por que não pedem um inquérito parlamentar sobre o envolvimento de um correspondente da RTP, do ministro Marques Mendes, do SIS e do Governo a toda esta operação que foi montada?», inquiriu ainda o parlamentar comunista, antes de concluir que o PCP «não enfia a carapuça».

Entretanto, no período da ordem do dia, coube ainda a Lino de Carvalho pronunciar-se sobre os acontecimentos da Ponte 25 de Abril, salientando a este propósito a sistemática obstrução do PSD à convocação do Plenário da Assembleia da República para analisar em concreto este assunto.

Uma atitude que o deputado comunista interpreta como sintomática do isolamento em que o Executivo se encontra e que no fundo está associada a algumas iniciativas suas recentes (como é o caso do desafio da moção de censura) que constituem manobras de diversão para impedir o debate sobre «um problema que mobiliza o País e que evidentemente isola o PSD e lhe cria dificuldades».

Em Silves, nos dias 14 e 15 de Outubro

Jornadas Parlamentares do PCP

O concelho de Silves, no Algarve, recuperado nas últimas eleições autárquicas pela candidatura da CDU, foi o local escolhido para a realização das Jornadas Parlamentares do PCP, agendadas para os próximos dias 14 e 15 de Outubro.

No âmbito das Jornadas, que contarão com a participação de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, que intervirá na sessão de abertura, a formação comunista definirá as linhas de trabalho da

sua intervenção no decorrer da sessão legislativa que se aproxima, devendo simultaneamente analisar as iniciativas parlamentares a adoptar no futuro próximo.

A exemplo do que tem sucedido em todas as Jornadas anteriores, no decorrer desta sua estadia no Algarve os deputados comunistas visitarão ainda várias unidades produtivas e estabelecerão encontros de trabalho com organizações sociais da

região. Destaque merece ainda, por outro lado, o debate aberto sobre a problemática da Regionalização, para o qual estão a ser dirigidos convites a diversas personalidades e organizações, debate este a realizar em local a designar e que está a ser aguardado com alguma expectativa não apenas por se tratar obviamente de um tema de alcance nacional mas porque interessa sobremaneira à região do Algarve.

Ferreira do Amaral chamado ao Parlamento

A Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente decidiu, na sua última reunião, faz hoje oito dias, realizar uma audição parlamentar com o ministro das Obras Públicas, Ferreira do Amaral, com vista a debater toda a problemática relacionada com a Ponte 25 de Abril e a travessia do Tejo.

Além do ministro, a Comissão decidiu ainda ouvir, sobre a mesma matéria, a Junta Metropolitana de Lisboa e os presidentes de câmaras da área da Grande Lisboa.

Europa a várias velocidades

Um caminho perigoso

“A Europa a várias velocidades”, ou por outras palavras, o modelo a seguir na construção europeia - questão central da Conferência Intergovernamental agendada para 1996 - foi o principal tema de debate da sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), na semana passada, em Estrasburgo. As conclusões desta primeira abordagem reflectem, por um lado, a complexidade da questão e a divergência de posições das diferentes famílias políticas sobre a matéria e, por outro, a perigosa tendência que se desenha neste domínio.

Em síntese, pode dizer-se que o Parlamento Europeu rejeitou a Europa “à la carte” como possível modelo, mas admitiu, implicitamente, a Europa a duas velocidades.

Embora alguns eurodeputados, entre eles os portugueses, se tenham manifestado contra a consagração da existência de um “núcleo duro”, posição advogada pela Alemanha e pela França, a resolução aprovada

pelo PE depois do debate não é explícita neste ponto.

“O Parlamento Europeu considera que, no caso de uma pequena minoria de Estados tentar colocar obstáculos ao progresso durante a Conferência Intergovernamental de 1996, será necessário, nessas circunstâncias, definir modalidades que permitam aos Estados que o desejem prosseguir os seus esforços de in-

tegração europeia”, lê-se no texto.

Por outro lado, na resolução, o PE pede “que a Conferência Intergovernamental de 1996 resulte num acordo sobre a revisão dos Tratados, permitindo à Europa prosseguir rumo a União Política (...) e que nessa União Política todos os Estados-membros e todos os cidadãos tenham os mesmos direitos e deveres”.

O eixo franco-alemão

O debate, provocado pela divulgação de um documento da coligação no poder na Alemanha, a CDU/CSU, a favor da institucionalização da “geometria variável” ou de um “núcleo duro” (Europa a duas velocidades), teve o mérito de confirmar que existem sérios motivos de preocupação quanto ao futuro da União Europeia, como subli-

nhou na sua intervenção o eurodeputado comunista Joaquim Miranda, ao alertar que as posições alemãs, subscritas pelo primeiro-ministro francês Balladur, pretendem “lançar, marcar e enquadrar desde já o debate sobre a revisão dos Tratados”, visando ao mesmo tempo “a consagração e institucionalização de uma União Europeia a várias velocidades, com um directório dos países mais ricos a ditar as regras nos diferentes domínios”, ao sabor dos seus próprios interesses “e em prejuízo dos que desrespeitam a todos e a toda a Comunidade”.

Aparentemente, tais preocupações são partilhadas por diversos deputados. O eurodeputado português Luís Marinho, eleito pelo PS, por exemplo, defendeu que o “núcleo duro não serve de antídoto para uma Europa (à la carte)” e considerou “preversões” essas duas ideias.

Da maioria das intervenções de outros eurodeputados do Partido Socialista Europeu ficou, no entanto, apenas a ideia de que o PSE considera que a UE não pode ser dominada por um outro Estado-membro.

Já para o Partido Popular Europeu, que integra os deputados alemães da CDU, os maiores receios são “o imobilismo”

e, numa referência implícita ao Reino Unido, “os adeptos das tentativas de abrandamento no que respeita às suas obrigações comunitárias, preferindo soluções do tipo ‘Europa à la carte’”.

A posição do terceiro maior grupo do Parlamento Europeu, o Grupo Liberal, Democrático e Reformista, sobre esta questão parece ser a de que a UE não pode ser constituída por Estados que se servem “à la carte”, reconhecendo no entanto que as regras de convergência não permitirão a todos alcançar os objectivos fixados.

Em nome dos deputados portugueses que integram este grupo, António Capucho, do PSD, fez uma declaração em que se manifestou contra uma Europa de “núcleos vanguardistas e de núcleos menos duros” e a favor de uma Europa que continue “a salvaguardar os princípios da igualdade entre os Estados-membros”.

Nada de novo

Como afirmou o eurodeputado do PCP, Miranda da Silva, nenhuma destas questões é nova. Se algo de novo existe, isso acontece na forma clara e formal como o partido do chanceler Kohl aparece a defender a “geometria variável”, ou “na

convergência temporal e substancial das posições dos que governam na Alemanha e na França”, para já não falar dos que, “não estando contra tal estratégia, se iludem com a miragem de um lugar no pelotão da frente”.

Na sua intervenção, Joaquim Miranda lembrou como os comunistas portugueses alertaram “para o facto de o Tratado de Maastricht abrir as portas para uma Europa a várias velocidades, particularmente no domínio da União Económica e Monetária, e em especial com a inscrição e a insistência absurda nos critérios de convergência monetária”, e fez notar como desde o início se tornou evidente “que à meta traçada apenas chegariam alguns dos que nela quiseram participar”.

Lembrando os custos económicos e sociais suportados pelos que se aventuraram nesta corrida desigual, em que o monetarismo “se sobrepôs à indispensável salvaguarda de interesses fundamentais para economias de menor desenvolvimento e no domínio social”, o eurodeputado reafirmou as posições de sempre dos comunistas: **não a uma Europa a várias velocidades; prioridade, sim, à convergência real e não à convergência nominal.**

“Décadas de Europa”

— Um livro, uma denúncia, uma arma

“Décadas de Europa” é o sugestivo título do livro de Sérgio Ribeiro, apresentado em Lisboa na passada sexta-feira, no Centro Jean Monnet, num encontro-debate presidido pelo escritor José Saramago.

A iniciativa, que contou com a presença de diversas individualidades - Carlos Carvalhas, Corregedor da Fonseca, Luís Sá, Blasco Hugo Fernandes, Agostinho Lopes, Barata Moura, João Amaral, Joaquim Miranda, Edgar Correia, Helena Neves, entre outros - lembrou o percurso do autor nos complexos caminhos da integração europeia, na sua múltipla qualidade de estudioso, economista e deputado, que há mais de duas décadas acompanha tão controversa questão.

Como diria Saramago, que nos dias distantes do “Diário de Lisboa” partilhou com Sér-

gio Ribeiro um gabinete de trabalho e muitas reflexões sobre a CEE, o autor de “Décadas de Europa” dá-nos com este livro um contributo importante para a luta por uma Europa de paz e cooperação entre Estados soberanos.

O próprio autor afirmou, ao explicar as suas razões, ter desejado fazer “o tal livro que exacerbasse. Um pouquinho que fosse...”. Um livro que, mais do que “o pilar didáctico” em que procura explicar “o porquê, o como, o quando, o quem do processo de integração económica (e não só económica porque nada é só uma coisa)”, fosse também de “reflexão sobre a Europa que queremos, a Europa por que lutamos, europeus que, pela geografia e pela cultura, temos o sentimento e a convicção de ser, sem deixarmos de ser portugueses, sem abdicarmos das nossas concepções e da tarefa delas decorrentes de transformar o mundo”.

Sem veleidades de tarefa acabada, antes com a aguda convicção de que “as actualizações estão sempre a desactualizar-se” e de que muito é “o que não está no livro aca-

bado de sair e já desactualizado”, Sérgio Ribeiro fez uma chamada de atenção para o que de novo está a nascer na Europa, na Comunidade, no Parlamento Europeu:

“Depois de tanta morte anunciada, depois de tanto enterro adiado, depois de tanta erosão real, depois de tanta cissiparidade, depois de tudo o que a comunicação social foi levada a traduzir, a criar, a ampliar sobre a erosão, a cissiparidade, a morte, o enterro do comunismo e dos comunistas, no Parlamento Europeu houve, neste começo de mandato, em Julho de 1994, um sinal novo, um sinal de vida renovada, a juntar a outros sinais com igual significado. Esse sinal foi a formação de um grupo político juntando quem andava tresmalhado e malbaratado a força que só a unidade - no respeito pelas diferenças - traz (...)”.

Sinais de mudança de que a comunicação social, “distraída”, não dará eco ou, não podendo fazer-se distraída, desvalorizará. Por isso mesmo, Sérgio Ribeiro defende que “cabe-nos a nós, é nossa tarefa, divulgá-los, levá-los à reflexão dos colectivos que, formal ou informalmente, integramos, assim devendo procurar fortalecer a luta contra o que e quem nos quer esmagar, passar certidão de óbito, arquivar em museus de esquecimento, assim contribuindo para fazer dos passos titubeantes caminhos novos/outros”.

“Décadas de Europa” é uma arma para essa luta. Há que saber usá-la.

Pescadores em terra

Embarcações portuguesas estão impedidas de pescar em águas marroquinas, desde sábado, devido às divergências entre Marrocos e a União Europeia sobre a revisão do acordo de pesca entre as duas partes.

As autoridades de Marrocos recusaram a concessão das licenças de pesca para o próximo trimestre, iniciado a 1 de Outubro, condicionando a concessão das mesmas à aceitação pelos Doze das medidas que pretende introduzir no acordo de pesca Marrocos-União Europeia.

As autoridades de Rabat exigem uma redução do esforço de pesca da frota comunitária da ordem dos 50 por cento, bem como uma alteração profunda do tipo de redes utilizado por certas embarcações portuguesas e espanholas.

O impasse em que se encontram as negociações sobre a revisão do acordo de pesca UE/Marrocos afecta principalmente os dois países ibéricos, designadamente a Espanha, que tem 700 embarcações a operar em águas marroquinas.

Quanto a Portugal, a retenção por Marrocos das licenças para o próximo trimestre impede a saída para a faina das 40 embarcações de pesca portuguesas que normalmente operam em águas marroquinas.

O ministro português do Mar, Azevedo Soares, manifestou-se “muito preocupado” com as reivindicações marroquinas, considerando que as mesmas “carecem de justificações científicas e ultrapassam o âmbito dos ajustamentos às condições do acordo que são feitos regularmente”. Embora reconhecendo que as exigências marroquinas teriam conse-

quências drásticas para os pescadores portugueses, o ministro considerou “inevitáveis algumas concessões por parte da União Europeia”.

“Preferimos uma situação mais estável e previsível (definida no âmbito do acordo revisto), mesmo que isso implique algumas concessões a Marrocos”, disse o ministro do Mar.

O ministro considerou ainda “inevitável” que a frota portuguesa e a comunitária fiquem impedidas de pescar em águas marroquinas durante um lapso de tempo, mas garantiu que o Governo de Lisboa e a UE tomarão as medidas necessárias para compensar os pescadores vítimas desta situação.

Uma promessa que não sossega os pescadores portugueses e que levou já o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro a questionar a Comissão sobre que esforços estão a ser desenvolvidos para alterar (ou estabilizar) acordos de pesca com a UE e se existem algumas disponibilidades orçamentais para indemnizar armadores e pescadores pela paralisação forçada. Esta questão tornou ainda mais oportuna uma outra, referente à exiguidade das quotas atribuídas à frota portuguesa na zona NAFO (pouco mais de 2000 toneladas), que na prática está a inviabilizar a frota nacional. O eurodeputado comunista questionou a Comissão sobre esta matéria, aguardando-se agora a resposta sobre a possibilidade de serem atribuídas a Portugal quotas distribuídas a países que as não têm estado a utilizar. Dada a premência do problema - a sobrevivência de centenas de famílias está em causa -, espera-se que a resposta seja rápida.

décadas de
EUROPA

Sérgio Ribeiro

Palestina

O Centro palestino de informação para a paz e o Bloco israelita pela paz consideraram como alarmantes os atrasos que se vêm a registar na aplicação dos acordos de Oslo sobre a autonomia palestina. As duas organizações consideram que Israel é responsável por estes atrasos, em áreas como: as eleições do Conselho de autonomia, previstas para 13 de Julho passado e de que as respectivas negociações ainda nem sequer começaram; a retirada das tropas israelitas das cidades da Cisjordânia, que deveria preceder as eleições; a prometida passagem entre Jericó e Gaza, e que ainda não está aberta. As duas organizações denunciaram igualmente o prosseguimento da construção de habitações nos colonatos israelitas. Entretanto, a OLP afirmou o seu protesto contra a autorização para mais construções, concedida ao colonato israelita "Alfe Menashe", na Cisjordânia ocupada.

Itália

Os sindicatos italianos confirmaram a sua decisão de convocar uma greve geral se o governo não recuar nos seus projectos de austeridade no quadro do próximo orçamento. O governo de Silvio Berlusconi prepara a aprovação de uma lei de finanças "rigorosa".

Brasil

Mais de dois milhões de boletins de voto fraudulentos para as eleições gerais brasileiras foram apreendidos no sábado por agentes da Polícia Federal na cidade de Teresina, anunciaram as autoridades eleitorais locais. Os boletins de voto foram encontrados em poder de membros dos comités de apoio da coligação do ex-ministro das Finanças e candidato presidencial Fernando Henrique Cardoso. Porta-vozes da Polícia Federal de Teresina, capital do estado nortenho de Piauí, disseram que os falsificadores alteraram nos boletins de voto a ordem oficial dos candidatos à Presidência da República. Os agentes indicaram que a existência dos votos falsos foi descoberta e denunciada por advogados da coligação de esquerda, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, que apoia a candidatura de "Lula" da Silva.

Haiti

Mortos e feridos em Port-au-Prince

A tensão sobe no Haiti. Pelo menos, cinco haitianos morreram e dezenas ficaram feridos, no centro de Port-au-Prince durante violentos confrontos, desencadeados por partidários da ditadura militar, quando de uma manifestação pelo regresso do presidente no exílio Jean-Bertrand Aristide.

A marcha popular, convocada por 52 organizações políticas, sindicais e populares em memória das vítimas do golpe de estado militar de 30 de Setembro de 1991, passava perto de uma delegação da FRAPH, pró-Duvalier. Os manifestantes foram primeiro agredidos à pedrada, seguindo-se disparos, que provocaram o pânico entre os populares, sem que as forças militares norte-americanas interviessem.

De manhã, milhares de pessoas, incluindo o corpo diplomático, assinalaram o aniversário do golpe, que segundo a ONU resultou em pelo menos 3000 vítimas, com uma missa na catedral de Port-au-Prince, donde saiu a manifestação.

A deflagração, a semana passada, de um engenho explosivo no meio de uma multidão de manifestantes pró-Aristide, causara já sete mortos e várias dezenas de feridos.

As autoridades norte-americanas decidiram entretanto desarmar os elementos paramilitares que apoiam o regime militar haitiano, a começar pela Frente para o Avanço e Progresso Haitiano (FRAPH).

Neste quadro conturbado, prepara-se a sessão do parlamento haitiano que - de acordo com as exigências de Raoul Cédras, deverá decretar uma amnistia cobrindo todas as violações dos direitos humanos cometidas desde 30 de Setembro de 1991, data do golpe de Estado.

Nos Estados Unidos, as opiniões sobre esta intervenção militar, dividem-se.

Mais de metade dos norte-americanos opõe-se à intervenção das tropas dos EUA no Haiti, mesmo que concorde com a necessidade de controlar rigorosamente a polícia haitiana, indica uma sondagem efectuada por uma agência de imprensa norte-americana.

Segundo o mesmo estudo,



A repressão é ainda uma realidade no Haiti

divulgado em Nova Iorque, quase três pessoas em cada quatro (74 por cento) consideram que, uma vez no terreno, as forças armadas norte-americanas deveriam ter coarctado os ataques da polícia haitiana, na passada semana, contra os partidários do presidente Jean-Bertrand Aristide.

Todavia, 51 por cento dos

inquiridos expressaram uma opinião adversa à intervenção militar norte-americana no Haiti, contra 45 por cento que indicaram opinião favorável.

Do mesmo modo, quase metade das pessoas sondadas (48 por cento) considera que o acordo assinado a 18 de Setembro findo entre o antigo presidente Jimmy Carter e o

presidente provisório do Haiti, Emile Jonassaint, peca por falta de rigor.

Na mesma linha, 48 por cento dos norte-americanos preveem que os EUA vão conseguir reinstalar Aristide nas suas funções, mas 45 por cento avaliam que a tentativa de afastar os militares do poder não será coroada de êxito.

Angola

Prosseguem negociações

Os negociadores angolanos aprovaram o documento anexo militar que fixa as atribuições do órgão sucedâneo da comissão conjunta político-militar (CCPM).

Segundo o porta-voz da delegação governamental, essas atribuições militares terão apenas acção fiscalizadora, não envolvendo qualquer papel decisório quanto a eventuais divergências na implementação do protocolo de Lusaca.

Para o general Higinio Carneiro, falta apenas definir a denominação desse órgão para que este último tema da agenda negocial fique completamente encerrado, passando depois os negociadores a debaterem a conclusão de alguns aspectos já delineados mas ainda não aprovados.

O mesmo responsável esclareceu que os assuntos por definir prendem-se com os restantes cargos administrativos e comunais a atribuir à UNITA e para os

quais existe já uma proposta da delegação governamental em poder da mediação.

Aquele responsável sublinhou ainda que no decorrer desta semana será também adoptado o cronograma e o preâmbulo do protocolo de Lusaca.

Quanto à data para a entrada em vigor do cessar-fogo em Angola, o general Higinio Carneiro adiantou que ela ocorrerá 48 horas após a assinatura formal do protocolo de Lusaca,

conforme foi definido em Dezembro de 1993.

Higinio Carneiro considerou que a reunião entre as chefias dos estados-maiores dos dois exércitos, que começará logo depois de se esgotar a agenda negocial, terá uma duração-"relâmpago".

"Não podemos esperar muito tempo para que a guerra termine em Angola e tudo faremos para que essa data histórica chegue muito antes do fim deste mês", sublinhou.

Higinio Carneiro esclareceu ainda que nessa reunião serão tratados apenas aspectos de ordem técnica para a implementação do cessar-fogo.

Após o fim desta ronda negocial, começará uma reunião das chefias dos estados-maiores dos exércitos do governo e da UNITA, finda a qual será formalmente assinado o protocolo de Lusaca pelo presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

O povo iraquiano vítima do embargo

O Iraque ameaçou impedir que a ONU dê seguimento ao seu programa de controlo, a longo prazo, das armas iraquianas de destruição maciça, a menos que mude de política em relação ao governo de Bagdad.

Este aviso foi feito no jornal pró-governamental "Babil" de que o filho mais velho do presidente Saddam Hussein é director.

"Que os Estados Unidos não pensem que a destruição dos nossos mísseis nos torne incapazes (de ripostar), pois qualquer iraquiano representa um míssil balístico que pode alcançar

todos os países", incluindo os EUA, escreve pela sua parte o diário oficial "Al-Jumhuriya".

Estes comentários surgem em vésperas da visita ao Iraque de Rolf Ekeus, presidente da Comissão especial da ONU para o desarmamento do Iraque (UNSCOM).

Esta posição por parte do regime iraquiano vem também na sequência da recente decisão do Conselho de Segurança da ONU, de manter o conjunto das sanções internacionais em vigor há quatro anos, e que de facto tem atingido brutalmente as

populações iraquianas, enquanto de alguma forma levou mesmo ao reforço do regime de Saddam Hussein.

Esta a opinião defendida por Mufid Jazairi, membro do Comité Central do Partido Comunista Iraquiano, que considera essencial "levantar as sanções económicas, porque elas apenas atingem o povo iraquiano. Não põem em causa o regime de Saddam Hussein que de alguma forma ficou mesmo reforçado".

Jazairi sublinha que "apesar dos quatro anos de embargo, o

regime nada mudou da sua política repressiva. A repressão é mesmo cada vez mais feroz". E o povo sofre simultaneamente do "embargo e do terror".

O preço do embargo, para o povo iraquiano, tem sido terrível. Segundo um especialista da FAO, centenas de milhares de pessoas estão a ser vítimas da fome e de doenças evitáveis. Mais de duas mil mortes por semana, em consequência de rações alimentares que apenas cobrem metade das necessidades básicas, da pauperização e profunda degradação social.

Algumas doenças contagiosas recomeçaram a aparecer entre as crianças, como é o caso da poliomielite, a cólera, a pneumonia, a malária, entre outras.

Segundo um relatório da universidade de Harvard, as crianças iraquianas sofrem de distúrbios emocionais e mentais e de problemas de insónia e concentração.

Para os comunistas iraquianos, é urgente levantar as sanções económicas, mantendo entretanto o isolamento do regime de Saddam Hussein até à realização de eleições livres.

Cuba, ano V do Período Especial (conclusão) ■ Miguel Urbano Rodrigues

Da cidade do níquel à Divisão Mambisa

Moa. O nome da cidade é indígena e o cenário projecta o visitante num mundo fantástico. Fumos brancos e alaranjados mancham permanentemente o céu azul, subindo de altas e esguias chaminés. Enormes usinas recortam as suas silhuetas pardacentas no verde das montanhas e no vermelho agressivo de colinas descarnadas. Moa é terra mineira. Aquelas montanhas escondem no ventre uma riqueza fabulosa. Já Colombo, impressionado, informava a Rainha Isabel de que por ali havia mais ferro do que em Castela inteira.



O ferro oculta o níquel, o metal branco que, na hierarquia do capital, vem depois da prata.

A cidade desce até ao mar, finda numa baía de águas paradas e transparentes que empurra a imaginação para recantos do paraíso.

Moa era pouco mais do que uma aldeia grande quando a Revolução chegou. Os americanos tinham acabado de construir a usina «Pedro Sotto». Era a segunda da Província e do País, nascida do êxito da primeira, a «René Ramos Latour», em Nícaro, que proporcionava chorudos lucros.

Em Moa, os gringos, quando chegava a noite, fechavam os acessos ao bairro onde se erguiam as suas confortáveis residências. Mas faltou-lhes tempo para tirarem proveito do monopólio do níquel. A fábrica foi expropriada e começou a funcionar sob a direcção do Poder Revolucionário.

Moa cresceu com o minério. Hoje, a cidade tem 57 000 habitantes e o Município 71 000.

O níquel foi, até 1990, o segundo produto de exportação do país. Principiava a assumir a dimensão de alavanca do desenvolvimento, rompendo o ciclo da monocultura açucareira. Aos dois combinados metalúrgicos iniciais - o de Nícaro e a «Pedro Sotto» - juntara-se um terceiro, a usina «Che Guevara», construída com a ajuda soviética.

A capacidade de produção instalada atingia 76 000 toneladas de concentrados de níquel (com 10% de cobalto no caso da «Pedro Sotto»). O mercado mundial abria óptimas perspectivas.

De repente, o terramoto político que destruiu a URSS e o agravamento do bloqueio fizeram ruir a indústria cubana do níquel. O metal ficou praticamente sem compradores. Washington levou a perseguição tão longe que proibiu a entrada nos EUA de todos os produtos que incorporassem níquel cubano, por ínfima que fosse a percentagem.

Foi preciso esperar para recomeçar. Os EUA sentiam-se incomodados pelo facto de Cuba possuir uma das maiores reservas de níquel do mundo. Mas o boicote não poderia eternizar-se. Na viragem do milénio, o níquel tornou-se um produto estratégico indispensável a numerosas indústrias de ponta.

A nova política da «Cubaníquel» foi concebida em função do futuro. Em pleno Período Especial, vencendo dificuldades na aparência insuperáveis, tomou forma na concha montanhosa de Moa um novo combinado mineiro-metalúrgico.

Visitei aquele gigantesco estaleiro a falei ali com os engenheiros e os trabalhadores do Contingente Martínez Tamayo, os construtores da Camarioca, como eles chamam à futura empresa ainda sem nome.

«Se houver mercado», disseram-me, «poderá entrar em elaboração antes do final de 1995»...

O acordo assinado este ano pela «Pedro Sotto» com um consórcio canadiano do ramo veio fortalecer a esperança de que o níquel cubano possa em breve ocupar um lugar privilegiado a nível mundial. Os quatro combinados têm uma capacidade conjunta de produção superior a 105 000 toneladas, ou seja, mais de 700 milhões de dólares aos preços de exportação actuais.

Um sonho? Não. Uma promessa que se esboça no horizonte e que os cubanos tentarão transformar em realidade.

Em Moa caminhei pelas ruas de surpresa em surpresa. Quase 13 000 trabalhadores - mineiros, operários metalúrgicos, funcionários dos serviços - vivem do níquel. Essa ligação da força de trabalho ao minério parido pelas montanhas vermelhas marca profundamente a atmosfera urbana e a mentalidade da população.

Moa é, na acepção literal da palavra, uma cidade revolucionária.

Para fazer mais e melhor, aquela gente dura prescinde de apelos. Antecipa-se a eles. O cumprimento e a superação das metas mais ambiciosas decorre ali numa atmosfera de espontaneidade.

Senti isso no hospital, onde dos 600 trabalhadores 175 são médicos e mais de 200 enfermeiras. O director tem apenas 29 anos, é médico de clínica geral e fala do seu hospital (400 camas) como se fora uma instituição de figurino comum. Parecia carregar no olhar a inocência perdida do mundo.

Quando me fez perguntas sobre o funcionamento e a qualidade dos hospitais distritais em Portugal foi difícil esboçar o panorama...

Experimentei um choque similar no Instituto Superior Mineiro Metalúrgico, a Faculdade de Engenharia local, a Universidade como lhe chamam os moanos. O reitor, prof. Fernando Vasquez, é um *schollar* atípico, o tipo de humanista das ciências exactas que deixaria aflita a nossa ministra da Educação. Somente quando nos despedimos me dei conta de que havíamos falado mais do *instante* vivido pela Revolução e dos bolsieiros africanos que propriamente do seu Instituto.

Em jornadas como a de Moa, o acumular de imagens, informações e sensações é tão torrencial que quase impede a organização das mensagens recebidas.

Não esqueço, porém, que, em ronda pelo campo, ao entardecer, me apercebi de súbito que contemplava a síntese de um esforço integrado em que a soma das vontades se expressava em actos e palavras muito simples mas de significado complexo.

Primeiro, foi nos espaços da aquicultura: uns 16 hectares de tanques destinados à criação de tencas e tilápias, peixes tropicais que eu já conhecia dos tempos do Brasil.

De estudantes de piscicultura, os improvisados técnicos passaram a mestres em poucos meses. Não sei se os resultados vão corresponder à ambição. Mas eles falam já com a certeza de que daquelas águas de um verde espesso sairão, cada semestre, 32 toneladas de peixe. Para se treinarem, passaram inclusive a criar tilápias em casa...

Não longe, o complexo porcino é, para os homens do peixe, por múltiplos motivos, uma preocupação permanente. Antes do Período Especial, chegou a ter 25 000 porcos. Produzia 5000 toneladas de carne por ano e era o orgulho da Moa rural. Depois, acabaram as rações e os porcos começaram a ser abatidos.

Não havia dinheiro para importar os cereais indispensáveis. Um pesadelo que levou ao desmantelamento de centenas de unidades pecuárias similares.

Os mineiros e os operários, também deixou de fornecer frangos e ovos.

Nem tudo, porém, acabou. Inventando rações caseiras com bagaço de cana, mistura de restos de banana, hortaliças e um pouco de mandioca, os responsáveis conseguem manter ali mais de 200 porcos. O conjunto das malhadas, talvez o mais moderno e funcional da Ilha, foi preservado e funciona em ritmo lento. Com devoção, os responsáveis, enquanto esperam que as rações voltem, tratam de melhorar as raças existentes, Duroc e Yorkshire, cruzando os varrascos com marrãs crioulas.

«Sabe, companheiro», ouvi de um técnico, «o estrume dos porcos é aqui um bem precioso, por ser indispensável como fertilizante para os tanques da aquicultura. Sem ele, não teríamos peixe... Perdia-se todo aquele belo trabalho. Não vamos desanimar. Em breve, teremos outra vez porcos com fartura e galinhas e ovos. É preciso aguentar, não cair na impaciência...»

Noite adentro, em Moa, num dos *bungalows* dos antigos senhores americanos, a discussão à roda de uma grande mesa passou do níquel e dos porcos, do hospital e dos *balseros* para a entrevista que Raul Castro acabava de dar ao jornalista Luis Baez.

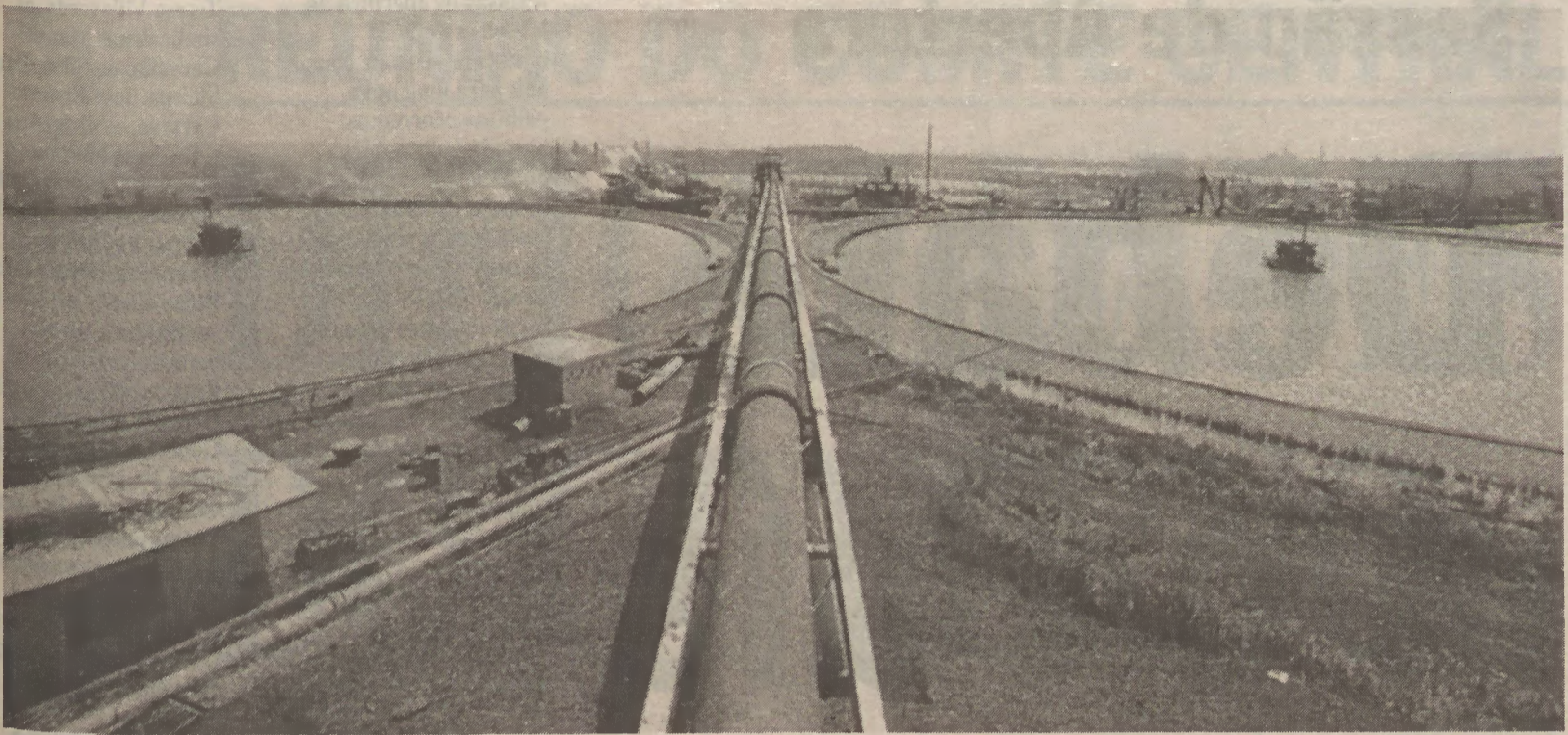
Na aparência das coisas, o bate-papo incidiu sobre a verdade e a mentira no percurso das revoluções e também sobre a autenticidade dos homens e a primeira prioridade estratégica de Cuba: produzir mais alimentos para o povo, de maneira mais organizada e por preços acessíveis.

Mas, na realidade, a discussão não teve fronteiras. Durante horas, os engenheiros Ricardo Quintana, Henry Parra, Paulo Valdivia e Oscar Lugo, funcionário do Partido, e o motorista Echavarría, cada qual com o seu estilo, transmitiram mundividências diferentes colocadas ao serviço de um objectivo comum. A fidelidade ao ideário da revolução humanista permitia a síntese. Naquela noite, em Moa, os problemas da terra do níquel trouxeram, afinal, para o debate, a totalidade da vida e o seu sentido.

Não é de admirar que em Moa a única tentativa de um grupo de *balseros* tenha fracassado. Quando se preparavam para iniciar viagem depois de terem roubado a lancha que faz serviço na baía, centenas de trabalhadores correram ao cais para lhes travar a saída. Foram tirados do barco um a um. Sem violência.

A batalha de Holguin

Holguin, a Província a que pertence o município de Moa, está empenhada numa batalha de que se vai falar muito. Pretende



aumentar 150% a produção de alguns alimentos essenciais. A ideia nasceu em Julho quando, em três grandes reuniões, os dirigentes do Partido procederam ao mais exaustivo inventário dos erros cometidos na execução das tarefas do Período Especial. A crítica aos repetidos fracassos verificados na Agricultura mereceu atenção especial.

A resposta à pergunta *Que fazer?* levou a uma análise do exemplo de Guantanamo.

A Leste e Sul de Holguin, Guantanamo é a mais pobre província de Cuba. As terras são as piores da Ilha e a região foi atingida por sucessivas calamidades, desde a chamada Tempestade do Século a inundações devastadoras. E, contudo, superando condições muito desfavoráveis, foi a Província onde, no último ano, mais aumentou a produção de alimentos. Guantanamo atirou por terra a desculpa tradicional do *No se puede*.

Holguin decidiu imitar Guantanamo e dar resposta imediata e muito concreta ao apelo do *Si, se puede!*

É uma estranha campanha a que está em desenvolvimento naquela Província. Coisa somente possível em Cuba.

Um exército sem armas, de trabalhadores, iniciou no dia 28 de Setembro p.p., após um grande comício-festa na Praça da Revolução de Holguin, a arrancada para a produção maciça de tubérculos e hortaliças. São cerca de 2300 voluntários comprometidos a trabalhar durante dois anos no regime dos *contingentes agrícolas*: jornadas de 10 horas diárias como mínimo, e 26 dias em cada mês, com dois de descanso após 13 de actividade. O compromisso tem a duração de dois anos.

Isto sob as duras condições do clima do Oriente cubano (no final de Setembro as mínimas rondavam os 24 graus e as máximas raramente desciam abaixo dos 34 graus).

Exclusivamente para abastecimento da capital da Província - cidade com 300 mil habitantes - foi constituída uma força de 1800 homens e mulheres intitulada Divisão Mambisa Major General Calixto Garcia (1), que terá oito Frentes e tantas brigadas quanto as necessárias. Cada frente será acompanhada por um jornalista, um médico e um padre. Os estímulos serão simultaneamente morais e materiais, mas a modéstia do salário (225 pesos mensais) é esclarecedora dos limites do material.

Todos os recursos da Província foram mobilizados para assegurar o êxito da Divisão, bem como os melhores quadros do Partido, o que obrigou a transferências e substituições de pessoal em serviços importantes.

Cada uma das Frentes recebeu o nome de um general holguinero da Guerra Mambisa de 1895 e os prémios a atribuir às brigadas mais produtivas apresentam um significado simbólico: réplica de canhões e machetes dos heróis das lutas de libertação do final do Século XIX.

Posso testemunhar que nas vésperas da partida para os campos o moral das tropas era elevadíssimo. Aquela gente estava disposta a pulverizar recordes de produção.

A atmosfera em Holguin não se assemelhava, entretanto, minimeamente à que na URSS ficou a assinalar a época do stakhanovis-

mo. A consciência da responsabilidade do compromisso não apagou nos novos mambises a alegria crioula. Ao responderem ao apelo *Al Combate!*, as brigadas mambises partiam para a Frente com o espírito de quem faz da defesa da Revolução uma festa permanente. A juventude holguinera fazia demonstração prática de um desabafo de Juan Contino (o actual coordenador dos Comitês de Defesa da Revolução-CDR) divulgado no auge da crise dos *balseros*: «Estamos todos pintados de 26 de Julho!»

Se Holguin tiver êxito nesta batalha pacífica ficará provado que Cuba pode atingir a auto-suficiência na produção de quase todos os alimentos básicos essenciais de origem vegetal. Uma vitória da Divisão Mambisa Calixto Garcia, pela força das suas repercussões em múltiplos terrenos, dinamizará o mercado agro-pecuário e contribuirá para a queda do dólar no câmbio negro, a valorização do peso e o saneamento financeiro.

A confiança dos dirigentes locais era tamanha que insistiram em me convidar para a celebração, em 1995, do primeiro aniversário da Divisão Mambisa.

«Esperamos por você em Setembro próximo para comemorar a vitória conosco!» — dizia-me Ramón Alcantara, segundo-secretário do Partido da Província.

A desinformação

Aos inimigos da revolução tudo serve para a denegrir. Inventam pretextos quando eles não aparecem.

Este ano, importantes êxitos alcançados no alargamento de relações com a Europa foram com frequência apresentados pela imprensa internacional como recuos da Revolução e capitulações ideológicas.



Cito, como exemplo, o Seminário *Cuba open business*, promovido em Havana pela revista britânica *The Economist*. A iniciativa permitiu que dezenas de empresários do Reino Unido visitassem a Ilha e comprovassem a falsidade das campanhas anticubanas. Durante os trabalhos, os princípios e os objectivos da Revolução foram expostos com clareza. As relações comerciais com a Grã-Bretanha intensificaram-se. Em Setembro p.p., o ministro do Comércio do governo John Major visitou Cuba e criticou com severidade o bloqueio norte-americano, sublinhando que o Reino Unido não permite que as filiais das empresas dos EUA instaladas no seu país apliquem as disposições da Lei Torricelli com implica-

ções extraterritoriais.

Que concessões ideológicas fez Cuba? Nenhuma. Mas o simples título *Cuba open business*, serviu de inspiração a artigos onde se insinuava que a Ilha avança para o capitalismo.

Uma delegação do Conselho do Patronato Francês visitou também Cuba. Voltou muito bem impressionada, afirmando a sua disponibilidade para incentivar as relações comerciais entre a França e Cuba.

Não houve qualquer concessão. Mas choveram também artigos caluniosos.

O próprio Fidel reconhece que as circunstâncias da História, após a implosão da URSS, obri-

garam o Governo e o Partido cubanos a tomarem medidas que noutra situação nunca teriam sido adoptadas. A estratégia definida para o Período Especial levou concretamente à criação de empresas mistas no regime de *joint ventures* e ao *boom* turístico, cujas incidências negativas são tema de permanente e atenta discussão. A despenalização da posse de divisas, sobretudo, gerou desigualdades sociais e produziu situações que colidem com a ética socialista. Mas não havia alternativa. O objectivo prioritário era garantir a sobrevivência da Revolução.

É falso que qualquer das medidas aprovadas desde 1990 tenha destruído conquistas fundamentais do Socialismo.

Na frente intelectual, ao contrário do que têm afirmado *medias* europeus e norte-americanos, o número de deserções no último ano foi pequeno. Na impossibilidade de poderem citar nomes de prestígio, fizeram algazarra cada vez que os cineastas Jesus Dias e Jose Horta, ambos no exílio, criticaram a Revolução em entrevistas, artigos ou conferências.

Ao regressar a Portugal, vindo de Havana, li no *Público*, logo no dia seguinte, um texto assinado pelo sr. Miguel Vale de Almeida, no qual aquele colonista afirmava que o filme *Morango e Chocolate* não foi exibido em Cuba. Exemplo típico de uma mentira maldosa. No ano passado, o referido filme, que tinha recebido o Prémio Nacional de Cinema, estava em exibição, em Dezembro, no maior cinema de Havana. Logo que cheguei, aconselharam-me a vê-lo. Transcorridos dez meses, em Setembro p.p., a televisão e a rádio cubanas incluíam ainda nos seus noticiários referências aos comentários elogiosos da crítica europeia ao filme sobre o qual foram publicados em Cuba numerosos artigos de opinião.

Dias depois, um amigo, preocupado, falou-me da crónica do *Público*. O reparo colocou-me perante a evidência: a mentira atingira dezenas de milhares de portugueses...

*
**

Creio, repito, que a Revolução Cubana caminha para a saída do túnel.

Desembarquei em Havana no momento mais crítico dos últimos anos, no auge da saída dos *balseros*. Sentia enorme apreensão.

Uma semana depois, Cuba contabilizava vitórias estratégicas: primeiro, os Acordos com os EUA; depois, os Acordos com o México.

Sobrepondo-se à adversidade, o Partido emergiu do período mais sombrio com uma combatividade, uma confiança e um espírito revolucionário renovados.

O destino e a rota da Revolução, apesar dos imensos perigos do percurso, voltam, no fundamental, a estar nas mãos do povo que a tornou possível.

Armando Hart expressa bem o momento da Revolução ao escrever: «Tudo está em que saibamos relacionar a nossa firmeza e a nossa flexibilidade com a força das nossas instituições e dos nossos sentimentos e ideais mais puros e que promovamos, como sugeri Fidel, o génio colectivo do povo.»

Não creio que haja vaidade na conclusão. O povo de Martí e Fidel habitou-se a amar a utopia de maneira peculiar. Em Cuba, a História exige uma interpretação que lhe contraria a lógica aparente.

(1) Os mambises eram os patriotas cubanos que combatiam o exército espanhol nas guerras de libertação. O general Calixto Garcia foi o mais destacado dos chefes militares mambises, na região de Holguin.

Sessão de Abertura

Debate com o País

para uma nova política

1. Na sequência das orientações e decisões adoptadas pelo seu Comité Central, na sua reunião de 14 de Junho, o PCP apresenta hoje, de forma mais desenvolvida, os objectivos, as características e outros aspectos fundamentais de uma importante e exigente iniciativa política que se propõe promover e animar nos próximos meses: o «Debate com o País para uma nova política».

2. Sob esta designação, o que o PCP se propõe impulsionar é um vasto, diversificado e descentralizado conjunto de iniciativas de debate e reflexão sobre os problemas nacionais e sobre a nova política necessária ao progresso de Portugal. Um vasto, diversificado e descentralizado conjunto de iniciativas que concretize espaços e oportunidades de encontro e de diálogo e que favoreça avanços no sempre incompleto e imperfeito esforço de compreensão da realidade nacional e do aprofundamento das soluções e respostas que uma alternativa democrática ao governo do PSD e à política de direita deve assegurar.

3. A gravidade dos problemas nacionais, a evidência das responsabilidades e do fracasso da política de direita, a acrescida consciência de que o projecto de fundo do PSD é um projecto autoritário de retrocesso social, económico e político (como acaba de ficar confirmado com o seu projecto de revisão da Constituição de autêntico ajuste de contas com o 25 de Abril e as suas aquisições essenciais), indicam claramente que a esperança de uma real mudança na vida nacional exige muitíssimo mais do que meros retoques, adaptações ou “nuances” na política que o país tem vindo a sofrer, exige uma corajosa e assumida ruptura com os objectivos fundamentais, as concepções e os métodos da política de direita.

É, assim, nossa firme convicção que o aprofundamento de uma proposta de uma nova política, contendo o desenvolvimento de uma inovadora resposta de esquerda aos complexos problemas com que a sociedade portuguesa está confrontada, no limiar do novo século, constitui sem dúvida um elemento definidor fundamental e a questão central da alternativa democrática de que o País precisa.

É uma evidência que a possibilidade de concretização futura de uma nova política dependerá da colocação da direita em minoria e da conquista de uma nova maioria, uma maioria democrática na Assembleia da República, objectivo que, a nosso ver, e como muitas vezes temos sublinhado, manifestamente não pode ser alcançado por uma única força política.

Mas, ao mesmo tempo, estamos firmemente convencidos que o aprofundamento dos traços fundamentais de uma nova política (quer realizado no plano da vida interna do Partido quer no âmbito do debate aberto que estamos hoje aqui a anunciar),

o fortalecimento da aspiração e um grande movimento de mobilização, de confiança e de credibilidade em torno de tal objectivo são condições essenciais para a conquista de uma nova maioria, exactamente porque muito podem ajudar a superar fenómenos de desânimo, falta de esperança e abstenção que, nas últimas eleições legislativas, bastante devem ter prejudicado os resultados das forças democráticas.

4. O «Debate com o País para uma nova política», constituindo naturalmente um importante processo de diálogo aberto do PCP com a sociedade portuguesa, tem, entretanto, ao mesmo tempo como ambição o propósito de estimular e favorecer o diálogo e a convergência entre democratas. Diálogo e convergência entre quantos, independentemente da sua sensibilidade política ou ideologia e despidos de preconceitos, partilhem de uma comum atitude de preocupação com a situação nacional e com o presente e o futuro do País, de condenação da política de direita, de recusa da alegada fatalidade da sua perpetuação por esta ou aquela forma, de empenho e confiança na necessidade e possibilidade de uma outra política capaz de assegurar o desenvolvimento, a justiça social, o progresso nacional, o aprofundamento da democracia, uma vida melhor para todos os portugueses.

5. Na definição de uma nova política, não estamos, como é conhecido, a partir do zero. Nem somos daqueles, também, que têm e exibem a pretensão de poderem sozinhos resolver os problemas nacionais - ou porque têm fraca consciência da sua gravidade e sobrevalorizam as suas forças ou, ainda pior, porque não se propõem aplicar políticas muito diferentes das da direita.

O PCP apresenta-se neste debate aberto, como portador de um significativo património de análises e de propostas e de um projecto programático de democracia avançada para o nosso país, de uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural.

É à luz dessa reflexão própria, sobre Portugal e o seu futuro, que adiantamos alguns temas fundamentais para o Debate que hoje aqui vos propomos. São eles:

- o desenvolvimento económico e a promoção do emprego;
- mais justiça social, como objectivo e condição de desenvolvimento;
- mais participação, mais informação, mais democracia;
- educação, ciência e tecnologia, e cultura - vectores estratégicos para o desenvolvimento;
- a soberania nacional numa Europa e num Mundo de acrescidas interdependências.

6. Muito mais do que um mero conjunto disperso de iniciativas, o «Debate com o País para uma nova política» pretende

A sessão de abertura da iniciativa do PCP intitulada «Debate com o país para uma nova política» ocorreu na passada quinta-feira, numa sala de um hotel lisboeta, completamente cheia com as presenças de numerosas personalidades da vida política, sindical, social e cultural do nosso país. Entre as pessoas que pudemos ver, para além de muitos dirigentes do Partido, contavam-se os organizadores do congresso «Portugal, que futuro?», Gomes Mota e Mário Ruivo, os escritores José Saramago, José Cardoso Pires, José Manuel Mendes e Modesto Navarro, a realizadora

Teresa Villaverde, os sindicalistas Manuel Carvalho da Silva, Paulo Sucena, José Ernesto Cartaxo, os dirigentes da CNA João Vieira e Joaquim Casimiro, gente da cultura como Cláudio Torres, Rui Mário Gonçalves, Borges Coelho, Pedro Ramos de Almeida ou Manuel Gusmão, autarcas como Daniel Branco, Abílio Fernandes, Eufrazio Filipe e Rui Godinho, personalidades como Pezarat Correia, Corregedor da Fonseca, Vasco Gonçalves, António Galhordas, engenheiro António Gonçalves, o jornalista/escritor Carlos Coutinho, Blasco Hugo Fernandes, Eduardo

traduzir-se na realização de um conjunto de debates e sessões públicas em todo o País, envolvendo iniciativas de âmbito nacional, regional, distrital e local, com figurinos diversos e temáticas gerais e sectoriais, mas ligadas por um fio condutor.

Já a partir do mês de Outubro e durante os meses seguintes - em datas, locais e condições a divulgar oportunamente - está previsto um conjunto de debates sobre temas e problemas que pensamos corresponderem a um conjunto de questões cruciais:

- Constituição, sistema político e participação democrática;
- direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores;
- descentralização, regionalização e participação;
- desenvolvimento económico, política salarial e emprego;
- política de competitividade nacional, modernização e valorização do aparelho produtivo e da especialização produtiva do país;
- ambiente e desenvolvimento,
- justiça social - objectivo e condição de desenvolvimento;
- as funções sociais, o Estado e os cidadãos;
- a segurança social: universalidade, selectividade e financiamento;
- educação, ciência e tecnologia, cultura - vectores estratégicos de desenvolvimento;
- a reforma da saúde;
- a geração jovem;
- Áreas Metropolitanas - a vida, o urbanismo, os problemas e os desafios;
- televisão, democracia e sociedade
- Portugal e a integração europeia.

Sem prejuízo da convocação das primeiras iniciativas, a ter lugar dentro de dias, o PCP e as suas organizações manifestam-se inteiramente abertos e disponíveis para considerar todas as sugestões que outros democratas entendam apresentar.

O grande debate nacional, que esta iniciativa do PCP se propõe ser, deverá culminar, antes do final do primeiro semestre de 1995, com uma grande realização de âmbito nacional, em que se procederá a um balanço dos debates e à síntese dos contributos para uma nova política.

7. Esta iniciativa do PCP comporta, naturalmente, um especial apelo à participação e à intervenção de cidadãos que, pela sua experiência profissional, conhecimentos, reflexões, qualificações ou especializações em diversos domínios, podem dar uma grande contribuição para o aprofundamento e rigor da reflexão sobre os problemas nacionais.

Comporta também um especial apelo a todos os cidadãos que, exercendo destacadas responsabilidades como dirigentes ou activistas de múltiplas instituições, associações, grupos de interesses e organizações sociais, nomeadamente de trabalha-

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

1 e 2
de Outubro
1994

DIFICULDADES DO GOVERNO ENCORAJAM A LUTA

• Comunicado
sobre
a actual
situação
política

REFORÇAR A INTERVENÇÃO ORGANIZADA DO PARTIDO NO SEIO DOS TRABALHADORES

- Documento sobre a Conferência Nacional do PCP
- Regulamento da Conferência

Comunicado do Comité Central

Dificuldades do Governo

O Comité Central do Partido Comunista Português efectuou, nos dias 1 e 2 de Outubro, uma reunião plenária para apreciar os mais recentes desenvolvimentos da situação nacional e definir orientações para as grandes iniciativas do Partido actualmente em curso, em especial o «Debate com o país para uma nova política» e a Conferência Nacional do PCP de 26 de Novembro, aprovando em relação a esta última um documento intitulado «Reforçar a intervenção e a organização do Partido no seio dos trabalhadores».

Em relação à situação nacional, o Comité Central concluiu que, comportando novos e sérios perigos para o regime democrático, ela se caracteriza presentemente, nos seus aspectos essenciais, pelos três traços seguintes:

- A degradação da situação política, económica e social do país e o profundo e generalizado descontentamento popular, traduzido em movimentações sociais de grande amplitude;

- O crescente recurso por parte do Governo à diversão, à provocação, à intimidação e à repressão (sem excluir a demagogia), como formas preferidas para enfrentar as suas dificuldades crescentes, as lutas populares e a oposição à sua política;

determinação e justeza dos objectivos, como por se ter revelado e funcionado como o despoletar do mal-estar social geral e do profundo descontentamento das massas populares com a política de direita.

É por este duplo aspecto que o movimento reveste que o Governo não hesitou em apresentá-lo como um problema de ordem pública, para a seguir tentar sufocá-lo pela acção combinada da provocação e da repressão.

Contudo, as múltiplas solidariedades e simpatias que o movimento dos utentes da Ponte desperta em todo o país e os valores democráticos que persistem na vida nacional, têm contrariado e inviabilizado os repressivos propósitos de Cavaco Silva.

O que está justamente posto em causa na Ponte 25 de Abril não é apenas o aumento da portagem decretado em Junho, com as adaptações com que foi adoptado em Setembro, mas a revogação imediata desta decisão abrindo caminho para a abolição da própria portagem numa ponte que há muito está saturada e paga.

O que está em causa é a essência de um plano de transportes que resolva os problemas das acessibilidades no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, objectivo pelo qual o PCP se tem batido.

ração, como para os que também já explodiram em acções e lutas concretas, como, entre outras, as lutas dos trabalhadores, dos agricultores, dos pescadores, dos professores e pessoal não docente, dos magistrados, de profissionais da saúde, dos jovens e estudantes, da PSP e da GNR, e as mais variadas acções de protesto das populações.

A censura ao Governo está actuante na rua e não deixa de repercutir fortemente na acção das forças e entidades políticas e institucionais.

Cavaco Silva e os outros dirigentes do PSD já não conseguem disfarçar a sua inquietação e receios em face dos sinais de isolamento e da crescente resistência oposicionista que têm que enfrentar.

Ao lançarem o desafio aos partidos da oposição para apresentarem uma moção de censura ao Governo, o que os governantes cavaquistas têm em vista é enclausurar nas paredes de S. Bento, onde ainda disfrutam de maioria absoluta, a discussão da censura que o país lhes aponta e fingirem que derrotam e anulam pelo voto automático dos seus deputados eleitos há três anos.

A disponibilidade do CDS para corresponder ao desafio do PSD e apresentar a solicitada moção, é um frete monumental ao

mento produtivo, quer as produções na indústria, na agricultura, nas pescas e na construção continuem a evoluir a taxas negativas, embora em desaceleração. Por outro lado, o emprego continua a diminuir, os salários reais continuam a decrescer e o desemprego não mostra tendência para deixar de aumentar.

Ao contrário do que o Governo tem proclamado, o que recentes estatísticas revelam é que o nosso país, em vez de se aproximar, tem-se distanciado dos outros países da União Europeia, nos indicadores económicos fundamentais.

A recente publicação dos dados globais da evolução económica em 1993 mostra à evidência que, inversamente ao discurso governamental do «oásis», a recessão em Portugal foi muito mais profunda que na generalidade das economias europeias; que essa maior profundidade da recessão económica assenta, quer em deficiências estruturais que persistem e se acentuam, quer na política suicida que o Governo prosseguiu, nomeadamente, com a revalorização do escudo e com o nível elevado das taxas de juro; e que a saída da recessão está a ser muito mais lenta e será mais prolongada em Portugal que nas restantes economias.

Por isso mesmo, as instituições que realizam projecções económicas estão, na generalidade, a revê-las com perspectivas mais pessimistas. O que torna descaradamente mais propagandístico o discurso autista do Governo e mais irrealistas as suas alegadas previsões para 1994 e 1995.

O PCP reafirma que a recuperação da actividade económica não se consegue com discursos propagandísticos, nem com projecções irrealistas e infundamentadas. Não poderá haver efectiva retoma do crescimento económico sem que se definam políticas visando uma nova dinâmica do aparelho produtivo, o aumento da procura interna, quer no âmbito do investimento, quer no do consumo, e sem que se criem condições para que esse aumento da procura interna possa ser satisfeito preferencialmente pela produção nacional.

O Comité Central salienta que a situação do País exige uma política económica virada para o aumento do emprego e dos salários, o reforço da segurança social, isto é, uma política inversa à do Governo de Cavaco Silva, que pretende impor em 1995, e pelo terceiro ano consecutivo, o aumento do desemprego, a liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores, a diminuição dos salários reais e a redução da quota-parte dos salários na distribuição do rendimento nacional.

A armadilha da Concertação Social

No plano social, o prosseguimento da destruição do aparelho produtivo, o desmembramento e privatização de grandes empresas públicas, o encerramento, a falência e a ruína de milhares de pequenas e médias empresas e explorações agrícolas têm arrastado consigo milhares de postos de trabalho. Criaram situações crescentes de salários em atraso, rescisões forçadas, insegurança, precarização e desemprego de longa duração.

A proposta que o Governo apresentou em sede de Concertação, articulada com o projecto de revisão constitucional do PSD, constitui uma nova e perigosa tentativa para liquidar direitos fundamentais dos trabalhadores e, para além de ir ao encontro das prin-



- O grande imperativo da luta por uma nova política e por uma alternativa democrática, em que, como cada dia se torna cada vez mais evidente, o reforço do PCP constitui o factor decisivo.

É na consideração global destas linhas essenciais, que se pode ajuizar, com justeza, sobre as atitudes e comportamentos das diferentes forças e entidades políticas, avaliar, com realismo, as perspectivas para o desenvolvimento da luta e definir, correctamente, as respostas e tarefas correspondentes.

A censura ao Governo está na rua

O grande movimento de protesto contra o aumento e a portagem na Ponte 25 de Abril tornou-se um acontecimento marcante da vida nacional, neste último período, tanto pela muito ampla base de apoio, persistência,

O que está irremediavelmente posto em causa é o plano de sucessivos aumentos da portagem (infligidos aos utentes da Ponte 25 de Abril) que o Governo acordou com os construtores privados da nova ponte Sacavém/Montijo, visando contribuir para o financiamento e a viabilização desta última, o que mais que uma taxa configura um imposto.

É isto mesmo que constitui uma ineludível derrota do Governo, reveladora da irresponsabilidade com que se compromete e tenta comprometer o Estado português e que não poderá deixar de ter as mais graves consequências políticas.

Mas o descontentamento e os protestos da Ponte provocam, além disso, um medo especial a Cavaco Silva e à equipa dirigente do PSD, porque chamam a atenção para todos os outros descontentamentos e protestos que se acumulam no país, tanto para os que ainda se encontram em fase de mal-estar e exaspe-

Nenhuma manobra ou intriga parlamentar pode disfarçar quer o descontentamento que alastra no país, quer as dificuldades crescentes do Governo, constituindo ambas um grande encorajamento ao desenvolvimento da luta popular e à intensificação de toda a acção oposicionista.

A burla da «retoma»

A análise do Comité Central mostra que as dificuldades governamentais se situam também no domínio da economia.

O discurso optimista do Governo sobre a retoma da actividade económica não tem sustentação nos elementos estatísticos divulgados, nem na realidade vivida pela generalidade dos sectores produtivos, pelos agricultores, pelos pescadores e pelos trabalhadores da indústria e do comércio. O que efectivamente se verifica é que, quer o investi-

encorajam a luta

principais reclamações da CIP, corresponde ao apuramento estratégico e ideológico das orientações ditadas pelos centros de decisão do grande capital europeu e multinacional.

Ao pretender a redução dos salários, a desregulamentação dos horários e das profissões, a retirada de direitos, regalias e conquistas sociais e laborais que as convenções colectivas consagram, a desvalorização da contratação e da acção reivindicativa, a alteração ao sistema de Segurança Social, pôr fim ao salário mínimo nacional e, simultaneamente, a nível da Constituição, eliminar as comissões de trabalhadores e os seus direitos de participação e intervenção, mutilar o direito à greve e levar a Concertação às empresas, transformando-a num instrumento de capitulação e conciliação a favor dos interesses do patronato, o PSD e o seu Governo visam aumentar a exploração dos trabalhadores, absolutizar o poder discricionário do grande capital nas empresas e dar cobertura legal às ilegalidades existentes nos locais de trabalho.

O PCP interpreta com profunda preocupação o estranho e comprometido silêncio do PS, assim como as posições da UGT que procura criar a ideia de que nas negociações só estão em causa os salários, enquanto subcreve propostas para acabar com a universalidade do sistema de segurança social, de alteração à legislação do trabalho no sentido da desregulamentação e da flexibilização dos horários e organização do trabalho, o estímulo ao trabalho parcial que, aliadas à desvalorização da contratação colectiva, representariam graves cedências nos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos trabalhadores, direitos que são parte integrante do regime democrático.

O Governo incorre num grave engano, se julga que um «acordo» imposto com a colaboração da UGT poderá desarmar, em qualquer proporção significativa, a luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos, conquistas e grandes objectivos reivindicativos.

O Comité Central do PCP apela a todas as forças políticas e sociais identificadas com o progresso e a justiça social, aos militantes comunistas, aos trabalhadores e às suas organizações para intensificarem a luta em defesa dos seus interesses, pela melhoria das condições de vida, a defesa das liberdades e das conquistas democráticas. O Comité Central apela à unidade de esforços capazes de travar e derrotar os objectivos do Governo do PSD.

Em causa o funcionamento das instituições

Como noutras ocasiões em que experimentou maiores dificuldades, o Governo do PSD pôs em evidência, neste último período, a sua incapacidade para dialogar e a sua natureza arrogante e autoritária. Mas mais ainda do que noutras ocasiões revelou uma propensão crescente para recorrer à diversão, à provocação, à intimidação e à repressão.

A reunião do Conselho Superior de Segurança, de 17 de Setembro, foi precedida de uma escalada de acções provocatórias e de contra-informação, em que estiveram envolvidos membros do Governo, estruturas do PSD e serviços de informações, especialmente o SIS.

O objectivo desta escalada era criar um clima de alarme, de intimidação e de instabilidade pública, incluindo as habituais invenções dos serviços secretos (desta vez era o «cerco a Lisboa») tudo para preparar a clas-

sificação do movimento de protesto na Ponte, como uma questão de «ordem pública» e justificar procedimentos de excepção no plano repressivo, chegando a falar-se num mini-estado de sítio.

Ao contrário, porém, do que o Governo parece julgar, o espírito do 25 de Abril persiste no nosso país com força bastante para contrariar e impedir estas operações antidemocráticas.

Nem os utentes da Ponte, nem as forças políticas, com destaque para o PCP, que com eles se têm solidarizado, nem a comunicação social se deixaram intimidar.

É o Governo que está no banco dos réus e deve explicações ao país pela forma desrespeitadora da Constituição, da lei e das regras mínimas de conduta democrática com que tem procedido, nomeadamente, em relação aos acontecimentos da Ponte.

Inserir-se no quadro de uma manobra de diversão política, agora com a colaboração de serviços secretos e de agentes estrangeiros, o envolvimento do Governo na operação provocatória do alegado desaparecimento, supostamente ocorrido há vinte anos, de documentos dos arquivos da ex-PIDE, que visa um releu ataque ao Partido que lhe faz a mais firme e desassombrosa oposição - o PCP.

O Comité Central considera que reveste uma gravidade muito especial a actuação dos serviços de informações, em particular do SIS, transformados em polícia política do Governo e do PSD, sem qualquer controlo democrático, e procedendo, segundo eles próprios deixam «escapar» para a comunicação social, a «fiscalizações», incluindo escutas telefónicas, de partidos políticos e eleitos das autarquias locais, e a «infiltrações» e acções de «bufaria» nos movimentos de massas.

Não podem deixar de ser assinaladas as preocupações publicamente manifestadas pelo Presidente da República em relação à actividade dos serviços de informações.

Em face delas, numa área de tanto melindre para o regime democrático, seria de esperar um pronto e cabal esclarecimento ao país da parte do Governo e a afirmação da sua total disponibilidade de contribuir para assegurar o estrito respeito pela legalidade.

Em vez disso, porém, é o próprio Primeiro-Ministro que se insurge contra a ideia da convocação de uma reunião do Conselho de Estado e que acusa os que criticam de «recoerem a tudo» e é o PSD inteiro que reabre a guerrilha institucional com o Presidente da República.

Para o PCP é hoje perfeitamente legítimo acusar o Governo de Cavaco Silva de estar a promover o policiamento crescente de toda a vida política portuguesa, de tal maneira que, com a permanência do PSD no Governo, o regresso do Estado policial já deixou de ser uma simples ameaça.

Para o PCP, é também uma evidência que o Governo está a pôr em causa o regular funcionamento das instituições.

O factor decisivo

Os últimos desenvolvimentos da vida política nacional não deixam dúvidas de como é imperativa a concentração dos esforços por parte das forças democráticas em três objectivos capitais: o combate sem tréguas ao Governo nas várias frentes de acção política, social e ideológica, a luta por uma nova política e por uma alternativa democrática, que assegurem a sua substituição.

O processo de revisão da Constituição desencadeado, em larga medida, por responsabilidade do PS, com o objectivo de alcançar egoístas vantagens em matéria de lei eleitoral, revela-se cada vez mais como um serviço prestado ao PSD, que o utiliza como campo de diversão em relação aos mais candentes problemas do país e do regime, como base de pressão para novas adulterações da lei fundamental e como instrumento de chantagem sobre o PS condicionando as respectivas orientações.

Ao mesmo tempo, torna-se evidente que os grandes problemas do nosso sistema polí-

nenhuma urgência justifica, a luta por uma nova política, uma política de esquerda resgatadora dos danos provocados por anos sucessivos de política de direita, que é uma das maiores, se não a maior urgência nacional.

O PCP é coerente com esta avaliação ao lançar como uma das suas grandes iniciativas neste período, o «Debate com o país para uma nova política», aberto a todos que partilhem das suas preocupações e tendo como temas fundamentais: o desenvolvimento económico e a promoção de emprego; mais justiça social, como objectivo e condição de desenvolvimento; mais participação, mais informação e mais democracia; educação, ciência e tecnologia e cultura - vectores estratégicos para o desenvolvimento; a soberania nacional numa Europa e num Mundo de acrescidas interdependências.

O êxito da sessão de abertura do «Debate com o país para uma nova política» é uma primeira e boa indicação de grande interesse que esta iniciativa suscita e de que estamos bem acompanhados no objectivo que com ele pretendemos alcançar.

A possibilidade de concretização de uma nova política, como política do nosso país, depende da viabilização de uma solução de poder com a participação do PCP,



tico não são aqueles que o PS tem agitado levemente para justificar o seu entusiasmo pela revisão da Constituição, mas são os que resultam muito concretamente das perversões autoritárias e antidemocráticas, incluindo de vezo policial, que o PSD no Governo e em maioria em S. Bento sistematicamente tenta introduzir-lhe.

O prosseguimento da revisão serve à maravilha ao PSD para disfarçar estas práticas, para tentar arrastar o PS para acordos em matérias que interessam especialmente à direita e constitui um permanente perigo de cedências da direcção socialista para justificar a sua iniciativa na abertura do processo.

Por tudo isto, a suspensão da revisão da Constituição é, cada vez mais, uma exigência do maior interesse para a democracia no nosso país.

O PCP contrapõe ao processo de revisão da Constituição que, para além dos perigos,

constituindo uma efectiva alternativa democrática. O reforço do PCP é o factor decisivo, como a experiência tem mostrado da concretização desta perspectiva alternativa.

Todo o esforço dos comunistas para reforçar o seu próprio Partido representa assim o contributo fundamental para assegurar um futuro melhor para o nosso país.

É no quadro destes esforços, e no seguimento do grande êxito político que constituiu, mais uma vez, este ano a realização da Festa do «Avante!», que se inscreve a outra grande iniciativa dos comunistas, neste período, a Conferência Nacional do PCP para o reforço da intervenção e da organização do Partido no seio dos trabalhadores.

Documento Orientador da Conferência Nacional do PCP

«Renovar e Reforçar a Intervenção e a Organização do Partido no Seio dos Trabalhadores»

Uma decisão do XIV Congresso do PCP

A Conferência «Renovar e reforçar a intervenção e a organização do Partido no seio dos trabalhadores» quer dar um impulso à concretização de um objectivo fixado no XIV Congresso do PCP: «o trabalho junto da classe operária e dos trabalhadores e a acção dos comunistas no movimento sindical, nas comissões de trabalhadores e em outros movimentos unitários de massas».

Tendo em conta essa linha orientadora, a Resolução Política do XIV Congresso apontou a necessidade de se «acentuar a prioridade das células por locais de trabalho», de «reforçar o acompanhamento dos membros do Partido que intervêm nas estruturas sindicais e outras organizações dos trabalhadores, e articular melhor a sua acção com a actividade das células de empresa e de sectores profissionais», de «reforçar a atenção a empresas e sectores de âmbito nacional e pluridistrital».

Oportunidade da Conferência

O momento que vivemos sublinha a oportunidade da Conferência. A ofensiva do grande capital assume uma extrema amplitude e riscos evidentes para o mundo do trabalho. No quadro da alteração da relação de forças entre o capital e o trabalho, decorrentes do desaparecimento da URSS e outros países socialistas, da agudização da crise do sistema capitalista mundial e da generalização de políticas neoliberais e, no plano nacional, do aprofundamento das políticas de direita de recuperação capitalista e monopolista (privatizações, Maastricht, etc.), as forças do grande capital nacional e transnacional desenvolvem uma brutal ofensiva contra direitos dos trabalhadores, alcançados durante este século, em árduas lutas de classe.

Em Portugal, o grande patronato e o seu Governo, perante o silêncio comprometedor do PS, pretendem pôr em causa as conquistas históricas dos trabalhadores portugueses, do 25 de Abril. Com o suporte ideológico e político das resoluções da Comissão das Comunidades - o Livro Branco -, da OCDE, do Grupo dos 7, do Banco Mundial, são seus objectivos liquidar o direito ao trabalho, à estabilidade no emprego e ao salário mínimo, esvaziar a contratação colectiva, reduzir e alterar o papel e a intervenção dos sistemas de segurança social, atacar os direitos à greve, à organização sindical e de comissões de trabalhadores, alcançar a legalização do lock-out. As convergências da ofensiva do grande patronato e do Governo no Conselho Económico e Social com o projecto de revisão constitucional do PSD, e no capítulo dos direitos e garantias dos trabalhadores integra todos aqueles objectivos, só torna mais evidente a gravidade da decisão do Partido Socialista de abrir o processo de revisão constitucional.

Esta situação torna extremamente complexo o trabalho e o combate pela organização e intervenção autónoma, política, social e económica dos trabalhadores. Mas, para um Partido revolucionário e cuja identidade de classe e concepção de vanguarda se quer afirmada e confirmada na vida, torna também mais exigente a análise da situação e dos problemas, mais rigorosa a busca de respostas que combatam algum desânimo e desmobilização e permitam superar as dificuldades subjectivas e objectivas, para a ampliação e reforço da organização partidária comunista, para uma maior intervenção do PCP junto dos trabalhadores, para o crescer e desenvolver das organizações e das lutas dos trabalhadores portugueses.

Sem idealizar as situações, sem recusar os atrasos, deficiências e dificuldades nesta frente de trabalho político e de luta, sem subestimar as perdas havidas, mas valorizando também o decisivo contributo da acção dos comunistas no seio dos trabalhadores e nas empresas, o Comité Central coloca à Conferência, como grandes objectivos: sensibilizar e ganhar todo o Partido para esta tarefa, traçar orientações e concretizar medidas de organização e direcção que respondam às exigências do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses.

1 Objectivos e importância da Conferência

Na situação política caracterizada pela intensificação da exploração e por uma encarniçada e profunda ofensiva ideológica contra a classe operária e os trabalhadores (pondo-se em causa as suas organizações de classe e o seu partido, o Partido Comunista Português), a Conferência deverá constituir um importante momento no sublinhar o papel da classe operária e dos trabalhadores no Partido e no desenvolvimento da luta social, política, ideológica, pela defesa dos interesses do povo, no combate pela transformação social e pelo socialismo.

Este objectivo geral integra, como principal meta da Conferência, o reforço e renovação da organização e intervenção dos trabalhadores comunistas e dos organismos partidários virados para a acção do PCP junto dos trabalhadores.

Estes objectivos colocam a necessidade de concretizar junta e articuladamente:

- medidas de organização e formas de intervenção política, dirigidas às alterações nas estruturas económicas e sociais do tecido produtivo e rede de serviços e às mudanças e condições objectivas e subjectivas que hoje enfrentam os trabalhadores e as suas organizações, ao nível das relações laborais, consciência social e política, disponibilidade militante;
- medidas de direcção que reforcem a atenção e os meios para o trabalho junto e entre os trabalhadores.

Tendo como objectivo o reforço das organizações partidárias de (e para os) trabalhadores, a Conferência deverá dar um importante contributo para a criação de condições e instrumentos necessários à dinamização da luta de massas, para a defesa da natureza e identidade do Partido, para o reforço global do PCP e da sua influência na sociedade portuguesa.

Os trabalhadores, principal força produtiva de toda a sociedade, continuam a ser a força determinante na luta pelo progresso social. Os trabalhadores, as empresas e outros locais de trabalho, vêm reforçada a sua posição como centro dos questiona-

mentos e desafios que atravessam o País e o mundo. As organizações de trabalhadores comunistas e de intervenção do Partido junto dos assalariados assumem, assim, uma importância que supera a sua condição de base fundamental da estrutura partidária, projectando-as como eixos essenciais de ligação do Partido com as massas e o País, como alavancas privilegiadas para a intervenção e luta nos debates ideológicos e políticos que percorrem a sociedade portuguesa. A Conferência tem também, por essa razão, um decisivo valor para o PCP.

2 Principais linhas orientadoras do debate preparatório e da Conferência

No quadro dos objectivos definidos espera-se da Conferência um balanço e análise (certamente não exaustivos) de situações e um traçar de orientações que se possam concretizar em medidas de direcção e organização no contexto da diversidade regional, local e sectorial do Partido. Não serão certamente nem receitas nem soluções universais para os problemas que os comunistas e os trabalhadores enfrentam. Não serão esquemas nem ideias feitas que permitirão responder aos objectivos que colocamos à Conferência. Problemas e objectivos que só o trabalho persistente, confiante, inovador e organizado dos comunistas permitirá enfrentar e resolver com êxito.

O êxito da Conferência depende de duas condições: o envolvimento de todo o Partido e a intensidade e amplitude do trabalho preparatório.

O determinar as vias possíveis para fortalecer a organização dos trabalhadores comunistas, para melhorar a ajuda política aos camaradas que militam em organizações sindicais, Comissões de Trabalhadores ou outras estruturas associativas, para fazer chegar aos trabalhadores portugueses, com mais vivacidade, constância e força, a voz do Partido passa, em primeiro lugar, pelo aprofundamento, no debate preparatório, da avaliação das medidas e experiências em

curso em algumas direcções regionais, bem como das lições colhidas do trabalho de coordenação nacional das células de algumas grandes empresas e sectores profissionais de âmbito nacional, decisão do XIV Congresso e que vem sendo concretizado há cerca de dois anos.

A Conferência deverá ainda integrar de forma crítica e criadora as reflexões e orientações que ao longo do debate preparatório foram sendo feitas e levadas à prática. O que passa por uma abordagem rigorosa, equilibrada e atenta das nossas dificuldades e potencialidades, dos nossos sucessos e falhanços, animados com o enorme património de confiança que o Partido, pela sua natureza, pela sua linha política, pelo seu incansável combate e identificação com os interesses e direitos dos trabalhadores, continua a dispor.

Sendo tarefa de todo o Partido, não deverá haver organismo, nem organização, nem militante, que julgue a Conferência como coisa que é dos outros. Todos deverão encontrar o espaço para o debate preparatório e intervenção na Conferência. O que coloca a necessidade de uma cuidadosa planificação e criteriosa distribuição de forças e meios, para que as suas condições referidas se concretizem, sem como o empenhamento dos comunistas no necessário desenvolvimento da luta política e de massas. Em particular na dinamização da luta dos trabalhadores pela defesa dos seus direitos, na luta reivindicativa por melhores salários e contratação colectiva, pelo emprego e o desenvolvimento do sector produtivo, no combate em defesa da Constituição e contra os projectos que a pretendem desfigurar, na concretização do Debate com o País e preparação da batalha eleitoral do próximo ano.

Ponto de chegada, a Conferência prepara-se a partir do concreto, do que há, das situações orgânicas existentes, dos quadros e recursos que temos, das empresas e locais de trabalho onde se concentram trabalhadores, dos milhares de trabalhadores que, dispersos por pequenas e médias empresas ou por extensas regiões, sofrem e lutam contra a política de direita do PSD/Cavaco Silva.

Ponto de partida, os resultados e decisões da Conferência visam dar um grande contributo à campanha de reforço organizativo geral do Partido, que deve prosseguir.

3 Uma questão central: a organização dos trabalhadores por empresa/Local de trabalho

A célula de empresa ou de local de trabalho não é (não pode ser) a única forma de organização dos trabalhadores comunistas, ou a única via de aproximação do Partido aos trabalhadores. Mas é uma questão central, chave, para o sucesso do desenvolvimento orgânico do Partido, em extensão, em influência, em quadros, em eficácia política e social. É no interior da empresa que se afrontam, em primeiro lugar o trabalho e o capital, as duas grandes forças antagonistas da sociedade capitalista.

Não absolutizando aquela forma, muitos outros caminhos utilizou e utiliza o Partido para construir estruturas orgânicas que enquadram a militância dos trabalhadores comunistas e permitem, na ausência de estruturas no interior da empresa/local de trabalho, uma acção junto dos outros trabalhadores (ou para a coordenação da actividade dos trabalhadores comunistas nas organizações de massas, nos sindicatos e comissões de trabalhadores, etc.).

A opção de uma ou outra forma está sempre ligada a um conjunto complexo de condições subjectivas e objectivas que condicionam, por vezes de maneira determinante, a forma utilizada. Mas não devem, as dificuldades e obstáculos que impedem ou limitam fortemente a existência e funcionamento de células de empresa, levar a uma subestimação do nosso objectivo orgânico, que é a constituição da célula ou de organismos dirigidos para o trabalho nas empresas e sectores profissionais. A existência de outras formas importantes, decisivas num contexto de resistência, de dificuldades acrescidas levantadas pela «reestruturação em curso do aparelho produtivo» e pelo processo contra-revolucionário, não pode fazer perder de vista a necessária perspectiva de se caminhar para a célula de empresa, necessaria-

mente com a sua estrutura, funcionamento e afirmação pública adaptados aos condicionalismos existentes na empresa/local de trabalho.

Este é um tema que vai estar certamente no centro do debate da Conferência. E são muitas as interrogações a que caberá dar resposta.

- O que deverá ser hoje uma célula ou organização do Partido num local de trabalho?

- Que objectivos e tipo de intervenção se lhes podem atribuir?

- Que estrutura e divisão de responsabilidades?

- Como levar à prática, em cada situação concreta, a preocupação com o conhecimento, a responsabilização e a formação de quadros?

- E que formas de difusão devem ser utilizadas para que os documentos, boletins e a imprensa do Partido - «Avante!» e «O Militante» - desempenhem o seu papel informativo e formativo?

- Como coordenar a actividade dos quadros comunistas que constituem o núcleo activo na empresa (os que detêm responsabilidades orgânicas e nas estruturas unitárias)?

- Como enfrentar a repressão, os condicionamentos políticos, de horários, de contratos a prazo, de quebras de militância, de pluriactividade dos quadros comunistas, no funcionamento da célula?

- Como valorizar conjuntamente o trabalho partidário e o trabalho unitário, combatendo uma visão redutora, «sindical», ou subsidiária da célula?

- Como responder à necessária articulação entre o trabalho na empresa e o trabalho local, na autarquia, na colectividade, na acção eleitoral que, na base de uma clara definição de prioridades e complementaridade, conduza a um melhor aproveitamento da capacidade militante e

incentive a disponibilidade revolucionária?

No quadro do papel-chave atribuído à célula, as outras formas devem merecer uma importante reflexão. A começar pelas questões do enquadramento das células, organismos interempresas ou para o trabalho nas empresas, por outros organismos do Partido, Comissões Concelhias, Comissões de Freguesia, organismos de sector profissional e organismos específicos virados para a luta ou acção unitárias.

- Que organismos para empresas com um número reduzido de trabalhadores ou sem militantes comunistas?



- Que organismos para sectores de trabalhadores dispersos por grande áreas geográficas (trabalhadores agrícolas) ou trabalhadores cuja mobilidade profissional (obras públicas, construção civil) e interprofissional, sobretudo nas zonas rurais, provoca uma grande instabilidade de local de trabalho e entidade patronal?

A procura das respostas para o conjunto de interrogações formuladas exige que se continue a caminhar em dois tipos de medidas: o destacamento de quadros, incluindo funcionários, e a criação de organismos próprios ou com uma preocupação central por esta frente do trabalho partidário; o aprofundamento do trabalho de coordenação de células de empresa e sectores profissionais de âmbito nacional ou pluridistrital.

Documento orientador da Conferência Nacional do PCP

4

Quatro questões principais devem atravessar todo o debate

Alterações intersectoriais (produção/serviços) e alterações nas estruturas empresariais e da organização do «capital»

O conjunto de processos assinalados no XIV Congresso como responsáveis por alterações e modificações profundas na sociedade portuguesa (Capítulo V da Resolução Política - As forças da democracia e a necessidade da sua unidade e convergência) determina e continua a causar, para além de diversos outros aspectos então considerados, uma reestruturação e reorganização das unidades empresariais dos sectores produtivo e de serviços (inclusive dos serviços públicos), alterações significativas ao nível dos colectivos laborais, esvaziando uns e fazendo crescer outros, para lá de pro-



fundas alterações no plano regional, de transferências intersectorais e alteração dos pesos relativos dos assalariados do sector produtivo e do sector de serviços.

Daquele conjunto de processos destacam-se os resultantes da política de privatizações e liquidação da Reforma Agrária, da política de falência do sector produtivo (agricultura, pescas, indústria) e o complexo processo de difusão da gestão de unidades de produção e serviços, novas formas de prosseguir a concentração e centralização do capital.

São conhecidas as consequências económicas, sociais e políticas. O desmantelamento e desmembramento de grandes empresas do sector público com o encerramento de diversas unidades produtivas e de serviços. A liquidação quase completa do sector mineiro. A falência de muitas empresas da indústria transformadora quando não a liquidação integral de fileiras produtivas. A destruição das UCP/Cooperativas das Reforma Agrária e a ruína de milhares de explorações agrícolas. O abate de barcos, da pesca artesanal à pesca longínqua. A multiplicação de pequenas e médias empresas trabalhando em regime de subcontratação e sob outras formas de subordinação a uma empresa-mãe, em

geral empresas com um elevado número de contratados a prazo e mão-de-obra feminina. A «deslocalização» de empresas e sectores produtivos em que o capital emigra à procura de mão-de-obra barata e mais dócil. A «externalização» de sectores de actividade em que os trabalhadores, mesmo ficando a trabalhar na mesma empresa, por conta de outros patrões ou dos mesmos, perdem direitos e o contrato de trabalho fica fortemente fragilizado. Milhares de trabalhadores despedidos, pré-reformados ou reformados precocemente, dos quais uma larga fatia vai engrossar as fileiras do chamado desemprego estrutural. O desaparecimento de pólos e núcleos estáveis da classe operária e fortes células do Partido. A «expulsão» de centenas de dirigentes sindicais, membros de comissões de trabalhadores e quadros do Partido, de uma presença e intervenção nas organizações de massas dos trabalhadores, de uma acção militante nas organizações operárias do Partido. Milhares de trabalhadores vêem aumentar a sua dependência da

entidade patronal por uma (nova) relação laboral precarizada.

Outro processo que convém sublinhar é o acelerado crescimento do número de empresas e trabalhadores assalariados nos sectores de serviços.

É de destacar o peso e o papel dos trabalhadores da saúde (em particular médicos e enfermeiros), dos trabalhadores do ensino, alguns pertencendo a colectivos laborais de milhares de trabalhadores, como acontece com certas grandes unidades hospitalares. Também neste sector cabe referir as profundas alterações nos subsectores de distribuição e comércio, o processo de liquidação de milhares de pequenas empresas e o aparecimento de grandes superfícies comerciais, concentrando milhares de trabalhadores, em geral altamente explorados, precarizados e mal pagos.

É também neste sector que se expandem e diversificam categorias profissionais cada vez mais numerosas, como os quadros técnicos, investigadores, gestores, trabalhadores da comunicação social, etc., com um papel crescentemente influente no funcionamento da economia e da sociedade.

São ainda processos a analisar, tendo



em conta as suas consequências para o trabalho da organização partidária, os decorrentes da introdução de novas tecnologias (e em particular de processos de automação) e novas estratégias de organização e gestão empresariais que causam profundas alterações nas formas de organizar o trabalho, de gerir os tempos e os espaços na empresa: horários, ritmos, turnos, equipas, refeitórios, fluxos produtivos, etc.

O crescer das distâncias entre os locais de trabalho e as habitações, sobretudo nas áreas metropolitanas de grande densidade urbana, e o prosseguimento de processos de ordenamento industrial, em particular com a criação de parques industriais, exigem a atenção e convenientes medidas das organizações do Partido.

A situação e as mutações e alterações na condição e na consciência dos trabalhadores

No quadro da violenta ofensiva do capital pondo em causa importantes direitos sociais, políticos e sindicais dos trabalhadores criam-se fórmulas, como a da «flexibilização» das relações de trabalho (legislação laboral e contratação colectiva), promove-se a individualização dos contratos (salários e não só), intensificam-se processos para levar os trabalhadores a uma competição encarniçada (prémios,...), desenvolvem-se formas de envolvimento ideológico e político dos trabalhadores enquanto cresce a insegurança nos militantes sindicais e políticos (perseguições e despedimentos) e se acentuam as pressões e chantagens para alterações do enquadramento legal do mercado (da força) de trabalho e do papel e direitos das organizações de trabalhadores, tentativas de subverter, pela concertação social, o seu papel de classe.

Outra alteração de grande importância na condição dos trabalhadores é a banalização e generalização do alongamento da jornada de trabalho (diária, semanal e mesmo anual, com o sacrifício das férias), reduzindo os tempos de lazer e de convívio, e coarctando drasticamente a disponibilidade para a acção sindical ou militância política.

No contexto desta ofensiva constitui um elemento envolvente e fundamental a violenta campanha contra o Partido, e em particular contra as suas organizações por local de trabalho e os seus militantes mais activos, que no seio dos trabalhadores e por confiança destes, desempenham importantes tarefas nas organizações de classe.

- Que mutações estão em curso ao nível das consciências e disponibilidades dos trabalhadores?

- Que respostas para as linhas de fractura que se multiplicam sobrepondo-se a outras mais conhecidas e antigas (sexo, idade, categoria profissional)?

- Como elevar as mais diversas

expressões de solidariedade entre os trabalhadores?

- Que mudanças nas suas atitudes e práticas política e sindical?

- Que formas assume a tentativa da sua integração na lógica da exploração capitalista?

- Que outras formas de participação associativa?

- Qual o quadro actual das suas principais reivindicações?

- Que condições para o exercício da intervenção política no interior da empresa?

O Partido na empresa hoje.

As organizações partidárias de trabalhadores

Esta é, como já antes referido, a questão nuclear em debate na Conferência.

- Qual o conteúdo da acção partidária e iniciativa própria da célula?

- Qual o seu papel na dinamização da luta dos trabalhadores?

A função ideológica na conversão da consciência social em consciência política pela ligação dos problemas concretos e quotidianos que os trabalhadores sentem, às decisões de uma política; o «fazer política» com o significado de um quebrar da política como prerrogativa de uma elite («a classe política»), ou reduzida à actividade institucional ao nível dos órgãos de soberania e do poder local.

Nesta abordagem da organização partidária da empresa algumas questões se colocam com toda a acuidade:

- Como organizar nas condições actuais?

- Que relação dos comunistas com as estruturas unitárias dos trabalhadores?

- Como realiza o Partido, no universo social diversificado existente na empresa, a unidade de grupos de trabalhadores com motivações, valores e situações diferenciados?

- Como combinar a flexibilidade e diversidade das formas orgânicas da relação do Partido com os trabalhadores, com a existência de núcleos sólidos e estáveis de quadros devotados a esta área de trabalho?

- Como valorizar e dignificar o trabalho partidário dirigido aos trabalhadores, pelo programa de iniciativas próprio, pelo peso efectivo no conteúdo e funcionamento dos organismos de direcção aos vários níveis, por linhas de informação e propaganda contínuas e próprias?

- Como combinar e articular o trabalho partidário e unitário (sindical e CT) com o estudo e elaboração de análises de políticas económicas e sociais próprias do Partido para os vários sectores, meio de potenciar também o aproveitamento dos quadros e forças e de dar conteúdo e valorizar o trabalho do Partido nesta área?

- Como renovar as estruturas do Partido, recrutar novos trabalhadores e formar quadros?

- Como aprofundar o trabalho em curso de coordenação nacional?

A experiência de organização, luta e unidade dos trabalhadores

A Conferência deverá ainda reflectir sobre as condições actuais em que se desenvolve a luta e organização sindicais dos trabalhadores.

- Que obstáculos ao reforço da sua unidade?

- Que experiências se tiraram dos processos de luta dos últimos anos e das estratégias de busca da convergência na acção?

- Que lições dos êxitos (e fracassos) no esclarecimento dos trabalhadores?

- Que linhas privilegiar no combate à ofensiva económica, ideológica e política do capital contra os direitos laborais e conquistas históricas como a Segurança Social?

- Que participação e atitude dos trabalhadores nos processos de reestruturação tecnológica nas empresas, enquanto afirmação dos seus interesses de classe?

- Que experiências e preparativos de coordenação regional, nacional e sectorial de lutas?

- Que linhas para integrar no trabalho e estabelecer laços de solidariedade e combate entre os trabalhadores com contratos estáveis e os «novos trabalhadores», os trabalhadores jovens, os trabalhadores precarizados, os trabalhadores de empresas exteriores/subcontratadas que ali prestam serviços?

5

Alguns temas sectoriais e/ou específicos, que exigem uma reflexão própria

Para lá das quatro questões referidas, alguns temas e problemas novos exigem uma reflexão própria que possibilite progredirmos nas respostas adequadas.

Modificações e alterações referidas anteriormente decorrentes da ofensiva do capital podem acentuar linhas de divisão, oposição e quebras de solidariedade no mundo do trabalho, que exigem uma análise séria, uma batalha ideológica e intervenção política atenta e persistente, formas de trabalho e formas orgânicas e capacidade de iniciativa, dos organismos do Partido.

A resolução destes problemas e o combate ideológico que há que travar, exigem uma clara compreensão do critério de classe da intervenção dos comunistas como prática de intervenção política e sindical, como fermento e bússola na procura da convergência e unidade.

Alguns grupos de trabalhadores merecem, pela sua especificidade, uma abordagem autónoma e respostas adequadas.

Jovens e mulheres trabalhadores

É conhecido que na actual crise das economias capitalistas os jovens e as mulheres são grupos de trabalhadores percentualmente mais atingidos pelas políticas de flexibilização e precarização. Níveis de desemprego mais elevados, tentativas de pôr em causa linhas de defesa com o esta-

belecimento de um «salário mínimo juvenil», liquidação e ataque a regalias como a isenção de trabalho nocturno das mulheres. É conhecido que são também grupos sociais fortemente atingidos pela precarização das relações laborais e aqueles aos quais é dirigida uma persistente campanha ideológica mistificatória, procurando responsabilizar trabalhadores e os sindicatos pela sua situação. É a responsabilização do emprego estável e adulto pela falta de emprego dos jovens e são as tentativas de remeter nesta crise a mulher para serviços desqualificados, quando não novamente para «fadas do lar». A batalha pela integração destes sectores na luta da classe operária e dos trabalhadores contra a opressão e repressão capitalistas exige que se comece por fazer a reflexão sobre o trabalho que se desenvolve para o seu acompanhamento e integração nos organismos do Partido e, em primeiro lugar, nas células de empresa.

Trabalhadores precarizados

É crescente o número de trabalhadores com uma relação laboral instável, sem contrato de trabalho, com um *part-time*, com um contrato a prazo, sem regalias nem direitos, no prolongamento «artificial» e ilegal da situação de «aprendizagem» e «integração profissional», na transferência entre empresas da mesma entidade patronal, não abrangidos por nenhum dos direitos que a Constituição da República e a lei consagram. Estão também neste caso muitos trabalhadores emigrados, nomeadamente na agricultura, construção civil e obras públicas, e que, para além dos problemas gerais dos trabalhadores, enfrentam ainda a segregação, o racismo e a não integração.

A sua situação torna-os extremamente dependentes do patronato, completamente à mercê de actos discriminatórios e repressivos, alvos fáceis da demagogia que pretende culpar o emprego estável pela sua falta de estabilidade, pela sua discriminação face aos direitos e regalias dos trabalhadores com contrato, pelos seus baixos salários...

Também aqui se exige um grande esforço militante e esclarecido combate para a sua integração nos colectivos laborais, a sua cuidadosa abordagem para a cooperação e luta unitária, o seu esclarecimento e envolvimento no colectivo partidário. Exige-se uma persistente batalha pelo fim do seu estatuto precário e a «solidificação» dos seus laços laborais com a empresa.

Trabalhadores «independentes»

Entre os trabalhadores precarizados cresceu um grupo com características próprias, o dos trabalhadores ditos «independentes». Apresentada como a grande «revolução social» da última década, o crescimento em flecha dos trabalhadores independentes, ou de recibo verde, expressa bem a alteração das relações de força na empresa produzida pela política de direita e é um bom exemplo das múltiplas e sofisticadas formas de exploração que o patronato hoje utiliza.

Milhares de trabalhadores trabalham meses e anos a fio para a mesma empresa, sendo a sua «independência» a ausência de laços contratuais com o patrão, que o remunera à hora, ao «metro» de obra produzida, à tarefa... reproduzindo velhos e revelhos

esquemas da exploração capitalista. Os falsos independentes só o são, porque assim o patrão não paga segurança social, não o indemniza quando o despede, e pode exigir-lhe, sem qualquer contrapartida, um período de trabalho prolongado, a ausência de férias e uma intensidade brutal do ritmo de trabalho. Por resolver está a organização partidária própria destes trabalhadores, o aprofundamento do conhecimento dos seus problemas e estabelecimento de linhas reivindicativas, a integração do seu combate nos combates (e na organização) dos restantes trabalhadores.

Trabalhadores desempregados

O brutal crescimento dos trabalhadores desempregados e em especial o conjunto de desempregados ditos de longa duração, ou no desemprego estrutural, ou seja, daqueles que por motivos de qualificação, idade, local de residência ou outros, têm a grande probabilidade de se manterem até ao resto da sua vida desempregados, **coloca como questão** de grande importância o trabalho político e sindical junto destes trabalhadores. Além de que assim também se trava combate à demagogia dos que transformam os empregados e a legislação laboral em responsáveis do desemprego, e não a estrutura e a lógica capitalistas.

Trabalhadores reformados e pré-reformados

Há ainda outra vertente de abordagem do trabalho orgânico do Partido junto dos trabalhadores que na Conferência deve merecer uma reflexão e medidas práticas de organização e direcção: prosseguir e melhorar o enquadramento político e sindical dos trabalhadores que se reformam ou que, sujeitos aos interesses do capital, são precocemente afastados da actividade laboral.

O cidadão reformado, ex-trabalhador, não se desliga do mundo do trabalho e tem uma acrescida disponibilidade, susceptível de ser potenciada em movimentos sociais próprios, unindo a defesa de interesses específicos à acção da classe operária e travando o passo também à demagogia da direita que procura responsabilizar os trabalhadores no activo pelas situações calamitosas dos idosos e pensionistas.

6

O debate preparatório da Conferência

O trabalho preparatório da Conferência, cuja importância para o seu êxito

novamente se sublinha, vai certamente integrar um conjunto muito diversificado de iniciativas. Estão planificadas (e devem ainda ser marcadas outras) reuniões, plenários, assembleias, das DORs, dos organismos de sector profissional e organismos para o trabalho sindical, das células, das comissões concelhias e de freguesia, reuniões de trabalhadores de várias empresas ou de uma dada região, reuniões de trabalho de coordenação nacional ou pluridistrital.

Serão de grande importância face aos objectivos da Conferência, apesar da sua natureza, no fundamental, de debate interno, a concretização de iniciativas que abram para as empresas e locais de trabalho, que tenham a participação de outros trabalhadores e, nomeadamente, promovam a inscrição de novos militantes.

Procedendo a balanços e à análise da situação (dos organismos e organizações, da sua estrutura, composição e funcionamento), elegendo ou escolhendo os delegados à Conferência, avaliando as medidas e experiências orgânicas em curso,



tomando medidas de direcção, organização e quadros, todo o trabalho deve estar voltado para a intervenção concreta dos comunistas em defesa dos trabalhadores, no fortalecimento das suas organizações de classe (sindicais e comissões de trabalhadores), na dinamização das lutas de massas.

Culminando um intenso trabalho colectivo, a Conferência e os comunistas encontrarão caminhos e soluções na base da análise criadora da realidade presente e das experiências e ensinamentos do trabalho e lutas, confiantes na razão dos seus objectivos, na coerência da sua intervenção política e na força dos seus ideais e das suas ideias junto da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

O Comité Central do PCP
1 e 2 de Outubro de 1994

O Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalho, apresentou em conferência de imprensa as conclusões da reunião do Comité Central, realizada no passado fim-de-semana, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa



Conferência Nacional do PCP

«Renovar e Reforçar a Intervenção e a Organização do Partido no Seio dos Trabalhadores»

26 de Novembro de 1994 - Voz do Operário - Lisboa

REGULAMENTO DA CONFERÊNCIA

I

A Conferência Nacional do PCP - **Renovar e reforçar a intervenção e a organização do Partido no seio dos trabalhadores** - é convocada ao abrigo do artigo 30º dos Estatutos do Partido, pelo Comité Central que determina os objectivos e as normas de preparação, de representação e funcionamento.

II

1. São participantes na Conferência Nacional membros do Partido Comunista Português em representação de todas as organizações regionais, equiparadas e sectores centrais, os membros do Comité Central, efectivos e suplentes, e os membros do Partido que fazem parte do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

2. É obrigatória a apresentação do cartão de participante e do cartão do Partido, para a entrada na zona reservada a participantes.

3. No início da Conferência os participantes preenchem uma ficha de presença que entregam durante a primeira sessão.

4. A Conferência funcionará em plenário no início e encerramento dos trabalhos e em secções no restante tempo e conforme o horário aprovado.

III

1. A Conferência Nacional elege, no início dos trabalhos, de entre os participantes, a Mesa da Presidência, o Secretariado e a Comissão de Redacção e aprova o seu Regimento.

2. A Mesa da Presidência orienta e dirige os trabalhos da Conferência Nacional, cabendo-lhe assegurar o cumprimento da Ordem de Trabalhos, dar a palavra aos oradores e pôr à discussão e aprovação os documentos sobre os quais a Conferência deva pronunciar-se.

IV

1. Cada participante tem direito a um voto.

2. As votações são feitas de braço levantado com a apresentação do cartão de participante.

3. As deliberações são tomadas por maioria dos participantes presentes na Conferência Nacional.

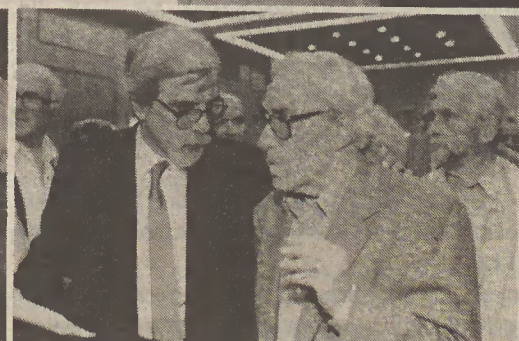
V

1. A composição das mesas que dirigem as secções é da responsabilidade do Secretariado da Conferência.

2. O trabalho nas secções é aberto à intervenção dos convidados.

3. A inscrição para uso da palavra nas secções é feita através da mesa da respectiva secção.

4. A mesa de cada secção levará ao plenário de encerramento o relato dos respectivos trabalhos.



Intervenção de Carlos Carvalhas

Chitas, Frederico Carvalho, os jovens João Afonso, Rita Taborda, Sandra Benfita, ou outras personalidades como Salgado Sampaio, Stela Piteira Santos, Vítor Serrão ou Orlando da Costa. Uma lista que, se completa, seria infundável e, certamente impossível de determinar na íntegra, já que o número de pessoas que acorreu à iniciativa do PCP foi muito elevado e alguns tiveram mesmo de ficar fora da sala, apenas escutando o que se passava no interior. Rosa Rabiais apresentaria a sessão e o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, produziu a intervenção que a seguir se publica, sendo no final muito aplaudido pelos presentes.

tica

dores, podem trazer ao «Debate com o País» a indispensável contribuição, fundada na experiência da intervenção e da luta, para que a reflexão sobre os problemas e sobre as soluções se sustente no conhecimento vivo e actualizado das preocupações e aspirações que se manifestam no movimento real da sociedade portuguesa.

Mas, valorizando e concedendo a mais alta importância a estas contribuições e participações o «Debate com o País para uma nova política» aponta também como importante elemento da sua identidade política o fazer um apelo directo à activa participação de todos os cidadãos que, independentemente das suas qualificações, especializações ou notoriedade pública, nos queiram trazer o indispensável e vivo testemunho da sua experiência, das suas opiniões, das suas aspirações e esperanças, e queiram progredir em conjunto com outros cidadãos em direcção às respostas eficazes e mobilizadoras, à agregação de energias, capacidades e forças, à edificação da base social e política que, para além da maioria eleitoral, suporte a perspectiva de mudança democrática na vida do País.

O «Debate com o País para uma nova política» afasta-se deliberadamente de pretensões de hegemonia e de querelas sobre «liderança» da oposição, umas e outras tão inúteis e inglórias quanto divorciadas das reais necessidades da luta por uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita.

No «Debate com o País para uma nova política» garantimos a todos os que se disponham a debater com os comunistas problemas nacionais uma completa ausência de instrumentalizações, o total respeito pela liberdade de posicionamento político de cada um, a inexistência de qualquer outro compromisso que vá para além do compromisso natural do respeito mútuo, da tolerância, do desejo de intervir e dar opiniões conjugado com a disponibilidade para escutar e reflectir sobre as opiniões dos outros.

8. Numa altura em que, com razões e objectivos por vezes muito diversos, tanto se fala do divórcio (em parte provocado e em parte empoado) dos cidadãos em relação à vida política, o PCP entende assim continuar a dar um sinal de que a resposta para esse problema não pode estar em soluções meramente administrativas ou jurídicas, não pode estar em receitas que só o podem agravar, como a perversão antidemocrática do sistema eleitoral, a acentuação da política-espectáculo, a insensibilização da demagogia populista e das manobras politiceiras, mas sim na prioridade e valorização das ideias e dos projectos, numa concepção da política e da acção política vinculadas ao interesse público e ancoradas nos problemas, inquietações e anseios dos cidadãos e na sua consciente, activa e combativa participação na vida nacional.

9. Somos um Partido que propõe esta reflexão e este debate de fundo sobre a situação do país e o seu futuro, mas sem que

isso signifique menor atenção à vida quotidiana, nem uma intervenção menos pronta nos acontecimentos políticos e sociais que diariamente a estão a marcar, sejam eles relativos à ofensiva governamental contra os direitos e condições da população, sejam eles relativos à abertura de um inoportuno e perigoso processo de revisão da Constituição

Motivos de preocupação e razões para o combate não faltam

Não se vê a Primavera da retoma económica que o Primeiro-Ministro anda incansavelmente há vários meses a anunciar só porque encontrou alguma andorinha. E o que se vai conhecendo, com atraso, dos indicadores do ano de 1993 (em que se registou uma queda, no Produto Interno Bruto, de um por cento) é de molde a suscitar as mais vivas inquietações.

Constitui facto particularmente grave que as estatísticas e as previsões comunitárias indiquem que a economia portuguesa apresentou também em 1993, e vá apresentar pelo menos durante os dois anos seguintes, taxas de crescimento inferiores à média da União Europeia. O que tem um significado que não pode ser eludido pelas mentiras e pelos passes de mágica habituais do Primeiro-Ministro. Em cada ano que passa Portugal não está a aproximar-se em relação aos países da União Europeia, com todas as suas consequências.

A persistente deterioração da situação social, com o continuado aumento do desemprego e da precarização do trabalho e a inaceitável e injusta redução dos salários reais dos trabalhadores, acompanhada agora por uma ofensiva geral contra os direitos dos trabalhadores conduzida pelo Governo nas negociações da concertação social, constitui outro traço essencial da situação, que é motivo de justificada preocupação e de (indispensável) mobilização e luta por parte dos trabalhadores.

O Governo do PSD, cujo isolamento político e social tem vindo a acentuar-se, evidenciou nas últimas semanas reacções muito perigosas e um evidente desnorte político.

Ao comportamento cego e arrogante no caso da Ponte, à propensão para tratar como caso de «ordem pública» e pela repressão uma movimentação social muito profunda, de justa e legítima indignação popular, têm vindo a suceder-se posturas e iniciativas cuja gravidade questiona a existência de um regular funcionamento das instituições democráticas.

Afirmamo-lo com clareza. Não é tolerável do ponto de vista democrático o envolvimento do Governo e de forças policiais e de serviços por si dirigidos, em promíscua ligação com as estruturas do PSD, em manobras de evidente natureza provocatória, que atentam contra o normal exercício dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos.

A actuação do SIS a mando do Governo, em flagrante violação da legalidade democrática e do seu específico mandato, a sua transformação numa polícia política ao serviço do PSD, configura a existência de um verdadeiro cancro na democracia portuguesa que urge, quanto antes, que seja completamente extirpado.

E para aqueles que parece apostarem no desenvolvimento de manobras de diversão com actos de recorte nitidamente provocatório, como os que temos vindo a observar, aqui fica claro o recado: os comunistas portugueses lutaram durante meio século pelas liberdades e pela democracia e contra um odioso regime fascista, suportado por uma polícia política criminoso. Não aceitamos nem aceitaremos jamais que no nosso país de Abril, violando a Constituição e a legalidade democrática, vá ganhando raízes uma nova polícia política. E estamos certos que o povo português e todos os democratas assumirão, também, este combate fundamental.

10. Como em toda a sua orientação e acção, o PCP parte para este «Debate com o país para uma nova política» com uma profunda confiança de que Portugal dispõe de condições, de recursos, de potencialidades, de energias e valores democráticos que podem assegurar, no quadro de uma nova política, a construção de uma sociedade à altura das melhores aspirações do povo português e das necessidades, possibilidades e exigências do tempo histórico que vivemos.

Com uma sólida confiança de que está ao alcance do povo português, da sua vontade, da sua luta e do seu voto, interromper a longa e asfíxiante dominação da vida nacional pela direita, pôr termo à despótica hegemonia do PSD que governa sozinho há nove anos e que está há 15 anos ininterruptamente no Governo, conquistar uma política alternativa e uma alternativa política que signifiquem uma efectiva renovação e uma real mudança democrática.

Com uma firme convicção de que o caminho para a realização destes grandes objectivos democráticos e nacionais pode ser percorrido com êxito, não com a resignação, mas com o inconformismo; não com a rendição perante a chantagem política e ideológica da direita, mas com uma corajosa afirmação dos valores da esquerda e da sua real modernidade; não com o calculismo, a deriva e o arrivismo políticos, mas com a coerência e a frontalidade na defesa de um projecto generoso humanista, de liberdade, democracia, progresso e transformação social; não com a submissão a pressões para a uniformização e o entorpecimento cívico, mas com a capacidade de indignação e de revolta dos cidadãos e a afirmação plena da sua dignidade; não com o comodismo da desistência e da inércia, mas com a persistência na acção, na iniciativa e na luta de todos os dias, contra a política de direita, por uma nova política, por uma alternativa democrática.

■ João Amaral

Uma revisão ilegítima e perigosa

Na Assembleia da República, o PCP reafirmou todas as posições que tem colocado quanto à legitimidade, à oportunidade e à necessidade do processo de revisão constitucional, chamando mais uma vez a atenção para os gravíssimos perigos que ele comporta para a democracia tal como se configurou em resultado da Revolução de Abril.

Em primeiro lugar, o PCP sublinhou mais uma vez que não há nenhuma questão urgente ou inadiável que possa ser invocada para justificar esta pressa e esta precipitação. Até um alto dirigente do Partido Socialista, o deputado Alberto Costa, afirmou ao «Diário de Notícias»: «Não existe hoje uma querela constitucional na sociedade portuguesa e também não existem grandes questões cuja solução esteja bloqueada por normas constitucionais».

Não é certamente este o ponto de vista do PSD e do CDS, como o comprovam abundantemente os seus projectos de revisão constitucional.

O projecto do PSD, agravando por vezes o conteúdo do próprio projecto do CDS, contém propostas que alteram radicalmente o sentido da Constituição, por tal forma que, se todas essas propostas fossem aprovadas, já não estaríamos perante a Constituição com as características democráticas que marcam a sua especificidade, mas perante outra Constituição, consubstanciando uma profunda subversão e liquidação do regime democrático, tal como emergiu da Revolução de Abril.

O projecto do PSD visa atingir direitos fundamentais dos trabalhadores, desde logo o direito à greve e o direito à constituição de comissões de trabalhadores. Visa a desresponsabilização do Estado nas áreas sociais e culturais, designadamente no campo da saúde, da educação e da segurança social, e abrindo caminho para transformar esses sectores em terrenos de chorudos negócios privados. Visa eliminar os traços e imposições da Constituição que apontam para uma organização económica democrática, querendo garantir o primado do grande capital e a defesa dos seus interesses. Visa reforçar o centralismo, acabando com a previsão constitucional das regiões administrativas. Visa a limitação da autonomia do Ministério Público e do autogoverno da magistratura judicial com uma maior governamentalização do regime. Visa a alteração do sistema eleitoral, com uma profunda distorção da representação proporcional, tendo em vista a obtenção de mais Deputados com menos votos.

Visa garantir a possibilidade de controlar e manipular a eleição do Presidente da República, com a admissão do voto dos emigrantes sem nenhuma garantia da sua genuinidade. Visa, em suma, a criação de um regime autoritário, centralizado, onde o grande capital possa reinar sem peias.

Por tudo isto, é óbvio que para o PSD (e para o CDS) existe um confronto efectivo entre os seus programas e políticas e o texto da lei fundamental. O que não se aceita é que o PS, neste contexto, seja ele a servir de lebre neste processo de revisão.

*

Em segundo lugar, o PCP reafirmou na Assembleia da República que o processo encetado carece de legitimidade, e que o processo de revisão a galope é antidemocrático e por isso inaceitável.

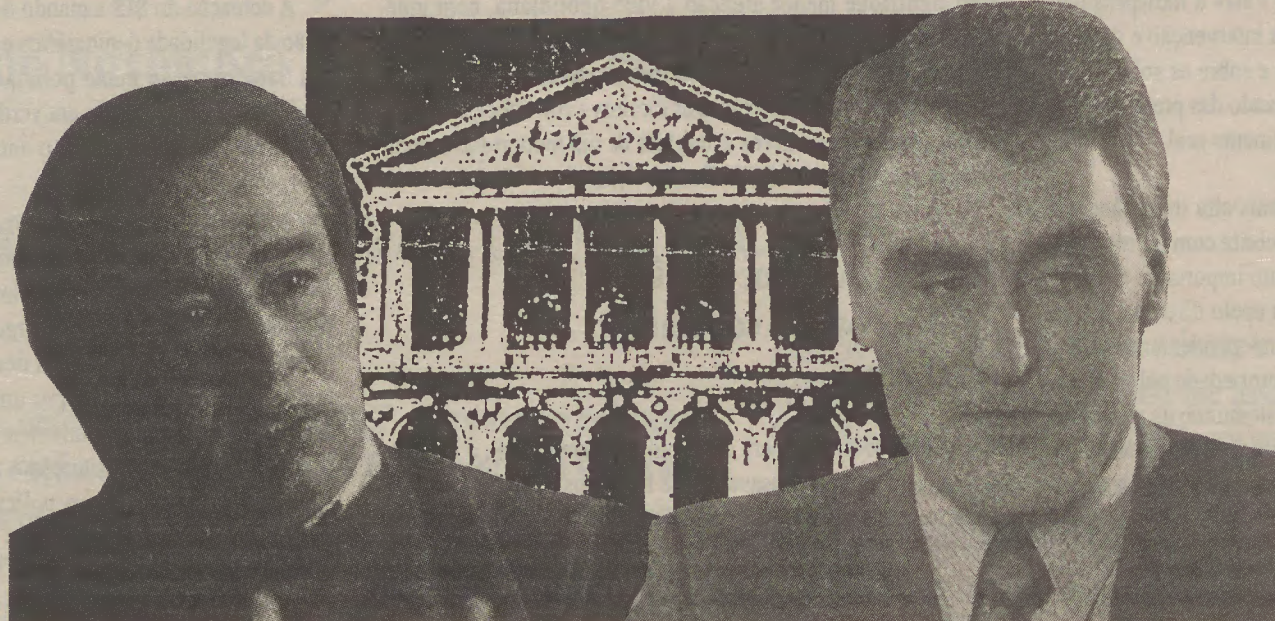
De facto, não é democraticamente admissível que a actual Assembleia encete este processo, já que nenhum partido, nas eleições de 1991, apresentou a intenção de rever a Constituição, nem fez submeter a debate quaisquer propostas concretas.

Para quem fala tanto em aproximar eleitos e eleitores, esta situação, de se pretender realizar uma revisão constitucional que não foi debatida com os eleitores, mostra a grande distância que vai das palavras aos actos, e a profunda hipocrisia com que certos temas vêm sendo agitados para justificar a presente revisão.

O mesmo se diga sobre o calendário que se pretende impor à realização da revisão constitucional. A revisão de 1982 demorou dezasseis meses e a de 1989 prolongou-se por mais de dezasseis meses. A revisão que agora se pretende efectivar num prazo de três meses é uma revisão tão larga e profunda como qualquer dessas duas. Há propostas de alterações a mais de duzentos artigos, e muitas delas representam alterações de fundo, verdadeiras rupturas com o normativo constitucional em vigor.

Impõe-se um grande debate nacional, impõe-se garantir a intervenção dos cidadãos, impõe-se concretizar a audição das organizações sociais e económicas e de especialistas, impõe-se assegurar o tempo e o modo de uma adequada e profunda ponderação política e técnica.

Insinuou-se que com estas exigências o PCP só queria atrasar o processo. É espantoso que isso possa provir dos mesmos que dizem defender a participação e intervenção dos cidadãos na vida política e a aproximação dos eleitos aos eleitores, e que entendem que esses objectivos justificam a revisão. O PCP quer e defenderá a realização do debate público e as audições necessárias porque entende que um processo deste alcance e gravidade não pode ser concretizado nas costas dos cidadãos. Porque considera que a participação dos cidadãos é imprescindível na vida política.



Perguntar-se-á: pode esse debate aprofundado ser feito em três meses? Tudo indica que não. Mas, então, a conclusão a tirar não é a de que a revisão deve ser feita sem o debate público necessário. A conclusão é precisamente a contrária: a de que, não sendo possível tal debate público, então a revisão não deve ser feita, tanto mais que nada de urgente a justifica!

*

Vem invocando-se, para justificar esta revisão, a necessidade de realizar alterações no sistema político, e em particular, no sistema eleitoral, para colmatar uma situação de insuficiente participação dos cidadãos e o descontentamento crescente com a vida política.

Dá-se assim cobertura a uma das mais hipócritas mistificações que vêm sendo feitas sobre a situação política nacional. Quando se afirma que é o sistema eleitoral que afasta os cidadãos da vida política, e eventualmente, os deputados dos eleitores, o que se esconde são as verdadeiras causas e os verdadeiros responsáveis por esse «desencanto» dos cidadãos. Não é a Constituição ou o «sistema político» que estão na base da política económica que conduz ao desemprego, à marginalização, à pobreza e à fome, mas sim, bem ao contrário, o não cumprimento de aspectos importantes da Constituição e a não concretização da perspectiva de transformações humanistas e progressistas que consagra.

Constitui uma intolerável contradição que os mesmos que, para legitimar operações de engenharia eleitoral de estrito interesse partidário, afirmam pretender aproximar os deputados dos eleitores são os que realizam campanhas eleitorais com base em «candidatos a primeiros-ministros» e suprimem o papel dos candidatos a deputados; ou que, no Governo, suprimem ou diminuem o papel da Assembleia da República e promovem a governamentalização do sistema político e a concentração de poderes no Primeiro-Ministro.

O núcleo duro das propostas do PS visa, no essencial, a questão do poder: assim é com as alterações ao sistema eleitoral, onde através da distorção do sistema de representação proporcional, o PS pensa conseguir deputados que, de outra forma, caberiam a outros partidos; assim é com a moção de censura construtiva, aliás aplicável também ao processo de formação do Governo, através do qual o PS quer a sobreprotecção dos governos minoritários; assim sucede com a designação da Câmara Municipal pelo presidente, permitindo o controlo total da Câmara mesmo em situação de minoria simplesmente relativa.

O PS sabe que, se efectivamente pretendesse que estas propostas fossem aprovadas, só o poderia fazer através de entendimentos e da conjugação de votos com o PSD, partido maioritário na Assembleia e cujos votos pesam decisivamente para a formação da maioria de 2/3, necessária para fazer qualquer revisão constitucional. O entendimento com a direita em matéria constitucional conduziria inevitavelmente, como mostra o projecto do PSD, a gravíssimas mutilações do regime democrático. Recentes declarações de dirigentes do PS mostram uma preocupante disponibilidade para entendimentos com o PSD. Procurando consensos a toda a pressa, tendo em vista concluir a revisão constitucional em curto espaço de tempo para a afastar o mais possível da data das eleições (e assim poder simular uma oposição ao PSD, acreditando que os eleitores esqueçam, entretanto, os compromissos firmados para a revisão), o PS vai ficando cada vez mais dependente da vontade do PSD e mais disposto a compromissos lesivos da democracia e dos interesses do povo.

Ao decidir desempenhar o papel de impulsor da revisão constitucional, o PS incorre na grave responsabilidade de contribuir para um processo de enorme gravidade.

Por isso e mais uma vez, o PCP reafirmou na Assembleia a exigência democrática de que o PS tome de imediato a única decisão possível se quer pôr termo a esta situação: abandonar e adiar este processo de revisão constitucional.

*

O projecto que o PCP apresenta, por seu lado, não afronta nenhum aspecto da Constituição, nos campos da democracia política, social, económica e cultural, e da defesa da soberania e independência nacional.

O projecto reúne um conjunto de propostas visando aperfeiçoamentos e melhorias, que se justifiquem pelo seu conteúdo; a resposta a novos problemas, que hoje preocupam os trabalhadores e as populações em geral; a correcção de algumas soluções contidas na Constituição de conteúdo negativo, em resultado de alterações introduzidas em revisões anteriores.

Assim, ao apresentar o seu projecto de revisão constitucional, o PCP tem como grande prioridade a intervenção de combate às propostas de revisão constitucional gravemente lesivas do regime democrático apresentadas pelo PSD, PS e CDS. Com esse objectivo, o PCP usará todos os meios constitucionais e regimentais ao seu alcance, especialmente aqueles meios que lhe resultam do facto de ter o seu próprio projecto de revisão constitucional.

O PCP igualmente fará uso de todos esses meios constitucionais e regimentais para impedir uma revisão feita a «mata-cavalos», e para garantir o necessário debate público, a audição de especialistas, a participação das diferentes organizações sociais e a imprescindível ponderação técnica e política.

Continuaremos na Assembleia da República o combate do PCP em defesa do regime democrático, no combate contra a política de direita, por uma alternativa democrática.

Revisão constitucional

As propostas do PCP

Em edição anterior, mais exactamente há três semanas, por ocasião da apresentação pública do projecto de revisão constitucional do PCP, o «Avante!» abordou com algum desenvolvimento as principais propostas do diploma, cuja elaboração, recorde-se, obedeceu ao princípio de não subverter nenhum aspecto da Constituição, seja nos campos da democracia política, social, económica e cultural, seja no plano da defesa da soberania e independência nacional.

No essencial, importa ainda sublinhar, tais propostas visam a introdução de aperfeiçoamentos e melhorias na Lei Fundamental, a resposta a novos problemas, e a correcção de algumas soluções de conteúdo negativo introduzidas na Constituição em revisões anteriores.

De uma forma sistematizada, é, pois, o resumo dessas propostas subscritas pelos parlamentares comunistas que deixamos ao cuidado do leitor:

No plano do sistema político

Reforço do papel e poderes da Assembleia da República, designadamente, pelo alargamento das competências política e legislativa (164º) e da reserva absoluta da competência legislativa (167º); reposição dos poderes da Assembleia em matéria de fiscalização de decretos-lei (172º); maiores obrigações para o governo nas reuniões plenárias e nas comissões; votação de deliberações relativas às petições apresentadas (171º).

Reforço da ligação dos deputados aos eleitores, designadamente, através da obrigação de prestação de contas e de dar sequência às questões postas pelos cidadãos (162º); estruturas de apoio e locais de trabalho para atendimento dos cidadãos a nível de círculo eleitoral (183º-A).

Garantias de moralização e maior transparência da vida política, designadamente, pela obrigação de declaração e publicitação dos rendimentos dos políticos (120º); maiores possibilidades de constituição e reforço dos poderes das comissões parlamentares de inquérito (181º); reforço do Tribunal de Contas (126º); proibição dos Deputados de exercerem funções de nomeação ou representação do Governo (157º).

Criação de novos mecanismos de intervenção dos cidadãos na vida política, designadamente: iniciativa legislativa popular (170º, nº 9); iniciativa popular do referendo (170º, nº 10); iniciativa popular de fiscalização (281º, nº 2 h).

Melhoramentos no sistema de formação e subsistência do Governo, designadamente: impedindo a existência de governos sem apoio suficiente, não permitindo, quer a formação de governos que não obtenham para o seu Programa mais votos favoráveis do que negativos (195º), quer a sua subsistência quando uma segunda moção de censura, mesmo sem maioria absoluta, seja aprovada (198º).

Correcção pontual do estatuto do Presidente da República, conferindo-lhe no plano das relações internacionais os poderes e dignidade indispensáveis (138º).

Melhoramento da representação política no Conselho de Estado, garantindo que a ele pertençam os mais altos representantes de cada um dos quatro maiores partidos (145º).

Constitucionalização da Comissão Nacional de Eleições (116º).

Possibilidade de fiscalização da constitucionalidade de actos políticos (283º-A) e dos grupos parlamentares requererem a fiscalização da constitucionalidade de quaisquer normas (281º, nº 2 f).

Quanto à participação de Portugal nas Comunidades

Admissão do recurso ao referendo sobre todas as questões fundamentais relativas à participação de Portugal nas Comunidades, que envolvam ou possa envolver a soberania nacional e os poderes e competências que lhe são próprios (118º).

Garantia de intervenção da Assembleia da República na sua esfera própria de competência, com a consequente desgovernamentalização da participação nacional nos processos comunitários de decisão (164º j).

Quanto aos direitos dos trabalhadores

Garantias de melhoria no valor real do salário mínimo nacional (59º, nº 2 a).

Redução progressiva do horário de trabalho (59º, nº 2 b).

Garantias do direito ao salário (59º-A).

Consagração de novos direitos e novas obrigações do Estado em matéria de higiene e segurança e acidentes de trabalho (59º, nº 3).

Protecção da contratação colectiva em caso de cessão da empresa (56º, nº 14).

Consagração da legitimidade processual às organizações de trabalhadores (56º, nº 5).

Quanto aos direitos sociais e culturais

Consagração constitucional da gratuidade do Serviço Nacional de Saúde, eliminando-se o «tendencialmente» que PS e PSD introduziram na revisão constitucional de 1989 (64º).

Garantia da actualização regular e valorização em termos reais das pensões e reformas (63º, nº 6).

Estabelecimento de rendimento mínimo de garantia da subsistência (63º, nº 7).

Obrigação para o Estado de criar um sistema público de educação pré-escolar gratuito e universal (74º, nº 3 b).

Obrigação de desenvolver a acção social escolar (74º, nº 3 e).

Obrigação estadual de estabelecer a gratuidade de todos os graus de ensino público, eliminando-se a expressão «progressivamente» e que, adulterada no seu objectivo sentido pelo Governo, lhe serviu de pretensa cobertura para a brutal elevação do montante das propinas (74º, nº 3 f).

Valorização do papel do associativismo desportivo, consagração da obrigação estadual de promover a generalização da prática desportiva, dentro dos princípios éticos (79º).

Melhorias nas garantias e direitos da juventude (70º).

Obrigação de progressiva eliminação de barreiras arquitectónicas que afectam os deficientes (71º).

Quanto aos direitos, liberdades e garantias

Clarificação da obrigação do Estado de criar as condições para a efectivação do princípio da igualdade (13º).

Reforço das garantias de acesso à justiça, designadamente, pela clarificação de que o acesso aos tribunais não pode ser dificultado pela excessiva onerosidade dos serviços de justiça (20º, nº 1); clarificação de que o direito à justiça é também um direito à justiça célere (20º, nº 2); consagração das «acções SOS», que permitem uma defesa expedita de certos direitos fundamentais (20º, nº 4); consagração da acção constitucional de defesa, também chamada recurso de amparo (20º-A).

Reforço da responsabilidade do Estado e outras entidades públicas perante os cidadãos (22º).

Protecção das vítimas de crimes (25º).

Garantia do acesso dos cidadãos a dados informáticos (35º).

Garantia de maior eficácia de exercício do direito de petição, conferindo aos cidadãos o direito de serem informados dos resultados da sua apreciação (52º).

Garantia de uma fiscalização efectiva dos Serviços de Informações (166º, i).

Quanto à liberdade de imprensa

Substituição da Alta Autoridade para a Comunicação Social (39º).

Quanto à defesa do ambiente

Consagração de novas obrigações do Estado em matéria de defesa do ambiente (66º, nº 2).

Consagração do direito das associações ambientalistas serem ouvidas sobre as questões que respeitem à defesa do ambiente (66º, nº 3).

Quanto à defesa da economia nacional

Defesa dos interesses nacionais, designadamente em matérias como a política da água (81º), a segurança alimentar (81º p) e a apropriação do solo por estrangeiros (101º-A).

Contribuição para a defesa do mundo rural e combate à desertificação (96º a).

Promoção da produção agrícola, de um rendimento justo para os agricultores e do aproveitamento dos solos (96º, 1 e) e 96º, 3).

Obrigação para o Estado de garantir o desenvolvimento florestal (96º, 4).

Inclusão das taxas no sistema fiscal, submetendo-as ao mesmo regime dos impostos, explicitação do princípio da irretroactividade dos impostos e consagração de direitos dos particulares perante a administração fiscal (106º e 107º-A).

Quanto ao sistema judicial

Fixação do princípio da desburocratização da justiça e da sua proximidade aos cidadãos (205º, nº 3);

Garantia da dependência funcional dos órgãos de polícia criminal às magistraturas (205º, nº 5);

Enunciação da indispensabilidade da actividade forense na administração da justiça (207º-B);

Consagração da regra da obrigatoriedade das decisões dos tribunais;

Confinação da existência dos tribunais militares ao tempo de guerra (211º);

Garantia da existência de tribunais administrativos e fiscais de 1ª e 2ª instância, e previsão o funcionamento em secções especializadas (214º).

Quanto à garantia da autonomia do Ministério Público

Subtracção ao Ministério Público da função de representar o Estado, deixando este de funcionar como uma espécie de advogado do Estado (221º, nº 1);

Alargamento do elenco constitucional das competências do Ministério Público e reforçar as suas garantias de autonomia e independência (221º, nº 2, 3 e 5));

Consagração constitucional da existência do Conselho Superior do Ministério Público, composto maioritariamente por magistrados (222º).

Quanto ao estatuto constitucional das regiões autónomas

Entre outras alterações, propõe-se:

Alargamento da competência legislativa das assembleias legislativas regionais, sempre com respeito pela Constituição e pelas leis gerais da República (229º, nº 1);

Clarificar os limites dos poderes das regiões autónomas (artigo 230º);

Estabelecimento da obrigação de regular por lei o relacionamento financeiro entre o Estado e as regiões autónomas (231º, nº 1);

Obrigar à audição das assembleias regionais nos processos de nomeação e exoneração dos Ministros da República (artigo 232º).

Quanto ao reforço do estatuto do poder local

Melhorias no regime das finanças locais, consagrando constitucionalmente a participação das autarquias nas receitas do Estado, impondo a actualização das transferências financeiras e proibindo a sua retenção pelo Estado para pagamento de quaisquer dívidas (240º);

Permissão da criação de comissões municipais em sectores de actividade a cargo dos municípios (241º);

Previsão da possibilidade de constituição de associações de freguesias (247º-A);

Flexibilização do regime de instituição das regiões administrativas, eliminando a exigência à sua criação simultânea (255º);

Intervenção no PDR das organizações representativas das actividades económicas, sociais e culturais, dos trabalhadores e das autarquias locais (291º-A).

Outras propostas

Definição rigorosa das finalidades e condições em que as Forças Armadas podem participar em missões de paz fora do território nacional (artigos 7º, nº 4, 138º, alínea e), 164º, alínea q).

Aprofundamento das relações com os PALOP's e com os seus cidadãos (artigo 15º, nº 3);

Defesa: Garantias na prestação do serviço militar obrigatório (276º, nº 6), estabelecimento de novas regras na eleição do Conselho Superior de Defesa Nacional (166º, h) inclusão na competência da Assembleia da República da aprovação das grandes opções do conceito estratégico de Defesa Nacional.

Aperfeiçoamento dos direitos e garantias dos administrados (268º).

A II Guerra Mundial

■ Manoel de Lencastre

Na batalha de Moscovo

Havia angústia, no Kremlin. Conseguiria o Exército Vermelho defender Moscovo? Stalin quis obter do comandante da Frente Ocidental uma declaração sincera, verdadeira: «Dói-me perguntar-lhe isto, camarada Jukov: está certo de que conseguiremos salvar Moscovo? Como comunista, diga-me a verdade, camarada.»

O povo moscovita, além de participar nas obras de defesa da sua cidade, trabalhava entre 12 e 18 horas diárias na execução de ininterruptas entregas de equipamentos diversos, armas, munições, aos exércitos que a cercavam. Mas, na Frente Kalinin (Ivan Konev), o 30º exército (D.D. Leliuchenko) abriu brechas por onde os tanques alemães se infiltravam. Jukov, contudo, achava-se apto a dar ao Comandante-Supremo a sincera resposta que ele pretendia: «Em definitivo, camarada Stalin, defenderemos Moscovo. Mas precisamos de, pelo menos, outros dois exércitos e mais 200 tanques». Stalin respondeu:

«A sua confiança, general Jukov, faz-me bem. Contacte com o Estado-Maior e organize a transferência para a Frente Ocidental de dois dos exércitos que temos em reserva. Mas, quanto aos tanques, ainda não lhes podemos entregar.»

Uma hora mais tarde, o general Alexandre Vassilevski, sub-chefe do Estado-Maior do Exército Vermelho, comunicava a Jukov que os 10º exército (Golikov) e 1º exército de tropas de choque (Kuznetsov) se achavam a caminho vindos, respectivamente, de Ryazan e de uma zona à retaguarda de Yakhroma. A batalha de Moscovo intensificava-se, mas Jukov «sentia» o potencial de combate dos seus exércitos ao mesmo tempo que «tomava o pulso» à capacidade real do inimigo. O grande cabo de guerra ia reforçando, gradualmente, a convicção de que Moscovo jamais seria vencida pelos nazis. Essa convicção permitia-lhe dar a Stalin a resposta histórica que este tanto desejava ver sair da boca do primeiro de todos os generais soviéticos. «Defenderemos Moscovo, sim, camarada Stalin!»

Mas no sector de Volokolamsk, após outros três dias de incessantes combates, o heróico 16º exército, de Rokossovski, via-se forçado a ceder terreno em certas áreas. Em Klin e Solnechnogorsk, os nazis voltavam a abrir brechas lançando nos combates três novas divisões «Panzer», a 6ª (Rauss), a 7ª (von Funck), a 2ª (Rudolf Veil), além das 106ª e 35ª de infantaria (Rauss, também, e von Roman) e da 14ª de tropas motorizadas (Krause). O inimigo avançou sobre Klin e, perante esta nova situação, Rokossovski mandou dispor em Solnechnogorsk os seus 289º e 296º regimentos de forças anti-tanque, a cavalaria de Dorvator com dois batalhões de infantaria e outros dois de tanques pertencentes à 8ª divisão de Guardas. Era preciso não só enfrentar o novo impulso dos nazis como, também, organizar um contra-ataque decisivo. Os nazis, entretanto, já estavam em Krasnaia Poliana e Stalin mostrava-se agitado, uma vez mais.

Mas o 16º exército, reforçado com uma brigada de tanques, um regimento de artilharia e quatro batalhões «Katiucha», aguentava-se em todas as suas posições com excepção do sector de Solnechnogorsk onde os alemães tinham feito recuar as unidades soviéticas que defendiam a linha entre Kluchino, Matruchkino, Kriukovo e Barantsevo. O quartel-general de Konstantin Rokossovski, evidentemente, teve de sair de Kriukovo. Igualmente, os exércitos soviéticos que combatiam à esquerda e à direita do 16º, os 5º (Govorov) e 30º (Leliuchenko), sofriam intensos ataques. Por quanto tempo mais duraria a pressão das forças hitlerianas? Isto é ainda em Volokolamsk. Em Tula, a situação mostrava-se, também, complexa e perigosa.

Guderian tenta asfixiar Tula

O reinício do ataque a Moscovo pelas forças do 2º Grupo «Panzer», comandado por Guderian, tivera lugar a 18 de Novembro. Três divisões «panzer», a 3ª (Breith), a 4ª (Willibald von Langermann U. Erlenkamp) e a 17ª (von Thoma), procuraram rodear Tula atacando por Venev. Fizeram-lhes frente certas formações pertencentes ao 50º exército soviético (Boldin). Mas

Bolokovo e Dedilovo caíram e, a 21, Guderian capturava Uzlovaia e Stalinogorsk. O 47º Corpo de tropas motorizadas nazis (Lemelsen) avançava, rapidamente, na direcção de Mikhailov — era para aí, contudo, que se dirigiam as forças de Golikov, o 10º exército surgido como reforço, a pedido de Jukov. A 26 de Novembro, a 3ª divisão «Panzer» (Breith) aparecia a norte de Tula tentando colaborar no cerco

da heróica cidade e ocupando já posição ao longo da linha de caminhos-de-ferro para Moscovo. Porém, travando épicos combates de dia e de noite (a noite estabelecia-se às três da tarde), o 1º Corpo de Cavalaria de Guardas e a 112ª divisão de tanques, sob o comando do general Belov, conseguiram opor-se com êxito ao avanço inimigo, mas já na zona de Kachiva. Disse-se, então, que os novos tanques soviéticos T-34 abatiam «panzers» como coelhos. No dia seguinte, as forças de Belov, contra-atacando poderosamente as inevitavelmente exaustas divisões dos exércitos «panzer» de Guderian, expulsaram-nas, em definitivo, das posições que ocupavam fazendo-as recuar, de novo, para Venev.

Regressemos ao sector de Volokolamsk. A 23 de Novembro, os tanques nazis haviam entrado em Klin. A 25, o 16º exército (Rokossovski) evacuava Solnechnogorsk. Mas, a 29, quando a situação parecia conhecer novo agravamento, visto que uma unidade blindada nazi surgia na ponte do canal de Moscovo, a acção decisiva e violentíssima do 1º exército de tropas de choque (Kuz-

netsov), que chegava de Yakhroma, fazia recuar essa unidade. Negava, assim, aos hitlerianos, outra importante via de acesso à capital da URSS. A 1 de Dezembro, formações germânicas conseguiram, porém, infiltrar-se entre os 5º e 33º exércitos soviéticos (Govorov e Yefremov), e não seria antes de três dias de ininterruptos combates que os soviéticos conseguiriam derrotar aquelas forças. Os alemães deixaram no terreno muitas dezenas de tanques e mais de 10 000 mortos.

agora, claramente, que a direcção política e militar da Alemanha hitleriana perdera a sua reputação «de invencibilidade». Finalmente, o «Grupo de Exércitos Centro» passava à defensiva. Todas as cadeias de comando do Exército Vermelho informavam ter o inimigo cessado os seus desesperados ataques contra a primeira cidade soviética e começado a construir posições de defesa que lhe permitissem manter, durante o Inverno, os territórios conquistados. O heróico e tão sacrificado sector de Volokolamsk via abrandarem os ataques furiosos a que fazia frente. O 4º exército nazi (Kübler), o 9º (Adolf Strauss), o 3º Grupo «Panzer» (Horth) e o 4º (Happner) tinham sido verdadeiramente derrotados. Na zona de Tula, Guderian convencera-se, definitivamente, da impossibilidade de ultrapassar centros cruciais como Kachiva, Mikhailov, Pavalets, Serebrianiye Prudi, e desistia da sua brutal ofensiva. As suas tropas achavam-se esgotadas. O seu material devastado.

A este respeito, o general germânico F. W. von Mellenheim, escreveria mais tarde:

«A marcha para Moscovo, que Guderian favorecera e havia sido temporariamente suspensa, em Agosto, para dar-se prioridade à conquista da Ucrânia, poderia ter conhecido resultados positivos se tivesse sido encarada desde o princípio como objectivo central e único. A Rússia teria ficado paralisada por um ataque total ao coração do poder de Stalin.» (1)

Mas a verdade é que, apesar de haver atingido os seus objectivos no princípio de Outubro, o complexo plano que presidiu à



segunda fase da batalha de Moscovo (operação Tufão) só não se realizou porque o Exército Vermelho, apesar de haver cedido nas linhas de Vyazma e Bryansk, nunca deu sinais de paralisação. Forçado a desesperados recuos para a «linha final» entre Kalinin, Krasnaia Poliana, Kriukovo, os rios Nara e Oka, Tula e Kachira, firmou-se ao longo dessa linha e venceu. Venceu, heroicamente, a batalha de Moscovo.

Hitler, entretanto, declarava a guerra aos Estados Unidos, a 11 de Dezembro e, tendo assumido ele próprio o comando de todas as forças armadas germânicas, procedeu a drásticas alterações no sistema. Assim, o marechal de campo, general Brauchitsch, foi afastado do posto de comandante em chefe das tropas terrestres alemãs; von Boch deixou o comando do «Grupo de Exércitos Centro»; Guderian foi demitido do comando do 2º Grupo «Panzer».

Ao tomar conhecimento da declaração de guerra dos hitlerianos aos Estados Unidos, Stalin observou, laconicamente: «Parece-me interessante. Que forças e que recursos tem a Alemanha, agora, para combater os Estados Unidos? Para uma guerra dessa ordem, não possui o poder aéreo que requerem as missões de combate de longas distâncias, nem forças navais suficientes.»

«Parece-me interessante. Que forças e que recursos tem a Alemanha, agora, para combater os Estados Unidos? Para uma guerra dessa ordem, não possui o poder aéreo que requerem as missões de combate de longas distâncias, nem forças navais suficientes.»

«Parece-me interessante. Que forças e que recursos tem a Alemanha, agora, para combater os Estados Unidos? Para uma guerra dessa ordem, não possui o poder aéreo que requerem as missões de combate de longas distâncias, nem forças navais suficientes.»

(1) Batalhas dos "Panzers" 1939-45, Cassell, Londres 1956, pág. 149.

Duas notas dos Açores

■ José Decq Mota

Democracia, dignidade e brutalidade policial

O título que encima este artigo contém duas palavras que, obrigatoriamente, têm que estar associadas – democracia e dignidade – e contém uma expressão – brutalidade policial – que não é compatível com esse conceito de liberdade democrática.

Escrever este artigo, com este título, hoje, nos Açores, ou no conjunto do País, é, infelizmente, oportuno e necessário.

Não tenho dúvidas de nenhuma espécie sobre os apetites repressivos, autoritários e prepotentes que emanam da prática política do actual Governo da república.

Quando se montam, com publicidade, reuniões do Primeiro-Ministro com os responsáveis das polícias e da segurança, como aconteceu há dias, está a pretender dizer-se que se pode e quer usar esses meios como forma de intimidação dos cidadãos.

Quando responsáveis políticos ligados ao Governo procuraram associar ilegitimamente o hediondo crime de Vinhais, que vitimou dois elementos da Guarda Nacional Republicana, com o justo protesto dos utentes da Ponte 25 de Abril, está-se a pretender cair um ambiente motivador e «legitimador» de acções repressivas de larga escala.

Quando há escândalos enormes que envolvem o SIS e tudo indica que a acção recente desses serviços foi orientada para âmbitos exteriores ao quadro legal vigente e totalmente desprovidos de legitimidade, está-se perante um perigoso quadro de tendencial abuso de poder promovido por governantes autoritários.

Quando acontece tudo isto, associado a orientações que incluem o recurso cada vez mais frequente à cacetada e à repressão violenta de várias expressões de protesto legítimo, estamos perante um quadro em que o Governo da República procura, cada

vez mais, incluir a repressão no arsenal das suas «armas» políticas.

Estas afirmações de autoritarismo mostram as intenções de quem as promove e distorcem fortemente a mentalidade democrática que deve marcar as actuações das várias polícias. Cria-se um ambiente de «nervosismo» e tensão propiciador do renascimento dos antigos raciocínios prepotentes que eram, antes da democracia, inculcados nas instituições policiais.

Na sequência de todo este ambiente, verificam-se situações

De um incidente com um número muito reduzido de familiares de um cidadão autuado passou-se a uma situação de abuso de poder, pretendendo o comandante da força policial que toda a gente fosse, imperativamente, para casa e galgou-se rapidamente para uma situação de brutalidade incompreensível, entrando a polícia em estabelecimentos, espancando a torto e a direito, numa «operação de limpeza» típica de outros tempos deste País e totalmente inaceitável nestes tempos de democracia instituída.

É necessário apurar-se responsabilidades a todos os níveis. É preciso saber-se por que razão foi deslocada para as Capelas força tão numerosa. É preciso saber-se que ordens tinha o comandante da força. É preciso saber-se quem ousou transformar a freguesia das Capelas, numa noite de sábado, num palco de tão absurdo autoritarismo.

Mas também é preciso que sejam reparadas as ofensas físicas e morais feitas a cidadãos livres que viram a sua liberdade tão relesmente ferida.

As polícias são necessárias, indispensáveis e úteis, como instrumento de defesa da legalidade e de garantia da segurança. Não é, no entanto, aceitável que haja quem, pelas ordens que dá ou pela forma como as executa, pretenda restaurar práticas que a lei não permite, que a dignidade humana não consente e que o bom senso repudia.

Que este lamentável comportamento policial verificado nas Capelas sirva como exemplo do que não se pode fazer e seja motivo

vador de uma correcta e esperada acção do Poder Judicial, que reponha a dignidade arbitrariamente atingida de muitos cidadãos livres.

Condenar estes casos é defender a Democracia, pelo que espero que todas as entidades políticas desta Região Autónoma tenham a coragem de dizer que acções destas não são toleráveis.



que, pelo seu absurdo, não podem ser toleradas, nem abafadas, nem escondidas no que respeita ao seu significado.

Exemplo gritante e desconcertante desse renascimento da brutalidade policial como «instituição» é aquilo que se passou nas Capelas no passado dia 17/09.

Sinais maus de tempos maus

O então Delegado dos Desportos da Horta, Professor Rui Santos, foi forçado recentemente a demitir-se dessas funções.

Quem o conhece sabe que é um técnico qualificado e um profissional perfeitamente apto a exercer funções de coordenação.

Quem acompanhou, minimamente, a sua actividade à frente da Delegação de Desportos da Horta, sabe que o contributo dado foi positivo a muitos títulos.

Quem priva, e muitos somos, com o Professor Rui Santos sabe que se trata de uma pessoa integralmente séria, de bom trato, espírito de diálogo, mente aberta e preocupado com o presente e com o futuro desta terra que adoptou como sua.

Mas apesar de tudo isto, o Professor Rui Santos foi obrigado a demitir-se.

As razões concretas dessa demissão mostram um mau sinal político, que não pode deixar de ser frontal, livre e objectivamente analisado.

Rui Santos não é hoje Delegado de desportos da Horta porque, simplesmente, não é do PSD.

É bom técnico, é honesto, é prestável, é interessado pelo desporto e pelo Faial, mas não é do PSD, pelo que, para o PSD, não tem condições para exercer um cargo que, sendo de nomeação por escolha, não deixa de ser um cargo técnico.

A gravidade desta situação é bem patente e é

tanto maior quanto representa a visão medíocre, prepotente e não democrática de muitos daqueles que estão a exercer o poder regional.

Quando, em 1994, na Região Autónoma dos Açores, se entende que um técnico não pode exercer um cargo técnico com nomeação por escolha porque concorreu em listas de outro partido (independente, pelo PS) e quando se lhe aponta como algo de criticável a convivência e «conversas de café» com cidadãos de outros quadrantes políticos, isto quer dizer que chegámos ao fundo na escala do entendimento democrático e que se perdeu todo o pudor.

Quando um Presidente de uma Comissão Política da Ilha do PSD, que também é Secretário Regional, exige de outro Secretário Regional uma decisão de demissão, por estas razões, há razão para dizer, usando uma popular e antiga expressão, que «já chegámos à Madeira».

Quando esta terra está a ser despojada de muitos aspectos que a definem como um indispensável pólo do desenvolvimento regional, constatamos que se perdem energias e forças com estas atitudes mesquinhas e prepotentes, altamente lesivas das nossas potencialidades intrínsecas.

Quando se verifica que a dinâmica política que se desenvolve no Faial está quase reduzida

a lutas entre parentes que exercem cargos políticos por partidos diferentes e quando constatamos que a prepotência de uns só é igualada com a incompetência e falta de capacidade de outros, temos que constatar que o nosso futuro imediato não se apresenta de modo brilhante.

O Professor Rui Santos «cometeu o crime» de não ser do PSD. Foi para a rua da Delegação dos Desportos.

A esta reflexão que aqui deixo sei que vai ser dito que nada disto é assim, que a democracia é totalmente respeitada, que somos todos boa gente, etc. Sei que vai ser dito tudo isto mas também sei, como todos sabemos, que a Verdade não se transfigura só porque alguns há muito se habituaram a não falar verdade.

De tudo isto, gostaria de concluir com quatro pontos breves:

1.º – O Professor Rui Santos, bem como todos os cidadãos que usam a liberdade constitucional que rege a nossa vida colectiva, conta e contará sempre com a minha total solidariedade.

2.º – Aqueles que teimam em proceder como se fossem donos desta terras e das consciências das suas gentes contam e contarão sempre com o meu, certamente modesto e pouco importante mas seguramente firme e desassombado, combate.

3.º – Aqueles que no Governo ou no Municí-

pio são incapazes de perceber que muitas evoluções recentes estão a empurrar o Faial e outras ilhas vizinhas para a situação de «apêndices indesejados» de espaços maiores, têm que ser confrontados com a acção convergente, democrática e esclarecida de todos aqueles que têm possibilidade, competência e capacidade de ajudar a equacionar e resolver os muitos problemas que existem.

4.º – Aqueles que têm consciência de que é possível e urgente sair-se da mediocridade política hoje reinante no Faial, têm que saber encontrar a forma de contribuir para isso, opondo-se às arbitrariedades, não se conformando com a incompetência e conquistando a democracia através do justo mas firme exercício de todos os seus direitos.

A demissão de Rui Santos vem pôr mais a nu muitos aspectos hoje determinantes na vida política faialense.

É indispensável que estes sinais maus nos dias de hoje sirvam, ao menos, para que se ganhe a consciência da necessidade de se evoluir dos tempos maus do presente para uma situação muito mais livre e justa.

Saibamos todos pôr termo a isto, para que esta terra seja aquilo que pode ser: uma terra pequena mas onde se pode viver em liberdade com equilíbrio e qualidade.

PONTOS CARDEAIS

A comemoração

Para comemorar o seu segundo aniversário, a SIC programou uma emissão de mais de 24 horas, a começar às zero horas de 6 de Outubro e a prolongar-se até às 3.40 do dia 7. Considerando que as emissões da SIC começam normalmente ao meio-dia (não contando com as duas horas de antena vendidas aos "manás"), temos um substantivo acréscimo de 12 horas sobre o período normal de antena. É um esforço comemorativo de vulto, que,

só por si, dá nota da boa ideia que os responsáveis da SIC têm do seu trabalho. Onde as coisas se complicam é na programação anunciada para esta emissão especial. Ora veja-se. Nas 25 rubricas anunciadas para o evento, há seis filmes e três telenovelas (o que consome, à partida, as tais 12 horas suplementares que assinalam o aniversário e dão corpo à emissão especial), comendo-se o resto do ramalhete com três serviços noticiosos, mais dois ou três enlatados que têm a

particularidade de lançar o Pavarotti a cantar ópera das 6.30 às 8 horas da manhã (o que deve ser uma excitação para as casas de banho do País), resumindo-se a apresentação de produções próprias da estação a três solitários continuados ("Donos da Bola", "Praça Pública", "Ora Bolas Marina") e uma cantoria que ameaça pôr a gorgear os

apresentadores da casa, o que, diga-se de passagem, é uma ideia que resulta sempre em qualquer grupo de amigos, quanto mais entre a SIC e o País. Perante isto, a questão não está em criticar "como" comemora a SIC o seu segundo aniversário. O drama é saber "por que" comemora a SIC o seu segundo aniversário...

Governo de "manás"

Cavaco Silva convocou todos os membros do seu Governo, juntou-os em intenso Conselho de Ministros e pôlos a efabular coisas extraordinárias, chegando o delírio à produção de teses como a de Valente de Oliveira, de que a RTP "desfavorece" o Governo. Mas o melhor viria no final dos trabalhos, com uma lista de bem aventuranças a inundar o País nos próximos tempos, com o selo de garantia do Governo. O "Correio da Manhã" resumiu-as lapidadamente na primeira página, como se segue:

- . Famílias mais ricas para o ano.
- . Jovens com mais emprego até ao fim do século.
- . Desenvolvimento regional à "velocidade de cruzeiro" em 1995.
- . Acordo social conseguido até ao dia 15 de Outubro.
- . Pequeno comércio recuperado com novos apoios. Melhor que isto, só os milagres com hora marcada prometidos pelos "manás".

E com notícias destas, o Governo de Cavaco Silva merecia ocupar, todos os dias, a primeira página do "Correio da Manhã". Assim, a sua extravagância passaria a exibir-se em espaço identificadamente adequado.

Quem aplaudiu o CDS...

A tão falada "moção de censura" ao Governo anunciada pelo CDS-PP levantou, como se sabe, excitadas curiosidades em alguns órgãos de Comunicação Social. Uma delas quase que construiu um "caso político" à volta do sentido de voto do PCP perante tal moção, apesar deste ter definido, com linear clareza, que esta iniciativa parlamentar do CDS não tem qualquer relevância e serve, concretamente, os objectivos do PSD em enclausurar no hemicírculo de S. Bento - onde ainda detém a maioria - a discussão da censura que cresce, no País, contra a sua política. Infelizmente, a curiosidade desses órgãos de Comunicação Social não reparou em duas outras coisas, bem mais significativas, provocadas por esta pretensa "moção de censura" do CDS ao Governo. Uma, foi a da posição coincidente do PCP e do PS sobre a inoportunidade e incoerência desta moção de censura ao Governo. Outra, foi o aplauso do PSD à proposta do CDS em o... censurar. Estranho, não é?

FRASES da SEMANA

"Fazer política com os serviços de informação é, de facto, uma estupidez, em particular porque não há qualquer séria razão para o fazer hoje na nossa democracia."

☞ (Pacheco Pereira, PSD - «Diário de Notícias», 20.09.94)

"As obras a inaugurar em 1995 são ainda em maior número do que as de 1991. (...)"

"Tudo por causa das eleições?"

"Não tem nada a ver com as eleições."

☞ (Ferreira do Amaral, MOPC - «Diário de Notícias», 30.09.94)

"Aceitarei continuar ministro depois de 1995"

☞ (idem)

"(...) sendo Presidente da República, ocupando o mais alto lugar do Estado, (Mário Soares) assume uma postura quase subversiva."

☞ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 01.10.94)

"Soares foi demasiado franco..."

☞ (Rui Machete - «Expresso», 01.10.94)

"Acho que o Dr. Arlindo de Carvalho tem de se moderar nas suas intervenções, não pode ser tão nervoso, não pode ver fantasmas onde eles não existem."

☞ (Isaltino de Morais, PSD - «Semanário», 01.10.94)

"Acho o "All You Need is Love" um programa interessantíssimo, cheio de emoções, visto especialmente pelas classes A e B. E, daqui a uns anos, "Cenas de um Casamento" vai ser objecto de vários tratados de sociologia."

☞ (Francisco P. Balsemão, na TSF, citado em «Público», 02.10.94)

"Vão até às vossas bibliotecas familiares e escolham um romance. Vão até ao videoclube mais próximo e tragam de lá um bom filme. Vão passear, vão ao teatro, vão conviver até ao café do bairro, organizem serões como havia antigamente. Digam não à javardice vinda de dentro dos televisores. É tempo de dizer basta!"

☞ (Nuno Ferreira, «Crítica» - «Público», 03.10.94)

N. da R. - Por lapso, a última «frase da semana» citada na passada edição do «Avante!» não foi atribuída ao seu autor, o pintor Júlio Pomar.

PONTOS NATURAIS

A memória do olhar

I
A recomendação que tenho de fazer aos nossos compatriotas, aos trabalhadores que se encontram em Portugal e são anestesiados por pessoas sem escrúpulos, é a de verificarem antecipadamente a legalidade dos contratos e também as condições de dignidade. Isso é muito importante porque sabemos que agora há uma enorme procura de trabalho, os trabalhadores, graças à cidadania comunitária, têm hoje os mesmos direitos que os trabalhadores alemães, mas, dada a diferença salarial que existe entre o nosso país e a Alemanha, a verdade é que aparecem sempre esses, perdõe-se-me a expressão, pescadores de águas turvas, que procuram explorar os nossos compatriotas.

(Durão Barroso)

II
Pelo menos duas vezes na noite de ontem, a CNN disse, sem qualquer inibição, ou pudor, que «temos informações do que se está a passar, mas não as podemos dar porque temos um acordo de embargo com o governo». Não deixa de ser extraordinário uma empresa jornalística admitir isto em público, mas, enfim, estes são os comediantes de agora e a comédia prossegue em Port-au-Prince.

(Mário Crespo)

Quadro

Uma mulher puxou o seu longo cabelo negro e tocou nessas cordas uma música em surdina. Morcegos com rosto de bebés na luz violeta sibilavam e batiam as asas e desciam de cabeça para baixo na parede enegrecida. Invertidas no ar havia torres em que sinos reminiscetes deviam as horas e vozes cantando de dentro das cisternas vazias e poços secos... À luz pálida da Lua a erva canta nas sepulturas caídas à volta da capela. Eis a capela vazia, apenas a casa do vento. Não tem janelas e a porta oscila. Ossos secos não fazem mal a ninguém.

(T. S. Eliot, TV 2, tradução de Isabel Borges)

Leituras de férias

- Tudo é opinião.
- É preciso definir sempre o objectivo cuja imagem se apresenta no nosso espírito, a fim de o ver claramente tal como é na sua essência.
- Não acometas feito nenhum ao acaso nem de forma diferente do que preceituam as regras da boa arte.
- Há quem procure lugares de retiro no campo, na praia, na montanha, quando podemos, sempre que o quisermos, encontrar esse retiro dentro de nós próprios.
- Harmoniza-se comigo tudo o que se harmoniza com a Terra.
- Será possível que em ti subsista uma certa ordem, se apenas desordem houver em tudo o mais?

(Pensamentos, de Marco Aurélio)

Mário Castrim



Reuniões e Plenários

SINTRA

Reunião plenária da célula da CEL-CAT

Plenário para discussão da situação na empresa e do papel e acção dos comunistas, com a participação, entre outros, do camarada Jerónimo de Sousa: quinta-feira, dia 6, às 21.00, no Centro de Trabalho do Cacém.

Almargem do Bispo

Reunião plenária mensal (1ª sexta-feira de cada mês) de militantes da freguesia: dia 7, às 21.30, nos Camarões, com a participação do camarada António Cordeiro.

QUELUZ

Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e social, questões autárquicas e funcionamento da organização do Partido: sexta-feira, dia 7, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

SINTRA

Reunião plenária quinzenal de militantes das freguesias de Sta. Maria/S. Miguel e S. Martinho: hoje, quinta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho de Sintra.

RIO DE MOURO

Almoço-convívio
no dia 15 de Outubro, no CT
Inscribe-te!

LISBOA

Reunião de Sócios da Casa do Alentejo, membros do PCP: quinta-feira, dia 6, às 21.00, no CT Vitória.

Reunião do OD da Zona Norte de Lisboa: quinta-feira, dia 6, às 21.30, no CT Vitória.

Reunião da célula da Gulbenkian: sexta-feira, dia 7, às 18.00, no CT da Av. António Serpa.

Plenário das organizações da Graça, Sta. Engrácia e S. Vicente, com a participação do camarada José Tavares: quarta-feira, dia 12, às 21.30, no CT da Graça.

Plenário da organização local dos Olivais: sábado, dia 15, às 16.00, no Centro de Trabalho dos Olivais.

LISBOA

Sábado, dia 8, às 11h00,
Junta de Freguesia de Alcântara

ENCONTRO NACIONAL DOS COMUNISTAS DOS CORREIOS (CTT)

TORTOSENDO

Plenário de militantes sobre a situação política actual, incluindo a revisão da Constituição, e a Conferência Nacional do PCP: sábado, dia 8, às 15.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada António Cardoso.

COIMBRA

Reunião plenária da Organização Regional, para análise e discussão da situação política e social e da actividade e tarefas do Partido, designadamente a Conferência Nacional e a próxima Assembleia da organização regional: sábado, dia 8, a partir das 15.00, no CT de Coimbra.



REUNIÃO DE QUADROS DA O. R. PORTO DO PCP

C. T. Boavista
8 de Outubro, Sábado
15 horas

A Situação Política e Tarefas do Partido
(Conferência do PCP, Debates com o País,
Revisão da Constituição, Luta Social,...)

Participação de

CARLOS CARVALHAS

Secretário-geral do PCP

DORP do PCP Setembro de 1994

Porto
Hotel Tuela,
Sábado, 8 de Outubro, 10h30

Encontro com Carlos Carvalho Secretário-Geral do PCP

Em debate:
A situação social
e os direitos dos trabalhadores

Loures Encontro de Quadros Comunistas do Concelho

Em debate:
Estrutura da Organização do Partido
no concelho
e plano de trabalho para os próximos meses

Sábado, dia 8,
Centro Cultural Malaposta

Sessão de encerramento, às 17h30
com intervenção de
Vítor Dias

ÉVORA

Plenário da célula da Câmara Municipal de Évora, com a participação de eleitos e do camarada Diamantino Dias: quinta-feira, dia 6, às 17.30, no CT de Évora.

Reunião dos sectores da área de Serviços da cidade: quinta-feira, dia 6, às 21.00, no CT de Évora.

Reunião do sector Operário da cidade: sexta-feira, dia 7, às 21.00, no CT de Évora.

ENCONTRO DE QUADROS DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE ÉVORA

sobre
a organização do Partido nos locais de trabalho
e a próxima Conferência Nacional do PCP

Sábado, dia 8, às 10.00,
na Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo,
com a participação do camarada
José Soeiro

ENCONTRO DISTRIAL

Ginásio B. Banheira 9/OUT



VALE A PENA LUTAR - JCP

Encontro Distrital de Setúbal da JCP

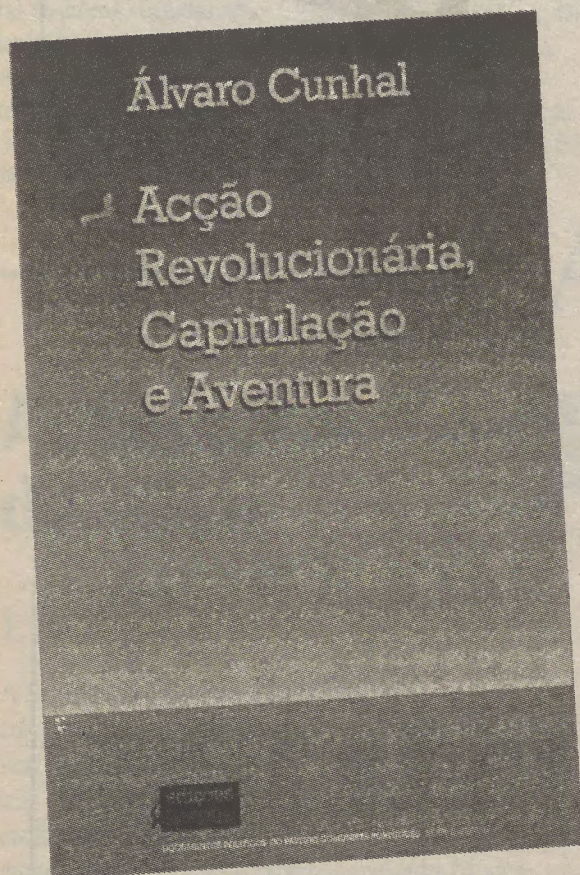
Em debate
(plenário e três secções):

*Os problemas dos jovens
trabalhadores e trabalhadores-
-estudantes
As questões do ensino secundário
As questões do ensino superior*

Com a participação do camarada
ÁLVARO CUNHAL

Início às 10h30
Sessão pública de encerramento
às 16h30

Álvaro Cunhal Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura



Os últimos tempos da ditadura fascista, que imediatamente precederam a Revolução de Abril, ou seja, a crise geral da ditadura e o governo de Marcelo Caetano, os objectivos da revolução antifascista, a actuação e as alianças das várias forças políticas constituíram um dos pratos fortes da campanha reaccionária contra a Revolução de Abril desencadeada a propósito das comemorações do seu 20º aniversário.

Ora a natureza da ditadura, a época de Marcelo Caetano, os objectivos, posições e actividades das várias forças políticas, constituem matérias do ensaio agora editado, significativas não apenas relativamente à vida nacional nessa época mas também para o conhecimento e a compreensão de tudo quanto se lhe seguiu no quarto de século desde então decorrido — a luta revolucionária para pôr fim à ditadura, o 25 de Abril, a revolução democrática e a contra-revolução até aos dias de hoje.

Preço: 1995\$00

Desejo receber o livro *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, de Álvaro Cunhal, à cobrança, acrescido das despesas de porte.

Nome _____

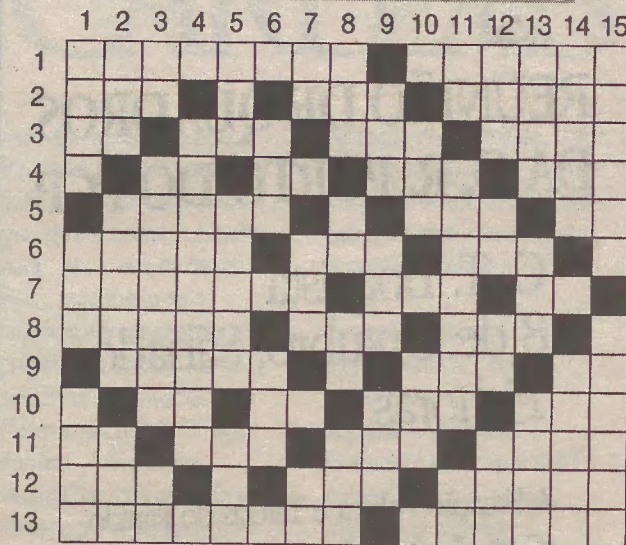
Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Edições «Avante!», SA
Alameda St. António dos Capuchos, 6-B
1100 LISBOA

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Duque espanhol, célebre ministro de Filipe IV; saboiano de. 2 - Sistema montanhoso marroquino; ruído; subtraem. 3 - Nota musical; maior; preceito escrito; satanás. 4 - Ande; dirigir-se; certa; entre; 5 - Serra do distr. de Vila Real; lamentos; solitário. 6 - Disparos; prep.; batráquios. 7 - Emocionante; pai do pai; antiga nota musical. 8 - Decrépito; um milhar; cloreto de sódio. 9 - Migalhas; afluente do Mondego; Deus dos rebanhos. 10 - Dentro dos pães; antiga cidade da Caldeia; rio que passa por Leiria; prep. 11 - Art.; santo; barrete mourisco; rio de França. 12 - Oferecem; entrego; cidade que pertenceu aos templários. 13 - Grande palmípeda da família dos macrópteros; ascendera.

VERTICAIS: 1 - Fem. de órfão; nome da letra t no pl.; entidade dotada de poder sobrenatural, encanto e beleza. 2 - Liga; falem por gestos; graça. 3 - Ilha junta a Marselha; descendência em linha masculina; rio da Rússia. 4 - Velhaquices. 5 - Período de tempo; alberga; estão em Malta. 6 - Água corrente natural; transpiro. 7 - Estás; ruído; pena. 8 - Claridade; nota musical; pref. neg.; embocadura de rio. 9 - Pertence-me; epidemia; sem roupa. 10 - Ministro da religião maometana; opina. 11 - Astatino (s.q.); elegantes; tratamento familiar. 12 - Duas vezes, apelido do 3º governador-geral do Brasil; cont. prep. e art.; debaixo de. 13 - Rezas; ponto cardeal; pref. de metade. 14 - Barcos de recreio; sofrer. 15 - Amargos; fruto da tamarreira.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

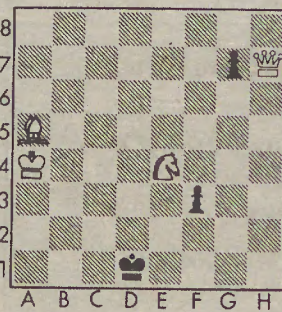
HORIZONTAIS: 1 - Palmira; Cecília. 2 - Eleita; metiam. 3 - Noite; sus; mesma. 4 - Tô; comem; mó. 5 - Dó; vales; Só. 6 - Oi; fim; lãs; Be. 7 - Bateras; caracol. 8 - In; lar; dão; lá. 9 - At.; sátiros; ao. 10 - RR; ouvis; ab. 11 - Ecoam; aia; atado; 12 - Divida; nautas. 13 - Idalina; Zulmira.

VERTICAIS: 1 - Pena; Obi; pedi. 2 - Aló; Diana; Cid. 3 - Leito; trova. 4 - Mito; fel; rail. 5 - Ite; viras; MDL. 6 - Rã; camarão; an. 7 - Sol; tua. 8 - Lumes; Lívía. 9 - Set; ria. 10 - Em; melados; nu. 11 - Cem; saras; aal. 12 - Item; são; atum. 13 - Lisos; abati. 14 - Íam; óbolo; dar. 15 - Amas; ela; rosa.

XADREZ

CDLXXX - 6 DE OUTUBRO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X073
Por: JOSEF CUMPE
Narodni Politika, 1921

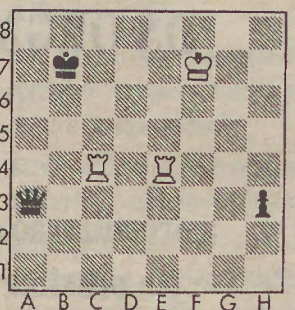
Pr.: [3] Ps.f3, g7-Rd1
Br.: [4] C64-Ba5-Dh7-Ra4



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X074
Por: E. BERGKVIST
Eskilstuna Kuriren,
1916

Pr.: [3] Ph3-Da3-Rb7
Br.: [3] Ts.c4, e4-Rf7



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES
DO Nº CDLXXX

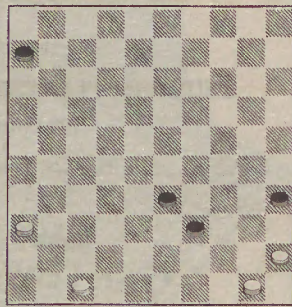
Nº 1994X073 [J.C.]: 1. Dg8! [ameaça: 2. Dc4; 3. Cd2 #], f2: 2. Db3+, Rc2: 3. Bd2/Cg3 #
1. Re2: 2. Dc4+, Re3/Rd1: 3. Bd2/Cf2 #
Nº 1994X074 [E.B.]: 1. Tb4+ Rc8: 2. Rc8, Rc7: 3. Re7, Rc6: 4. R6e e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

CDLXXX - 6 DE OUTUBRO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D073
Por: R. v. d. KLIFT

Pr.: [4] 6-33-35-39
Br.: [4] 36-45-47-50



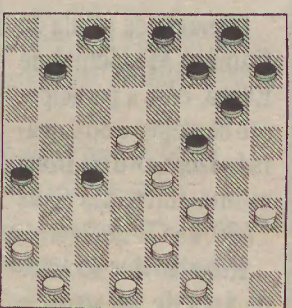
Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D074
GOLPE Nº 89

[Nota: Este Golpe não ocorreu de facto!!! José Ferreira, contra Mário Dinis Vaz, vendo-o, jogou: 10., 18:11!!!]

Fonte: Vamos Decifrar Nº 483/16.XI.1957

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-15, 20-16, 4. 1-5, 28-23; 5. 14-19, 23-14; 6. 10-19, 32-28; 7. 11-14, 18-11; 8. 7-14, 27-22; 9. 5-10, 22-18; 10. 15-20, 24:15 DIAGRAMA:



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES
DO Nº CDLXXX

Nº 1994D073 [R.v.d.K.]: 1. 47-42, (6x11); 2. 36-31, (11x17); 3. 31-27, (39-43); 4. 27-21, (17x26); 5. 42-38, (-); 6. 45-40, (35x44); 7. 50x37 +

Nº 1994D074 [?]: 15., 11. 19-22, 18:11 12. 3-7, 26:19; 13. 7-32 = D +
11., 26:19; 12. 14:32 = D +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 6

A Dívida (Real.: Bruno d'Almeida); Vamo-nos Amar (Real.: George Cukor); O Palácio do Prazer (Real.: Walter Grauman); Um Homem do Ribatejo (Real.: Henrique Campos); O Tarzan do 5.º Esquerdo (Real.: Augusto Fraga); Velhos Tempos (Real.: Simon Curtis). Filmes transmitidos na emissão especial, de 24 horas consecutivas, do aniversário da SIC. (00.00 / 03.40, SIC)

A Cidade Turbulenta

«Destry Rides Again» (EUA/1939). Real.: George Marshall. Int.: Marlene Dietrich, James Stewart, Charles Winninger, Misha Auer. P/B, 97 min. Ver Destaque. (15.05, TV 2)

Filhos de um Deus Menor

«Children of a Lesser God» (EUA/1986). Real.: Randa Haines. Int.: William Hurt, Marlee Matlin, Piper Laurie, Philip Bosco. Cor, 114 min. Ver Destaque. (00.20, TV 2)

Paraíso do Diabo

«Des Teufles Paradies» / «Devil's Paradise» (RFA/1986). Real.: Vadim Gloopa. Int.: Jurgen Prochnow, Sam Waterston, Suzanna Hamilton. Cor, 93 min. Drama. (01.00, Canal 1)

SEXTA, 7

Três Histórias de Amor

«Decameron Nights» (Gr.Br./1953). Real.: Hugo Fragonese. Int.: Joan Fontaine, Louis Jourdan, Joan Collins. Cor, 84 min. Drama. (14.20, SIC)

Vem Comigo

«Come Along with Me» (EUA/1981). Real.: Joanne Woodward. Int.: Estelle Parsons, Barbara Baxley, Sylvia Sidney. Cor, 60 min. Comédia. (15.05, TV 2)

A Missão

«The Mission» (Gr.Br./1986). Real.: Roland Joffe. Int.: Robert De Niro, Jeremy Irons, Ray McAnally, Liam Neeson. Cor, 128 min. Ver Destaque. (21.30, Quatro)

Hanusen, O Profeta

«Hanusen» (Hungr./RFA/1988). Real.: Istvan Szabo. Int.: Klaus Maria Brandauer, Erland Josephson, Ildikó Bánsági. Cor, 113 min. Ver Destaque. (00.00, TV 2)

Na Cama com Madonna

«Truth or Dare: In Bed With Madonna» (EUA/1991). Real.: Alek Keshishian. Documentário / Musical. Ver Destaque. (00.00, Canal 1)

O Rosário Negro

«The Rosemary Murders» (EUA/1987). Real.: Fred Walton. Int.: Donald Sutherland, Charles Durning, Belinda Bauer. Cor, 97 min. «Thriller». (00.50, SIC)

Soldados em Digressão

(título original não fornecido - Gr.Br./1982). Real.: Michael Blake. Int.: John Cleese, Denis Quilley, Michael Elpick. Cor, 109 min. Comédia. (01.55, Canal 1)

SÁBADO, 8

O Segredo dos Incas

«Secret of the Incas» (EUA/1954). Real.: Jerry Hooper. Int.: Charlton Heston, Robert Young, Thomas Mitchell. Cor, 97 min. Aventuras. (15.00, SIC)

A Culpa é do Fred

«Drop Dead Fred» (EUA/1991). Real.: Ate De Jong. Int.: Phebe Cates, Rik Mayall, Marsha Mason, Tim Matheson. Cor, 95 min. Comédia Fantástica. (18.00, Canal 1)

Academia de Polícia 4:

A Patrulha do Cidadão

«Police Academy 4: Citizens on Patrol» (EUA/1987). Real.: Jim Drake. Int.: Steve Guttenberg, Bubba Smith, Michael Winslow. Cor, 84 min. Comédia. (23.20, Canal 1)

O Grito da Liberdade

«Wild in the Streets» (EUA/1968). Real.: Barry Shear. Int.: Christopher Jones, Shelley Winters, Diane Varsi, Millie Perkins. Cor, 94 min. Comédia Policial. (00.05, SIC)

Paragem de Autocarro

«Bus Stop» (EUA/1956). Real.: Joshua Logan. Int.: Marilyn Monroe, Don Murray, Arthur O'Connell, Betty Field, Eileen Heckart, Robert Bray, Hope Lange. Cor, 98 min. Ver Destaque. (00.45, Quatro)

Realidade Virtual - A Cobaia

«The Lawnmower Man» (Gr.Br./EUA/1992). Real.: Brett Leonard. Int.: Jeff Fahey, Pierce Brosnan, Jenny Wright. Cor, 104 min. Ficção Científica. (01.10, Canal 1)

DOMINGO, 9

Marados à Solta

«The Dream Team» (EUA/1989). Real.: Howard Zief. Int.: Michael Keaton, Christopher Lloyd, Peter Boyle, Stephen Furst. Cor, 109 min. Comédia. (14.30, SIC)

Nunca Digas Nunca

«Never Say Never Again» (Gr.Br./1983). Real.: Irvin Kershner. Int.: Sean Connery, Klaus M. Brandauer, Max von Sydow, Kim Basinger. Cor, 134 min. Ver Destaque. (21.40, SIC)

Macbeth

«Macbeth» (EUA/1948). Real.: Orson Welles. Int.: Orson Welles, Jeanette Nolan, Dan O'Herlihy, Edgar Barrier, Roddy McDowell. P/B, 89 min. Ver Destaque. (23.50, TV 2)

Falsa Acusação

«Falsely Accused» (EUA/1992). Real.: Noel Nosseck. Int.: Lisa Hartman Black, Chrispor Meloni, Cloris Leachman. Cor, 91 min. Telefilme Dramático. (00.20, Canal 1)

SEGUNDA, 10

Acto de Vingança

«Tir Groupé» (Fr./1982). Real.: Jean-Claude Missiaen. Int.: Gérard Lanvin, Véronique Jannot, Michel Constantin. Cor, 87 min. Ver Destaque. (14.20, SIC)

A Condessa de Nova Orleães

«The Flame of New Orleans» (EUA/1941). Real.: René Clair. Int.: Marlene Dietrich, Bruce Cabot, Roland Young, Misha Auer. P/B, 76 min. Ver Destaque. (15.05, TV 2)

Crocodilo Dundee II

«Crocodile Dundee II» (Austrália/EUA/1988). Real.: John Cornell. Int.: Paul Hogan, Linda Koslowski, John Meillon, Ernie Dingo. Cor, 106 min. Comédia de Aventuras. (22.20, SIC)

A Dívida

«La Deuda Interna» (Arg./Gr.Br./1987). Real.: Miguel Pereira. Int.: Juan Jose Camero, Gonzalo Morales, René Olaguivel. Cor, 95 min. Drama. (00.55, Canal 1)

TERÇA, 11

Paixões Cruzadas

«The Crossing» (EUA/1990). Real.: George Ogilvie. Int.: Russell Crowe, Robert Mammone, Danielle Spencer. Cor, 95 min. Drama. (14.20, SIC)

As Três Noites de Eva

«The Lady Eve» (EUA/1941). Real.: Preston Sturges. Int.: Barbara Stanwick, Henry Fonda, Charles Coburn. P/B, 90 min. Ver Destaque. (15.05, TV 2)

Duma Vez por Todas

(Port./1986). Real.: Joaquim Leitão. Int.: Pedro Ayres de Magalhães, Vicky de Almeida, Filipe Ferrer, Jasmin de Matos. Cor, 95 min. Ver Destaque. (22.50, TV 2)

Prova de Amor

«Preuve d'Amour» (Fr./1987). Real.: Miguel Courtois. Int.: Gérard Darmon, Anais Jeanneret, Philippe Combenègre. Cor, 90 min. «Thriller». (00.35, Canal 1)

QUARTA, 12

Série Negra

«Série Noire» (Fr./1976). Real.: Alain Corneau. Int.: Patrick Dewaere, Myriam Boyer, Marie Trintignant, Bernard Blier. Cor, 110 min. Ver Destaque. (14.20, SIC)

Invasores de Marte

«Invaders from Mars» (EUA/1953). Real.: William Cameron Menzies. Int.: Helena Carter, Arthur Franz, Jimmy Hunt. Cor, 86 min. Ver Destaque. (15.05, TV 2)

Brigadas Vermelhas

«Year of the Gun» (EUA/1990). Real.: John Frankenheimer. Int.: Andrew McCarthy, Valeria Golino, Sharon Stone, John Pankow. Cor, 107 min. «Thriller» Político. (22.10, Canal 1)

Cristóvão Colombo:

A Descoberta
«Christopher Columbus: The Discovery» (EUA/Esp/1992). Real.: John Glen. Int.: Marlon Brando, George Corraface, Tom Selleck, Rachel Ward. Cor, 120 min. Histórico / Aventuras. (22.30, Quatro)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 6

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.05 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Pollyana
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Prisioneira do Amor
14.30 Malha de Intrigas
15.15 Boa Tarde
16.00 Caderno Diário
16.05 Acção em Miami
17.00 Culinária
17.20 Ana Raio e Zé Trovão
18.20 Na Paz dos Anjos
18.50 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Isto Só Vídeo
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.30 As Novas Aventuras do Super-Homem
00.25 24 Horas
01.00 Paraíso do Diabo
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.05 A Cidade Turbulenta
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.15 Rua Sésamo

Sexta, 7

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Pollyana
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Prisioneira de Amor
14.25 Malha de Intrigas
15.20 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.05 Acção em Miami
17.00 Culinária
17.20 Ana Raio e Zé Trovão
18.30 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.35 Fera Ferida
21.35 Desculpem Qualquer Coisinha
22.00 Pálio da Fama
23.00 Danças de Salão (Concurso)
23.25 24 Horas
24.00 Na Cama com Madonna
(ver «Filmes na TV»)
01.55 Soldados em Digressão
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.30 Televidas
12.55 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.05 Vem Comigo
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Escola Paraíso
17.55 Super Juvenil
18.20 Rua Sésamo

Sábado, 8

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Parlamento
13.00 Notícias
13.10 Prisioneira do Amor
13.55 Made in Portugal
14.25 Clube Disney
15.35 Luta Livre
16.15 Lucky Luke
17.05 Arca de Noé
18.00 A Culpa É do Fred
(ver «Filmes na TV»)
19.45 Totototo
20.00 Telejornal
20.40 Noite Mágica
21.40 Parabéns
23.10 Academia da Polícia IV - A Patrulha do Cidadão
(ver «Filmes na TV»)
00.50 24 Horas
01.10 Realidade Virtual - A Cobiata
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Tauromaquia
12.25 Madiken
13.00 O Rosto da Europa
14.30 Euronews
14.50 TV 2 Desporto
17.50 Para Além do Ano 2000
18.15 Aventuras de Sherlock Holmes
19.10 Ribatejo (Documentário)
20.10 Forum Musical
21.30 TV2 Jornal
21.45 Desenhos Animados
21.55 Quem Conta Um Conto
22.45 Praia da China

Domingo, 9

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 86-60-86
14.30 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
15.20 Simpsons
15.50 Musical Juvenil
16.50 A Grande Pirâmide
17.45 Futebol: Letónia-Portugal
19.45 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Casa Cheia
21.20 Eu Tenho Dois Amores
22.15 Com Peso e Medida
23.10 No Calor da Noite
24.00 24 Horas
00.20 Falsa Acusação
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Missa (Transmissão de Roma)
12.20 Regiões
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 TV2 Desporto
15.50 Novos Horizontes
16.30 TV2 Desporto
17.30 Malgret
18.25 Europa das Ilhas
19.25 Quadros de uma Exposição: "Bolero"

Segunda, 10

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Pollyana
10.05 Viva a Manhã
11.30 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.20 Malha de Intrigas
15.15 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.05 Acção em Miami
17.05 Culinária
17.25 Ana Raio e Zé Trovão
18.30 Na Paz dos Anjos
19.05 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Nico d' Obra
22.05 Zona + Carlos Cruz
23.30 Coisas da Vida
00.25 24 Horas
00.55 A Dívida
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.05 A Condessa de Nova Orleães
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Escola Paraíso
17.55 Super Juvenil
18.20 Rua Sésamo
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.35 Dimensão X
20.40 Paletas
21.10 Desenhos Animados
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.10 Remate
22.20 Dinheiro em Caixa
22.50 «Saúde» - Soares dos Reis»
23.40 Partita

SIC

- 12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola
13.50 Praça Pública
14.20 Acto de Vingança
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêré
17.00 Notícias
17.20 Mulher Proibida
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
22.20 Crocodilo Dundee II(ver «Filmes na TV»)
00.25 Último Jornal
00.35 Insónias: «Flash Back»
01.35 A Casa Elliot

QUATRO

- 11.30 Novos Ventos
12.00 Maria Helena



«Malgret»: imprescindível. Domingo à tarde na TV2

Terça, 11

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Pollyana
10.05 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira de Amor
14.20 Malha de Intrigas
15.25 Boa Tarde
16.05 Acção em Miami
17.20 Ana Raio e Zé Trovão
18.30 Na Paz dos Anjos
19.05 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 A Filha da Cornélia
23.00 Prova Oral
24.00 24 Horas
00.25 RTP / Finantial Times
00.35 Prova de Amor
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.05 As Três Noites de Eva
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Escola Paraíso
17.50 Super Juvenil
18.20 Rua Sésamo
18.50 Rotações
19.40 Monty I
20.10 O Golo da Jornada
20.20 Rotações
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece

SIC

- 12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola
13.50 Praça Pública
14.20 Série Negra
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêré
17.00 Notícias
17.20 Mulher Proibida
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
22.20 Magazine «Cinema»
22.50 Duma Vez por Todas
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Partita

SIC

- 12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola
13.50 Praça Pública
14.20 Paixões Cruzadas
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêré
17.00 Notícias
17.20 Mulher Proibida
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.50 Cenas de Um Casamento
22.50 Miss Europa
00.55 Último Jornal
01.10 Insónias - «A Noite da Má Língua»
02.15 A Casa Elliot

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
12.00 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 Flintstones
16.45 Alf
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Lar, Louco Lar
20.30 Diagnóstico Crime
21.30 Queridos Inimigos
23.30 Novo Jornal
00.05 Top 25 RFM / TVI
01.10 Fora de Jogo

Quarta, 12

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Pollyana
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira de Amor
14.20 Malha de Intrigas
15.15 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.05 Acção em Miami
17.05 Culinária
17.20 Ana Raio e Zé Trovão
18.30 Na Paz dos Anjos
19.00 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 S6 Riso
22.00 Vamos Jogar no Totobola
22.10 Brigadas Vermelhas
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Kung Fu - Lenda Continua
01.00 24 Horas
01.30 Nukie
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

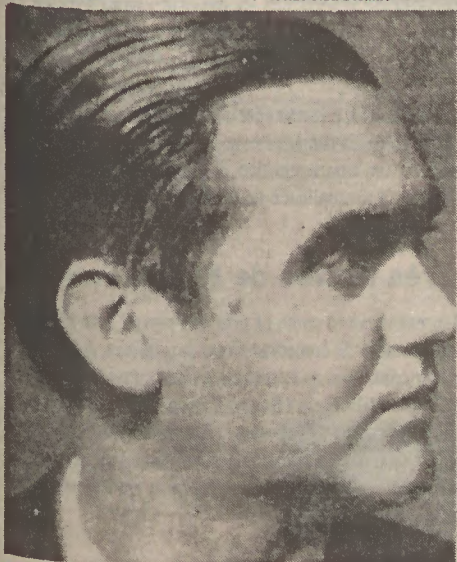
- 12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Universidade Aberta
15.05 Invasores de Marte
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.15 Rua Sésamo
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.35 A Descoberta dos Metais
20.35 Magazine - «Saúde»
21.10 Desenhos Animados
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
23.10 Remate
22.20 Internacional
22.50 Rock Rendez-Vous
23.50 Geração em Ruptura
00.40 Cerimónias Religiosas de Fátima
01.10 Partita

SIC

- 12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola
13.50 Praça Pública
14.20 Série Negra
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêré
17.00 Notícias
17.20 Mulher Proibida
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.45 All You Need Is Love
22.45 Labirinto
23.50 Último Jornal
00.05 Insónias - «Internacional Sic»
01.05 A Casa de Elliot

QUATRO

- 11.00 Oitavo Dia
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 Flintstones
16.45 Alf
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Doido por Ti
20.30 Ficheiros Secretos
22.00 Cerimónias Religiosas de Fátima
22.30 Cristovão Colombo: A Descoberta
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Novo Jornal
02.25 Fora de Jogo



Garcia Lorca num filme documental de origem britânica, elogiado pela crítica e premiado: domingo à noite no «Artes e Letras» da TV2



Segunda parte de um excelente documentário sobre a terra e o povo açoriano: domingo às 18.25 na TV2

- 18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Dez Grandes Escritores
20.40 Magazine: «Artes Visuais»
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.10 Remate
22.20 Paul McCartney
23.30 Reportagem
00.20 Filhos de um Deus Menor
(ver «Filmes na TV»)
01.55 Partita

SIC

- 00.00 Último Jornal
00.15 Aniversário Sic
00.35 A Dívida (Longa-metragem)
00.55 Vamo-nos Amar (Longa-metragem)
03.00 In a New Light
04.40 O Palácio do Prazer (Longa-metragem)
06.30 Pavarotti em Modena
08.00 Notícias
08.10 Amanhecer
10.25 Um Homem no Ribatejo (Longa-metragem)
12.10 Tropicallente
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola
14.20 Praça Pública
15.10 Tarzan do 5º Andar
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Tudo ou Nada
19.00 Sonho Meu
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.50 Ora Bolas, Marina
23.00 As Nossas Estrelas
01.00 Último Jornal
01.20 Silêncio que se vai Cantar o Fado
02.20 Velhos Tempos (Longa-metragem)

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
12.00 Cassandra
13.00 Jornal da Uma
13.30 Maria Helena
14.30 Um Anjo na Terra
15.30 O Justiciero
16.30 Flintstones
17.00 Alf
17.30 Caprichos
18.30 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.05 A Menina Prodígio
20.30 Projecto Viper
21.30 Quem Casa Quer Casa
22.30 Picket Fences
23.30 Novo Jornal
01.10 Fora de Jogo

- 18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Grandes Comandantes
20.35 Desenhos Animados
20.45 Histórias Que o Tempo Apagou
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.10 Remate
22.20 Bâton no Colarinho
23.10 The Nature of Music
24.00 Hanussen, o Profeta
(ver «Filmes na TV»)
01.55 Partita

SIC

- 12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola
13.50 Praça Pública
14.20 Três Histórias de Amor
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêré
17.00 Notícias
17.20 Mulher Proibida
18.20 Sonho Meu
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite + 7 à Sexta
21.20 A Viagem
22.20 Chuva de Estrelas
23.35 Último Jornal
23.50 Playboy
00.50 O Rosário Negro
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 11.30 Lumen
12.00 Cassandra
13.00 Jornal da Uma
13.30 Maria Helena
14.30 Um Anjo na Terra
15.25 Encontro
15.30 O Justiciero
16.30 Flintstones
17.00 Alf
17.30 Caprichos
18.30 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.05 Feita à Medida
20.30 Macgyver
21.30 A Missão
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Novo Jornal
01.25 Fora de Jogo

- 23.30 TV2 Desporto
24.00 De Lisboa com Amor...
00.15 Martinho Lutero

SIC

- 11.30 Buêré
13.15 Portugal Radical
13.30 Gladiadores Americanos
14.20 Nunca Digas Banzai
15.00 O Segredo dos Incas
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Curvas Perigosas
18.00 Os Imortais
19.00 Muita Louca
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Partir o Côco
22.40 Walker - O Ranger do Texas
23.45 Último Jornal
00.05 O Grito da Liberdade
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 10.00 Animação
11.00 Lassie
11.30 Animação
12.00 Top 25 RFM / TVI
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra-ataque
15.00 Telemotor
15.30 Queridos Inimigos
17.30 Caprichos
18.30 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.05 Éramos Seis
21.30 Trocado em Miúdos
22.00 A Grande Aposta
24.00 Últimas Notícias
00.15 Paragem de Autocarro
(ver «Filmes na TV»)

- 20.30 Domingo Desportivo
22.00 TV2 Jornal
22.15 Desenhos Animados
23.15 Artes e Letras - «Federico Garcia Lorca»
23.50 Macbeth
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.30 Buêré
11.45 Programa Infantil / Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 BBC: Vida Selvagem
14.30 Marados à Solta
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Tudo pelas Notícias
17.30 Obras em Casa
18.00 Caça ao Tesouro
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Memorial de Maria Moura
21.40 Nunca Digas Nunca
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Último Jornal
00.30 Insónias: «O Senhor que se Segue»
01.30 A Casa Elliott

QUATRO

- 09.00 Animação
10.00 Missa
12.30 Informação Religiosa
13.30 Jornal do País
14.05 Portugal Português
15.00 As Míl e uma Tardes do Júlio Isidro
19.30 Telejornal
20.05 Éramos Seis
21.50 Doutores e Engenheiros
22.50 Melrose Place
23.50 Últimas Notícias

Por isto e por aquilo...

A Cidade Turbulenta (Quinta, 15.05, TV 2)

Um proprietário de uma casa de jogo (onde as noites são animadas pela bela *Frenchy*) domina a cidade de Bottle Neck. Os *sheriffs* são assassinados em cadeia. Entra então em cena o filho de um antigo advogado, *Tom Destry*, que põe a cidade em ordem e seduz *Frenchy*. Esta acaba por matar o seu «pai». Com o *western* a entrar na idade adulta, esta adaptação do romance homónimo de *Max Brand* (uma história já adaptada em 1932, como um *serial* de *Tom Mix*, e que viria ainda a conhecer duas outras versões em *Frenchy*, de *Louis King* - 1950, - e *Destry*, de *George Marshall* - 1956) é brilhantemente posta em cena nesta inultrapassável primeira versão do mesmo *Marshall*, um especialista do género. *A Cidade Turbulenta* conta, ainda, com uma fotografia esplendorosa de *Hal Mohr* e duas interpretações inesquecíveis de *James Stewart* e *Marlene Dietrich*, esta última ressurgindo no cinema americano passados alguns anos de travessia no deserto - após ter saído debaixo da «asa protectora» de mestre *Sternberg* - e representando e cantando, como só ela sabia, canções como *You've Got That Look That Leaves Me Weak* ou *The Boys in the Back Room*. Que este filme seja projectado numa *matinée* de um dia de semana, só pode ter saído da cabeça de quem se está nas tintas para o espectador!

Filhos de um Deus Menor (Quinta, 00.20, TV 2)

Randa Haimes, realizadora de televisão especializada em temas invulgares e abordando situações e personagens fora do comum, arrancou um tremendo êxito com a realização deste seu primeiro filme de ficção centrado na história das relações entre uma jovem surda-muda e um seu professor. As interpretações de *William Hurt* e de *Marlee Matlin* (a qual, na sua surpreendente estreia no cinema, arrebato um Oscar para a Melhor Actriz), são de extrema contensão e bom gosto e ficaram memoráveis. O filme teve emissão prevista, no mesmo canal, para a passada semana.

A Missão (Sexta, 21.30, Quatro)

Com a acção situada em plena América Latina, em meados do séc. XVIII, o filme conta-nos a história das relações entre um traficante de escravos e o padre de uma missão na sua luta contra a anexação dos territórios índios pelas tropas dos invasores espanhóis. Mas, para além da excelência da admirável sequência final do ataque à aldeia, todo o grandioso enquadramento paisagístico (que serve de base a uma sincera mas por vezes ingénua mensagem ecológica) reduz as personagens à pequenez de simples elementos do cenário, o que constitui frequentemente motivos de desilusão.

Hanussen, O Profeta (Sexta, 00.00, TV 2)

(Sexta, 00.00, TV 2)

Terceiro filme de uma trilogia constituída, ainda, por *Mephisto* e *O Coronel Redl*, este filme de *Istvan Szabo*, um dos melhores cineastas húngaros, conta-nos a história de um cabo austríaco que, no período que medeia entre a primeira e a segunda Grande Guerra, se transforma num vidente capaz de prever o futuro, em misteriosa consequência dos ferimentos de uma bala na cabeça. Contado com fina ironia e rica imaginação, o filme antecipa o trágico destino da Europa às mãos de Hitler.

Na Cama com Madonna (Sexta, 00.00, Canal 1)

Tendo feito furor no *Festival de Cannes* de 91, *Na Cama com Madonna* é um documentário filmado durante uma série de espectáculos (a «*tournee*» *Blonde Ambition*) realizados pela cantora no Japão, Estados Unidos e Europa, na temporada de 90/91. *Alek Keshishian*, o realizador, teve sobretudo o talento de saber fazer balançar as «cenas de palco», propriamente ditas, com as «cenas de bastidores» - o principal elemento do filme. O que é fundamental para a verdadeira compreensão de o que é o trabalho de criação e o trabalho de manipulação (na construção de um espectáculo ou de uma vedeta), que surgem dissecados com grande sentido de pormenor ao longo do filme. Quanto a *Madonna*... é amá-la ou deixá-la. E mesmo para quem dela não gostar poderá ser instrutiva a visão do filme já que, deixando a câmara assim invadir-lhe a intimidade, ela como que deixa transformar voluntariamente a representação da *vida real* na encenação de um outro espectáculo - num tipo de perversa relação entre a *verdade* e a *mentira*, entre a *realidade* e a *ficção* que, nos tempos que correm, alimenta muito do que desfila perante os nossos (atónitos) olhos...

Paragem de Autocarro

(Sábado, 00.45, Quatro)

Incluído no pequeno ciclo que a *Quatro* dedicou a *Marilyn Monroe*, *Paragem de Autocarro* é outra oportunidade para apreciar os seus talentos histrionícos. Sendo porventura o primeiro filme de *Marilyn* que veio demonstrar a sua extraordinária qualidade de actriz, nele brilham igualmente



Madonna numa actuação em palco, em «Na cama com...», um documentário de *Alek Keshishian*



James Stewart e Marlene Dietrich, em «A Cidade Turbulenta», de *George Marshall*



Robert De Niro e Jeremy Irons, intérpretes principais de «A Missão», de *Roland Joffe*

Don Murray e *Hope Lange* fazendo a sua estreia no cinema: o primeiro no papel de um desajeitado e inocente *cowboy*, na sua primeira experiência amorosa com uma cantora de *saloon* extremamente bela, a qual, de forma comvente, se deixa render por essa mesma inexperiência. Mas o filme é também a demonstração da eficácia de um experiente e excelente director de actores, *Joshua Logan*. Inesquecível é um momento alto do filme, a lendária versão de *Marilyn* de um grande *standard*: *That Old Black Magic*.

Nunca Digas Nunca (Domingo, 21.40, SIC)

A curiosidade principal desta nova aventura de *James Bond*, é o regresso de *Sean Connery* (após doze anos de ausência) ao desempenho do papel do célebre agente secreto britânico. A história não é melhor nem pior do que as anteriores da longa série. Mas o actor sem dúvida que lhe transmite o *sal* e a *pimenta* com que ela se deixa melhor tragar. E *Karl Maria Brandauer* tem aqui uma segunda oportunidade na semana para brilhar.

Macbeth

(Domingo, 23.50, TV 2)

Estreado no mesmo ano em que *Laurence Olivier* mostrava a sua versão cinematográfica de *Hamlet*, disse-se então que o filme sofria em termos de comparação - provavelmente porque era de dois clássicos de *Shakespeare* que se tratava. Mas, com os anos, percebe-se melhor agora que *Orson Welles* soube ultrapassar todas as dificuldades financeiras que ensombraram a rodagem do filme para ter a coragem de filmar *Macbeth* praticamente apenas em interiores, em meio de nevoeiros e de cenários estranhos e bizarros e com uma fotografia propositadamente escura - mesmo assim escapando aos efeitos de *teatralidade* que não deixaram de afligir as versões de *Olivier*.

Acto de Vingança

(Segunda, 14.20, SIC)

Interrompida pela projecção nocturna de um filme português, começa aqui uma série e desneces-

sária competição entre um bom par de filmes que, tanto a *SIC* como a *TV 2*, decidiram projectar em horas impossíveis e coincidentes - o que é totalmente inconcebível e suicida, por representar um inútil esbanjar de dinheiro e de antena que melhor poderiam ser aproveitados no «horário nobre», com vantagem para o espectador. Tudo começa com este *Acto de Vingança*, um excelente *policia* francês de *Jean-Claude Missiaen* com argumento extraído de factos reais e recheado de duas boas interpretações de *Gérard Lanvin* e *Michel Constantin*.

A Condessa de Nova Orleães

(Segunda, 15.05, TV 2)

De novo *Marlene Dietrich* (aqui no período de crise da sua carreira em Hollywood), desta vez dirigida num filme de *René Clair*, um dos quatro que o cineasta

francês ali realizou, e certamente dos menos bons. O argumento é o de uma comédia romântica em que uma falsa rica condessa procura fazer um casamento rico. A poesia de *Clair* ainda está presente, mas a sensualidade de *Dietrich* ficaria para melhores dias...

As Três Noites de Eva (Terça, 15.05, TV 2)

Representando o cume na arte de *Preston Sturges*, como autor e realizador de comédias cinematográficas, *As Três Noites de Eva* conta-nos as aventuras e desventuras do encontro de um tímido milionário (*Henry Fonda*) com uma belíssima aventureira (*Barbara Stanwick*). Exemplar típico da grande comédia americana, o filme está cheio de diálogos que ficaram clássicos, na boca de dois intérpretes em divertidíssima forma.

Duma Vez por Todas (Terça, 22.50, TV 2)

Realizador dos mais dotados da nova geração de cineastas portugueses, *Joaquim Leitão* encena aqui a sua primeira longamragem cuja história vai descobrir um homem que preenche a sua solidão espreitando, através de um binóculo, as evoluções de uma sua vizinha, prostituta de luxo. Daqui ao salto para um caso de contrabando, em que um e outra inesperadamente se envolvem, vai o passo em direcção a um filme de acção e suspense que o realizador gradualmente demonstra saber agarrar com desenvoltura técnica e imaginação.

Série Negra (Quarta, 14.20, SIC)

De novo a excelência do filme negro francês, aqui brilhantemente representado nesta obra de *Alain Corneau*, inquietante e cheia de personagens a um tempo comoventes e sórdidas - no dizer de *Bertrand Tavernier* «fantasmagóricas, estranhas ao que as rodeia, prisioneiras dos seus sonhos e da angústica metafísica». Com *Patrick Dewaere* seguindo admiravelmente os trilhos antes pisados por um *Richard Widmark*, por exemplo.



Orson Welles, realizador de «Macbeth», uma adaptação da obra de *Shakespeare*

Invasores de Marte (Quarta, 15.05, TV 2)

O interesse deste filme reside nas condições do estilo de produção do cinema de ficção científica nos anos 50 e na capacidade e talento de *Cameron Menzies*, o realizador, ao sabê-las rodear e ultrapassar. A história é conhecida: um disco voador deixa na Terra os «invasores marcianos» que, através da «lavagem ao cérebro» e outras patifarias, se encarregam de transformar os bons terráqueos em escravos a seu mando. Mas há quem veja no argumento - mescla de filme de acção com ficção científica - um reflexo da paranóia americana em plena guerra fria. É, por isso, mais uma curiosidade a rever ou a descobrir.

■ Correia
da Fonseca

Uma feia acção

Desde há largo tempo que muitas vozes, e não apenas as da crítica na Imprensa, denunciavam a desamparada queda da qualidade do trabalho de Herman José na Televisão. Saudosas do tempo em que Herman José se afirmou pelo humor mas também pela coragem, pela transgressão de tabus mas também pela aparente lucidez, acusavam-no de se ter vendido por bom dinheiro à popularidade de mais baixo estrato, tornando-se uma espécie de Quim Barreiros da Televisão portuguesa.

Herman não gostou: aparentemente, adorava esta sua nova versão e receber por isso opípara paga, mas não queria que a transacção fosse muito notada. Aliás, é sabido que Herman nunca gostou dos críticos de TV, e lembro-me até de que há já vários anos, depois de um texto que a seu respeito publiquei num jornal diário de Lisboa, recebi a mais porca de todas as cartas que até agora me foram endereçadas, convenientemente anónima. Tudo isto, creio eu ainda, menos por uma eventual má índole que por uma hiper-susceptibilidade decorrente do altíssimo preço em que Herman se tem. Ele próprio

Mas a criatura podia, ao menos, saber ler e, por fazer uso dessa prenda diante de textos que lhe dizem respeito, perceber que Mário Castrim muitas e muitas vezes lhe fez rasgados elogios, porventura até excessivos, o que desmascara como impostura e lança no mais claro ridículo uma das calúnias lançadas contra Castrim nesta desgraçada rábula: a de só aplaudir os seus camaradas de convicção política e sempre dizer mal de todos os restantes. De resto, ainda na sua mais recente crónica publicada, Castrim tece superlativos elogios a José Hermano Saraiva, nome assumidamente de direita. O que acontece é que também neste aspecto Herman e os seus se comportaram como mentirosos.

Boião de imposturas

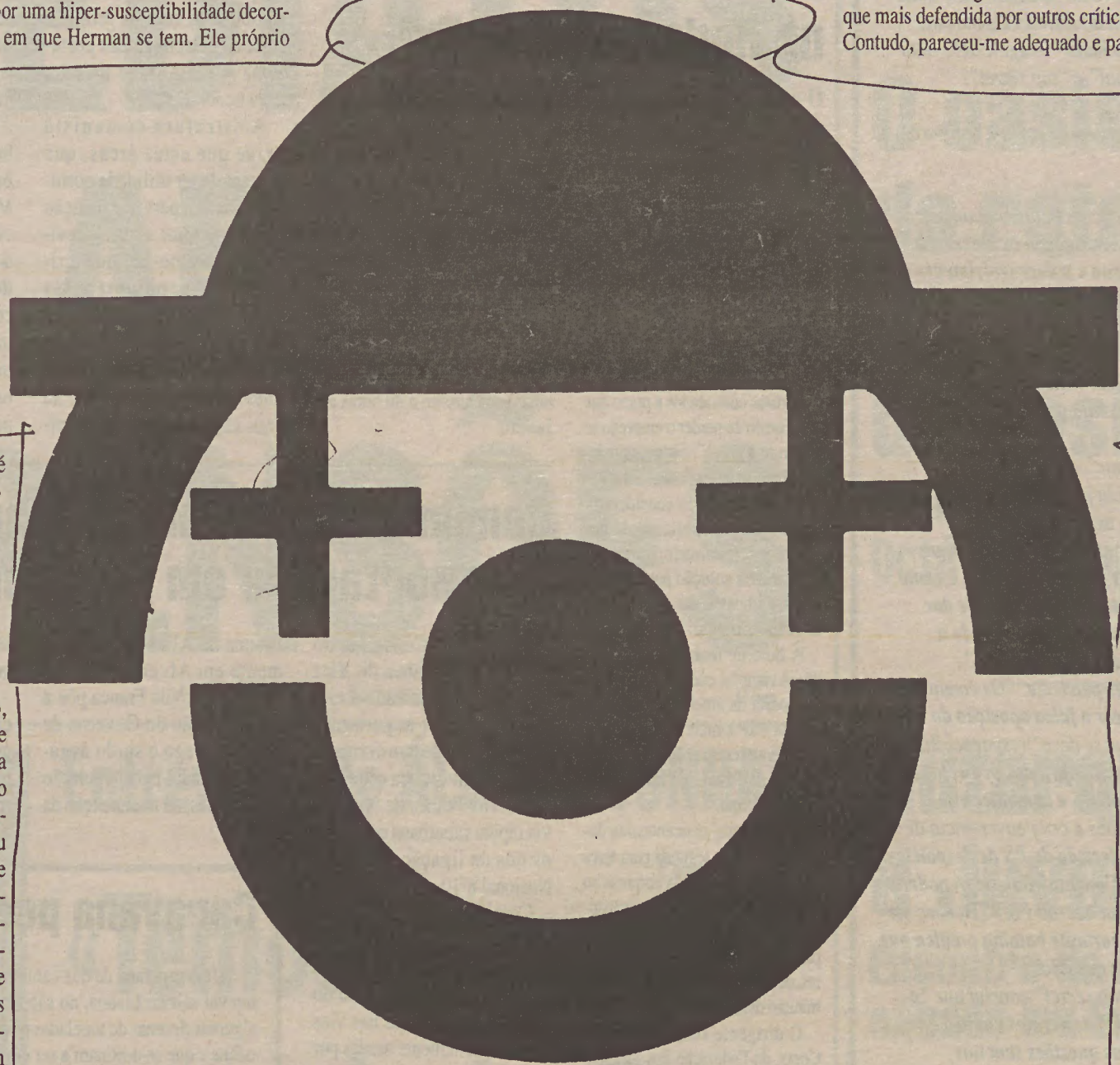
Mas a agressão começou antes mesmo de começar a péssima palhaçada: o nome de ficção escolhido para o «crítico de Televisão» supostamente entrevistado por Vítor de Sousa, «Mário Canastrim», desde logo era inevitavelmente conotável com um insulto directo por proximidade vocabular. Depois, foi a aparição de uma figura grotesca, trôpega, enfiada num ridí-

acusação de que Herman seria um agente da CIA infiltrado!), a histeria «revolucionária».

Chegou a coisa ao ponto de a pretensa caricatura do crítico, por força de um mimetismo interiorizado, se comportar como um macaco com saltos e grunhidos a condizer. E tudo culminou com o final da rábula, uma directa acusação de insanidade mental lançada contra o caricaturado quando o «crítico» é levado por dois enfermeiros psiquiátricos que irrompem na cena e o arrastam consigo. Nesse momento, Herman terá sentido talvez o doce sabor da desforra. De qualquer modo, parece-me certo que não percebeu que apenas acabara de se satisfazer com a sua pequenez. Porque, além do mais, dá sinais de cobardia quem usa o poder de uma estação de TV com quatro ou cinco milhões de espectadores contra um crítico que escreve para uma tiragem de alguns milhares.

Uma ilusória paridade

Momento significativo daquele triste espectáculo foi o da extrema defesa que o «crítico» fez da posse pelo Estado de todos os canais de Televisão. Na verdade, não recordo que Mário Castrim alguma vez tenha sustentado esta posição, creio que mais defendida por outros críticos de TV decerto menores. Contudo, pareceu-me adequado e particularmente conveniente



muitas vezes repete que é filho único e menino mimado. Receio que o muito mimo o tenha estragado.

A troca

No passado sábado, porém, a animosidade de Herman perante a crítica levou-o a dar um passo bem pior que lamentável: como alvo, escolheu Mário Castrim, de longe o mais conhecido, prestigiado e competente crítico de Televisão português. Para supostamente o destruir contratou três jagunços, três, que contra Castrim assestaram não as baterias do humor e da sátira, mas as da mascarada carnavalesca, da agressão pessoal e da falsificação pura e simples. Foi em «Parabéns», no momento de inauguração ainda recente intitulado «Boião de Cultura» em óbvia, mas geralmente ignorada, alusão ao programa francês «Bouillon de Culture» do famoso Bernard Pivot.

Dir-se-á que não podia esperar-se muito mais, ou muito menos, de um sujeito como Herman José, que frequentemente se gaba de não ler livros, que muitas vezes se refere a Picasso e a Manoel de Oliveira segundo a óptica habitual dos analfabetos convencidos e, como por estes sinais se vê, totalmente incapaz de fazer ideia do respeito intelectual que é devido a um homem como Mário Castrim.

culo vestuário caseiro, apresentada como uma caricatura do homem que de facto não tem com ela a menor semelhança. E o pior: o rosário de aldrabices caluniosas que oviamente visavam desvalorizar o crítico, e eventualmente toda a crítica, aos olhos do público: a teledependência de quem não teria outros horizontes além do ecrã do televisor, o secreto apreço por rubricas como «All You Need...», das quais contudo depois se demarcaria hipocritamente, a acusação de venalidade não apenas política mas também pecuniária, a desvergonhada falsificação dos reparos formulados por Castrim a Herman (que incluíam a

aquele traço de caricatura quando, minutos antes, tinha estado em «Parabéns» o patrão de uma das duas estações privadas de TV, exactamente aquela que tem com a TV pública um contencioso mais notório. Não sei se se tratou de coincidência, mas parece-me um aspecto a registar.

De resto, no decurso da entrevista com Francisco Balsemão foi notória da parte de Herman José uma afabilidade justificada, naturalmente, mas que por várias vezes aflorou o tom da lisonja e da bajulação, o que já é excessivo. Foi também evidente o deleite com que Herman citou por duas vezes a sua afinidade em matéria de charutos com o «André» (Gonçalves Pereira), só igualada com a desenvoltura com que sempre conversou com «o Francisco».

É mais que certa a felicidade, aliás muito visível, com que ele se instala numa relação supostamente paritária com estes e outros elementos da «high society» local. Nem isso, porém, o absolve do pecado de ter vendido não sei se a alma, mas sei que o talento. E menos ainda absolve da feia acção de ter agredido cobardemente um crítico que acumula uma rara qualidade humana com a circunstância de ter publicamente aplaudido, até aos limites do que era possível sem desonra profissional, um sujeito chamado Herman José.

de FOICE

O fax do PCP

"PC denuncia-se por fax"! - estrepitava "O Independente" na primeira página da semana passada. "Até que enfim!", pensei eu, puxando dos 350 paus necessários para gozar o prato, prometido para toda a página 10.

Devo dizer que já andava um bocado farto de nunca ver o PCP apanhado nas escandaleiras do "Independente". Pelos vistos chegara a hora, e logo embrulhado num fax!, material do melhorinho que a casa por lá gasta quando quer montar uma barraca jeitosa.

Para começar, "o fax do PC" descoberto pelo semanário de Paulo Portas não era menos jeitoso que qualquer dos seus antecessores: "ultraconfidencial" e "transviado", fizera uma viagem errada entre a Soeiro Pereira Gomes e "os vereadores comunistas da Câmara Municipal de Lisboa", indo parar ao gabinete de outro partido. Daí às páginas do "Independente" foi só o tempo de pôr em marcha o jornalismo de investigação que lubrifica este semanário.

É claro que o escândalo estava no conteúdo: nem mais nem menos que "a estratégia do Partido Comunista para 1995", tudo escarrapachado - imagine-se! - num documento "ultraconfidencial" e "top secret"!

Fui ver. A neve caía...

Desculpem, não é assim. Também já estou a dar para o faxado.

Fui ver. E passo a citar.

Grandes objectivos a ter em conta pelos comunistas: "o reforço do Partido e da sua ligação às massas; a resposta à política do Governo e o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e da população; o combate ao processo de revisão da Constituição".

Estas - assinala o "Independente" - "constituem três direcções complementares" do trabalho dos comunistas que "devem ser inseridas na luta por um bom resultado eleitoral em 1995".

Mais adiante o "Independente" excita-se com a descoberta da tática definida pelo PCP para "potenciar protestos", cuja assenta no seguinte: "afirmarmo-nos clara e frontalmente como somos, como a oposição de facto, à política de direita e como os portadores de um projecto político capaz de dar solução aos problemas existentes - valorizando a prática de Esquerda consequente do Partido".

"Mas há mais", exulta o Independente. "Os comunistas tencionam ainda desmascarar a falsa oposição do PS à política da direita", pelo que se deve "responsabilizar o PS, denunciar o conteúdo anti-Abril dos projectos de revisão do PS, do PSD e do CDS e combater este processo de revisão", isto após a crua advertência de que "na situação actual, a decisão do PS de despoletar um processo de revisão da Constituição que só poderá concretizar-se na base de um acordo PS/PSD, deve ser ponto de partida para a importante batalha política que deveremos travar sobre esta questão".

Finalmente o documento "top secret" conclui que "a questão que se nos coloca é a de vermos como é que damos resposta a todas estas questões sem nos dispersarmos e sem perdermos a perspectiva de obter um bom resultado eleitoral em 1995, averbando, simultaneamente, importantes vitórias políticas (...) e dando um forte impulso ao reforço orgânico e à actividade de massas do Partido".

Imaginem o que os comunistas andam a engendrar para 1995! Se não viesse no "Independente" nem acreditava...

Já agora dou uma ajuda ao esforço jornalístico de investigação que norteia este semanário: quando quiserem mais coisas "top secret" do PCP, não fiquem à espera de faxes transviados - peguem no "Avante!" e escarrapachem-no numa ponta à outra!

Garanto-vos que, ao pé do que lá vem todas as semanas, o que transcreverem não passa numa brincadeira de crianças!

■ HC

Passar poderes da APL para os municípios

PCP apresenta Projecto de Lei contra POZOR

O Partido Comunista Português vai apresentar um projecto de Lei na Assembleia da República, que permita a transferência, para os municípios, da jurisdição das áreas ribeirinhas libertas ou que venham a estar libertas de actividades portuárias. A decisão surge na sequência da apresentação pelo Ministério do Mar e a Administração do Porto de Lisboa (APL) do Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha de Lisboa (POZOR) que merecera já em Julho a crítica dos comunistas, através da DORLisboa, por aspectos de especulação imobiliária e agressão ambiental que poderão concretizar-se, caso o projecto actual não seja modificado.

O projecto de Lei, a apresentar pelo PCP, pretende também revogar as disposições do decreto-Lei de 1987,

que expropriou competências próprias dos municípios no que toca ao planeamento urbanístico e aprovação de obras e concessão de licenças de utilização, passando-as, em todas as áreas - portuárias ou não - para a jurisdição da APL.

Para a DORL do PCP existe uma manobra de mistificação ao apresentar-se o POZOR como um instrumento de promoção da ligação da cidade ao rio, «quando o que nos foi mostrado, designadamente em maquetes, provocará a construção de mais uma barreira de betão». Por outro lado, a DORL denuncia o «projecto de especulação imobiliária com os terrenos libertos de actividades portuárias que a APL se prepara para concretizar».

A estrutura comunista exige que estas áreas, que deixam de ter utilidade portuária, passem para a jurisdição dos municípios e quer a revisão do decreto-Lei que atribui à APL competências exclusivas para a concessão de licenças para execução de obras ou utilização para qualquer fim desses terrenos, há anos expropriados aos muni-

cípios para permitir a actividade portuária.

Legitimidade democrática

A garantia aos órgãos autárquicos, «aliás dotados de legitimidade democrática que a APL não possui», da intervenção e acompanhamento no processo de definição de funções e áreas destinadas à actividade portuária nos Estuário do Tejo e de um papel activo na salvaguarda dos valores ambientais dessa zona ribeirinha, é outra das exigências dos comunistas.

A DORL do PCP congratulou-se com as posições tomadas pela Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa, por iniciativa dos vereadores e deputados municipais do PCP, de condenação do projecto, «bem como pelo desencadeamento de um vasto movimento de opinião pública de protesto contra os objectivos imobiliários e especulativos do POZOR».

Luta acesa na Rodoviária do Sul

O salário ilícido de um motorista da empresa é de 76 contos, importância que a Festru considera, em comunicado, "uma miséria para quem exerce um trabalho de tanta responsabilidade".

As ligações de autocarro entre o sul e a capital foram afectadas terça-feira por uma greve dos motoristas da Rodoviária Sul do Tejo. Os poucos veículos que circulavam eram conduzidos por motoristas contratados a prazo que "têm medo de perder o emprego se aderirem à greve", como assinalaram dirigentes sindicais.

Os trabalhadores consideram-se em plenário permanente por tempo indeterminado, até se encontrar uma solução para desbloquear o impasse das negociações de revisão salarial.

À hora de fecho desta edição do «Avante!», encontrava-se junto à porta da empresa uma carrinha da PSP e mais quatro camionetas nas imediações, com elementos da Polícia de Intervenção daquela força.

Os grevistas concentrados durante a noite de segunda para terça junto às instalações da empresa no Laranjeiro, retiveram durante algum tempo o administrador-principal, Marques Pinto, e três directores, depois de horas de exigência de reinício das negociações.

O dirigente sindical Orlando Costa, da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU-CGTP), disse que os trabalhadores concordaram em deixar sair o administrador e os directores (escortados pela polícia) porque Marques Pinto prometeu que os receberia se deixassem os directores sair e afinal acabou por sair também com eles.

O sindicalista disse não compreender a relutância da administração em dialogar com os trabalhadores, já que a Rodoviária Sul do Tejo é a mais rentável do sector. "Só nos últimos três anos teve cerca de dois milhões de contos de lucros", disse.

O salário ilícido de um motorista da empresa é de 76 contos, importância que a Festru considera em comunicado "uma miséria

para quem exerce um trabalho de tanta responsabilidade".

Os trabalhadores exigem um aumento salarial de 5,2 por cento (a empresa impôs 2,5) e a redução do horário semanal para 41 horas em Outubro e 40 horas em Janeiro.

Comunistas querem acabar com portagens em Sacavém

A comissão Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira reitera em comunicado a exigência de abolir as portagens de Sacavém e de transformar o troço da auto-estrada entre Lisboa e Vila Franca de Xira em via rápida suburbana com vários nós de ligação à Estrada Nacional nº10.

Considerando que «os acontecimentos na Ponte 25 de Abril vieram colocar na ordem do dia a inadiável revisão do regime de portagens nas vias predominantemente usadas por tráfego urbano e interurbano», a nota da concelhia recorda que desde «há muito que também no troço entre Lisboa e Vila Franca de Xira da auto-estrada do Norte se considera necessário, para uma circulação viária mais segura e fluida, a abolição da portagem hoje existente».

«Tal decisão», continua a nota, «associada à construção de novos nós de acesso permitiria uma distribuição mais equilibrada do tráfego e acesso às principais vias, designadamente à EN-10 e à AE».

Contudo o PCP alerta que «a construção de novas portagens nos troços entre Lisboa e Vila

Franca na AE-1, especificamente em Alverca, Vialonga/Stª Iria e Vila Franca põe a nú a intenção do Governo de persistir, cego e surdo às razões invocadas pela população e autarquias, na manutenção da

contestada política de portagens».

Manifestando a sua oposição à instalação de nova portagem, o PCP apela aos utentes para continuarem a luta das mais diversas formas.

Caravana por Cuba

Uma caravana de dez camionetas de carga e de passageiros vai sair de Lisboa, no sábado, em direcção a Vigo, com algumas dezenas de toneladas de produtos recolhidos em todo o País e que se destinam a ser enviadas para Cuba.

Esta iniciativa integra-se no Dia Mundial de Solidariedade com Cuba, que se celebra em 10 de Outubro e é apoiada pelas organizações de amizade da Galiza.

A Associação de Amizade Portugal-Cuba com o apoio do Conselho Português para a Paz e Cooperação, concentrou em Portugal a recolha de bens e a organização da caravana.

Idênticas realizações estão a ser promovidas em vários pontos do Mundo, nomeadamente nos Estados Unidos, México, Canadá, Alemanha, França e Espanha.

A caravana portuguesa transporta os produtos recolhidos por muitas autarquias e sindicatos, sai de Lisboa, às seis horas de sábado. Em Coimbra, juntar-se-ão outras viaturas, o mesmo acontecendo na cidade do Porto.

Em Vigo, à noite haverá um convívio entre os caravanistas portugueses e organizações da Galiza e no domingo, dia nove, está prevista uma manifestação de carácter social, cultural e político.

Todos os produtos serão embarcados, no Porto de Vigo, num navio que os transportará para Havana.

